



I. S. E. G.	
Ee.Iw	Biblioteca
1664-G.	43479

X-96-050182-G

HD 9465. P67.2

E45  
1996

**INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**  
**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**A Política Comum de Pescas: O caso português**

**Dissertação para obtenção do Grau de  
Mestre em Economia Internacional**

**Constituição do Juri:**


- . Presidente: - Doutor Vítor Manuel da Silva Santos
- . Vogais: - Doutor Rui Manuel Estanco Junqueira Lopes
- Dr. Armando Pulquério Antunes de Castro

**Leonor Fátima Noronha Elias**

**Orientador: Dr. Armando Antunes de Castro**

---

**Fevereiro 1996**



*Aos meus pais e  
ao J.C.*

## NOTA PREVIA

O presente trabalho é o resultado de um desejo e de um desafio, e, foi tarefa devedora de muitas e valiosas ajudas que desejo publicamente agradecer.

Desejo, em primeiro lugar, agradecer a orientação e a disponibilidade do **Prof. Armando Antunes de Castro**, e a amizade, o estímulo, a opinião crítica de duas pessoas a quem devo os conhecimentos que fui adquirindo sobre as "Pescas": **Dr. Marcelo de Sousa Vasconcelos** e **Dr. Fernando Rui Rebordão**, a quem, agradeço ainda, a revisão final do trabalho, sem a qual, as incorrecções seriam, sem dúvida, maiores.

À **Mariana da Conceição** e à **Ana Savala**, a quem devo e agradeço todo o trabalho de composição gráfica. Aos meus colegas do **Gabinete de Assuntos Europeus** e da **Direcção de Serviços de Estatística e Informática da Direcção-Geral das Pescas**, o reconhecimento pelo apoio e disponibilidade na obtenção da informação e no esclarecimento das dúvidas.

Os meus agradecimentos são extensivos aos responsáveis e funcionários das Organizações de Produtores: **Propeixe**, **Fenacoopescas**, **Opcentro** e **Barlapescas**, que pacientemente se disponibilizaram a prestar todas as informações, tendo, até mesmo, elaborado apuramentos especiais para este trabalho.

Ao **César Leitão**, por ser o amigo de todas as horas e a quem devo o esclarecimento das questões ligadas à realidade das empresas.

Aos **meus pais** e ao **J.C.** que me inspiraram e me deram ânimo e a quem dedico o que de tudo isto resultou.

## ÍNDICE

### INTRODUÇÃO

1. Objecto do trabalho .....	I
2. Âmbito cronológico.....	II
3. Notas sobre metodologia.....	III
4. Plano geral do trabalho.....	III

### PARTE I - AS PESCAS: Enquadramento Mundial, Comunitário e Nacional

<b>1 - O Pescado: recurso natural renovável e escasso .....</b>	<b>1</b>
1.1 - Introdução .....	1
1.2 - Propriedade comum e livre acesso.....	2
1.3 - Situação das pescas mundiais .....	5
1.3.1 - Produção.....	5
1.3.2 - Consumo e comércio.....	8
1.4 - O Futuro .....	10
<b>2 - A Política Comum de Pescas .....</b>	<b>13</b>
2.1 - Introdução .....	13
2.2 - Década de 70 ou o princípio de tudo .....	15
2.2.1 - O passado distante e as suas consequências no aceitar de uma nova política de gestão dos recursos haliêuticos.....	15
2.2.2 - Os Acordos de 1970 .....	18
2.2.3 - Adesão de novos Estados: 1º alargamento .....	20
2.2.4 - A Zona Económica Exclusiva das 200 milhas marítimas (ZEE).....	21
2.3 - Década de 80 ou a formalização das políticas .....	24
2.3.1 - Acordo de 25 de Janeiro de 1983 .....	24
2.3.2 - A Adesão de Portugal e Espanha .....	28
2.4 - Década de 90 ou o tempo de novos desafios .....	29
2.4.1 - Relatório 91.....	30
2.4.2 - Relatório 92: Análise da aplicação do regime de acesso de Espanha e Portugal no sector da Pesca .....	34
2.4.3 - Relações Externas da União: desenvolvimentos recentes.....	35
2.5 - O Futuro .....	37
<b>3 - Evolução Recente das Pescas Nacionais .....</b>	<b>45</b>
3.1 - Introdução .....	45
3.2 - As Pescas no limiar da Adesão .....	46
3.3 - As Pescas: evolução recente.....	50
3.3.1 - Produção.....	51
3.3.2 - Frota .....	57
3.3.3 - Comércio Externo .....	59
3.3.4 - Investimento .....	60

3.3.5 - Consumo .....	63
3.4 - Considerações finais .....	64

## **PARTE II - AS PESCAS EM PORTUGAL: O caso particular da pesca da sardinha**

<b>1 - Caracterização biológica do recurso e dos meios utilizados na sua captura.....</b>	<b>66</b>
1.1 - A espécie: sardinha.....	66
1.2 - A frota: frota de cerco .....	69
<b>2 - Produção e Consumo.....</b>	<b>71</b>
2.1 - Produção.....	71
2.2 - Consumo: A indústria de conservas de sardinha.....	73
2.2.1 - Evolução histórica.....	75
2.2.2 - Situação anterior à Adesão.....	80
2.2.3 - Situação actual da indústria de conservas de sardinha .....	87
2.2.3.1 - Evolução da produção .....	87
2.2.3.2 - Mercados.....	88
2.2.3.3 - Empresas .....	97
2.2.3.4 - Conclusão.....	99
<b>3 - Medida do impacto das políticas comunitárias .....</b>	<b>101</b>
3.1 - Metodologia .....	102
3.2 - O caso português: frota de cerco.....	103
3.2.1 - Levantamento estatístico, definição da amostra e recolha de dados.....	103
3.2.2 - Análise de resultados.....	105
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>108</b>

## **ANEXOS**

## **BIBLIOGRAFIA**

# INTRODUÇÃO



## 1. Objecto do trabalho

Na introdução ao tema “Estado Actual das Pescas em Portugal, vol.I, 1891”, Baldaque da Silva refere o seguinte: *“Sob diversos pontos de vista se pode orientar o estudo das pescas em Portugal: estabelecendo o direito fundamental do seu exercício; fazendo a sua história; coordenando a sua legislação especial; descrevendo o seu material e os seus processos; fazendo a comparação d'estes processos com os de outras nações; investigando as suas relações e resultados; emfim, encarando este assumpto tão importante pelas multiplices feições especiaes que aproveitem a quaesquer investigações de ordem scientifica, comercial, industrial ou economica.”*. É precisamente ao nível da investigação e análise das suas relações e resultados que se pretende estudar a situação das pescas em Portugal, particularizando o caso específico da pesca da sardinha. Porquê esta opção?

Para além do facto desta espécie ser a mais significativa no conjunto da produção pesqueira nacional, ela foi, e é, a que proporcionou e proporciona a existência de uma indústria transformadora das mais importantes no conjunto das actividades económicas derivadas do sector pesqueiro. Para além desse facto, importa ter presente que face às condicionantes externas, a inserção no espaço comunitário e os últimos e futuros desenvolvimentos da política pesqueira internacional, é necessário repensar a forma de não só garantir a sobrevivência do sector mas, fundamentalmente, rentabilizá-lo.

Portugal, não detendo uma expressão significativa no conjunto da indústria pesqueira comunitária - ocupa a 8ª posição - apresenta-se, nos dias de hoje, perante um quadro de situação em que a sua *produção primária* - **captura de pescado** - se restringe no essencial, à actuação da frota nas suas águas, e em que a *produção dos transformados* -basicamente **conservas de sardinha**- encontra dificuldades de escoamento. Assim sendo, a nossa perspectiva deverá ser a de gerir eficazmente o

capital de recursos haliêuticos a que ainda temos acesso. A sardinha é a espécie que se enquadra nesse capital de recursos disponíveis.

Portugal desenvolveu uma indústria de conservas dependente do aproveitamento de um recurso abundante nas suas águas, *a sardinha*; paralelamente, uma frota destinada a explorar aquele recurso conheceu uma dimensão significativa, *a frota de cerco*, que introduziu na frota pesqueira nacional o uso de determinadas embarcações, as traineiras; e uma tecnologia específica.

A indústria de conservas de sardinha floresceu ao longo dos anos e a frota de cerco acompanhou-a nesse percurso. É do conhecimento geral que a expansão de tal indústria, com a conquista de importantes mercados internacionais, coincidiu com acontecimentos históricos a nível mundial que originaram uma procura acrescida de bens alimentares de que Portugal beneficiou, e em particular a indústria de conservas de sardinha. Contudo, os tempos mudaram, outros concorrentes surgiram, apresentando produtos de igual ou melhor qualidade, a nossa indústria vai perdendo a posição dominante que detinha, nomeadamente nos mercados europeus.

Em síntese, o objectivo da presente dissertação é procurar entender em que medida um determinado segmento da frota pesqueira nacional - *a frota de cerco* - e a *indústria transformadora* a ela ligada, foram e/ou poderão vir a ser afectadas pela Política Comum de Pescas e seus futuros desenvolvimentos.

## 2. Âmbito cronológico

O exercício da actividade da pesca tem constituído, desde os tempos mais remotos, um modo de vida fundamental para a subsistência de núcleos populacionais espalhados ao longo da faixa litoral. Com o evoluir dos tempos, técnicas e instrumentos apropriados determinaram uma especialização, definindo-se assim, pescarias específicas de maior ou menor importância no tecido económico do sector. Não se pretendendo fazer a sua história e, assim, identificar os momentos da sua

ascensão ou declínio. Pretende-se somente avaliar o comportamento de parte de um sector da actividade económica -a pesca- num tempo de importantes mudanças económicas, sociais e institucionais, derivadas da nossa integração na Europa Comunitária.

Assim sendo, a análise das realidades que dizem respeito ao objecto deste trabalho têm como referência temporal, o período que vai de 1986 até ao presente.

### **3. Notas sobre a metodologia**

A problemática das pescas, após anos de actividade profissional no sector, não surge como um tema distante, mas sim como uma área onde é estimulante fazer incidir as investigações e estudos académicos, de forma a que os mesmos se constituam como *“as pontas dos fios que outras investigações poderão tecer”* (ROSAS, F., 1995). Apesar do relativo conhecimento, procurou-se apoiar o presente trabalho com uma recolha bibliográfica, tão ampla quanto possível, assim como, se privilegiou o contacto directo com os profissionais (armadores, organizações de produtores, industriais e administração). Tais contactos decorreram não só da necessidade de medir as diversas sensibilidades, mas, fundamentalmente, porque parte do trabalho é resultado de recolha de dados através de pesquisa, no campo, em três portos representativos da actividade da frota de cerco com diferenças regionais que importa identificar: Matosinhos, Peniche e Portimão.

### **4. Plano do trabalho**

A presente dissertação foi dividida em duas partes. Após esta introdução inicia-se uma análise da situação das pescas a nível mundial, comunitário e nacional. Na segunda parte analisa-se o caso particular da pesca da sardinha. Finalmente apresentam-se as conclusões.



## **PARTE I - AS PESCAS : Enquadramento Mundial, Comunitário e Nacional**

*“..., a unificação do mundo: a noção de igualdade de oportunidades entre indivíduos separados ou grupos enclausurados não tem qualquer significado. Só adquire sentido para os indivíduos ou nações vivendo em conjunto. Tal é o nosso futuro: estamos condenados a viver em conjunto sobre o planeta para o pior e para o melhor, provavelmente para o melhor, se se vir que a guerra nasceu sempre de querelas de fronteiras.”*

***Lionel Stoleru***

# **PARTE I - AS PESCAS : Enquadramento Mundial, Comunitário e Nacional**

## **1 - O Pescado: recurso natural renovável e escasso**

### **1.1 - Introdução**

Neste final de milénio a constatação que os factos permitem é que nos tempos que se aproximam prevê-se o exacerbar de conflitos em áreas que pareciam seguras e imutáveis. Os oceanos e toda a sua riqueza, nomeadamente os recursos piscatórios, são já palco de confrontações entre os Estados costeiros e os Estados com longa tradição na exploração de recursos em águas internacionais. Estes são os tempos.

Mas nem sempre foi assim. Utilizando um recurso renovável e auto-regulável - dependendo este último aspecto do seu grau de utilização ou extracção - a actividade pesqueira assumiu sempre, perante o homem, o papel de fonte básica e inesgotável de alimentos.

Sendo o recurso vulnerável, sujeito a leis biológicas de crescimento natural e tendo sido exercido, desde o final da II Guerra Mundial, um esforço excessivo de exploração, que o progresso tecnológico e o aumento da capacidade dos meios de captura permitiu, a presumida inesgotabilidade desta fonte primária de alimentos das populações, é hoje, mais um desejo do que um facto.

Acresce, que de acordo com as últimas estimativas da FAO, **o desvio entre a oferta e a procura de produtos da pesca será de cerca de 19 milhões de toneladas no ano 2010, contra os 8 milhões de toneladas de 1980, face ao previsível aumento da população e da procura em geral.** Sendo inquestionável que grande parte dos recursos exploráveis se encontram sobreexplorados, para conseguir

satisfazer aquela procura só resta o incremento da aquicultura; mas mesmo assim, atenção redobrada deverá ser dada à gestão e conservação dos recursos haliêuticos.

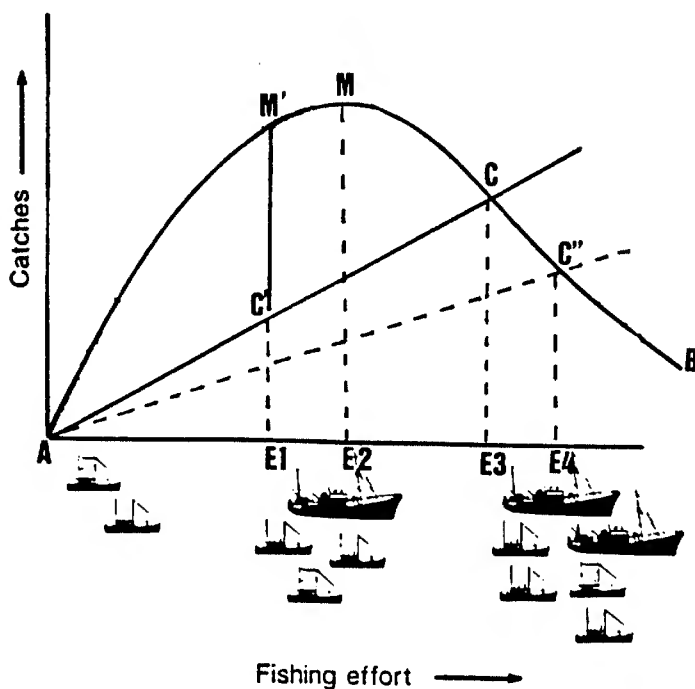
Pedra básica de todo o exercício que é a actividade pesqueira - pois sem recurso a actividade não existe - à gestão e conservação dos recursos haliêuticos, pela própria natureza do bem que gere, não se aplicam os instrumentos típicos que o conceito de propriedade pressupõe.

Convirá assim debruçarmo-nos sobre o que explica a exploração excessiva, as razões pelas quais as regras do mercado, em condições de livre concorrência, não conduzem à solução de equilíbrio.

## **1.2 - Propriedade comum e livre acesso**

A investigação biológica/económica neste domínio identifica o problema das pescas como sendo o resultado de se tratar da utilização de um recurso de propriedade comum explorado em condições de livre acesso. A utilização de um recurso que é de todos e para o qual o acesso é livre, conduz a uma competição entre os agentes envolvidos na sua exploração. Tal competição, que tem como objectivo capturar uma parcela cada vez maior, leva a um aumento do esforço de pesca. Qual então o comportamento do recurso?

De uma forma muito simplificada e através do Gráfico - II.1, pode verificar-se que à medida que aumenta o esforço de pesca, até  $E_2$ , as capturas vão aumentando, até que atinge o ponto máximo (M) da curva AB. Este é o ponto da captura máxima que o recurso suporta. Em terminologia inglesa, designa-se por *Maximum Sustainable Yield (MSY)*.

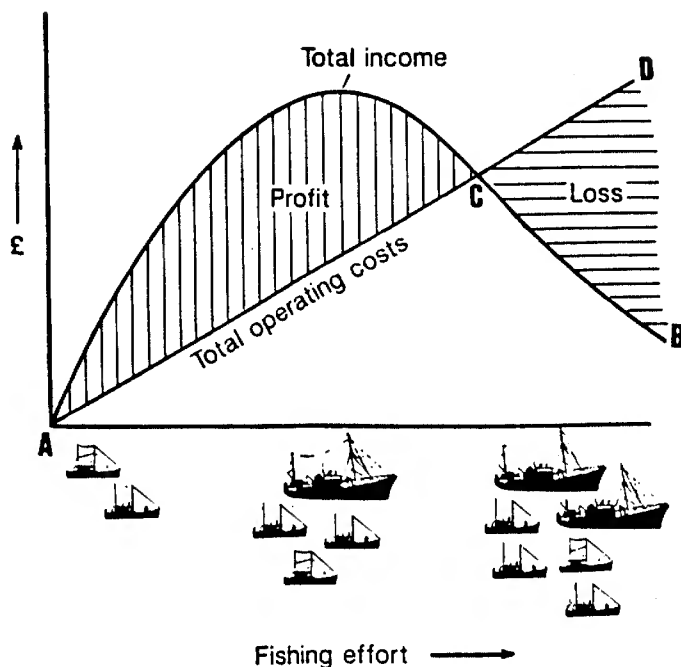


**Gráf. II.1:** Relação entre as capturas e o esforço de pesca.

**Fonte:** Adaptado da Fig.8.4, pág. 176, in "The Common Fisheries Policy", Mike Holden

Para além daquela situação, acréscimos de esforço correspondem a quantidades de capturas cada vez mais reduzidas, até ao ponto em que pode pôr em causa a própria renovação do stock.

A tradução deste modelo biológico para os efeitos económicos de um contínuo aumento do esforço de pesca é-nos dado pela leitura do Gráfico - II.2. Para um cada vez maior esforço de pesca, de E2 para E3, por exemplo, os custos operacionais aumentam e os rendimentos diminuem até se atingir o ponto (C). Maior esforço de pesca, a partir desse ponto representa só prejuízo. Em teoria, mais nenhum pescador deveria entrar na pescaria a partir desse ponto. Como, no entanto, existe um lapso de tempo até a detecção da situação, tal desejo não é viável. Esta situação ainda é mais grave se atentarmos no comportamento dos que já estão na pescaria. Não sendo fácil abandonar a profissão, procuram obter maiores produções através do aumento da sua eficiência, tornando assim, a pescaria ainda menos rentável.



**Gráf. II.2 :** Relação entre o rendimento, total dos custos e esforço de pesca, que mostra que à medida que o esforço aumenta a pescaria torna-se cada vez menos eficiente.  
**Fonte:** "The Common Fisheries Policy", Mike Holden, pág. 181

Resumindo temos que do ponto vista biológico o esforço não deverá exceder o ponto da captura máxima de equilíbrio (M). A consideração das condições económicas de exploração permite identificar uma produção e nível de esforço de pesca inferiores aos que são biologicamente aceitáveis, como por exemplo, o nível de esforço correspondente a E1 do Gráfico II.1. Falhando os mecanismos de mercado na obtenção do ponto de equilíbrio que permita a eficiência de uma pescaria (aqui se incluindo a renovação do "stock"<sup>1</sup> e a remuneração dos factores de produção - capital e trabalho - ) a Administração, por exemplo, poderá criar as condições que conduzam a uma efectiva gestão pesqueira. Ela terá que, face ao objectivo último de preservação dos recursos, definir as regras dissuasoras de um aumento do esforço de pesca, isto é, conduzam à existência de uma actividade remuneradora do capital investido, físico e humano.

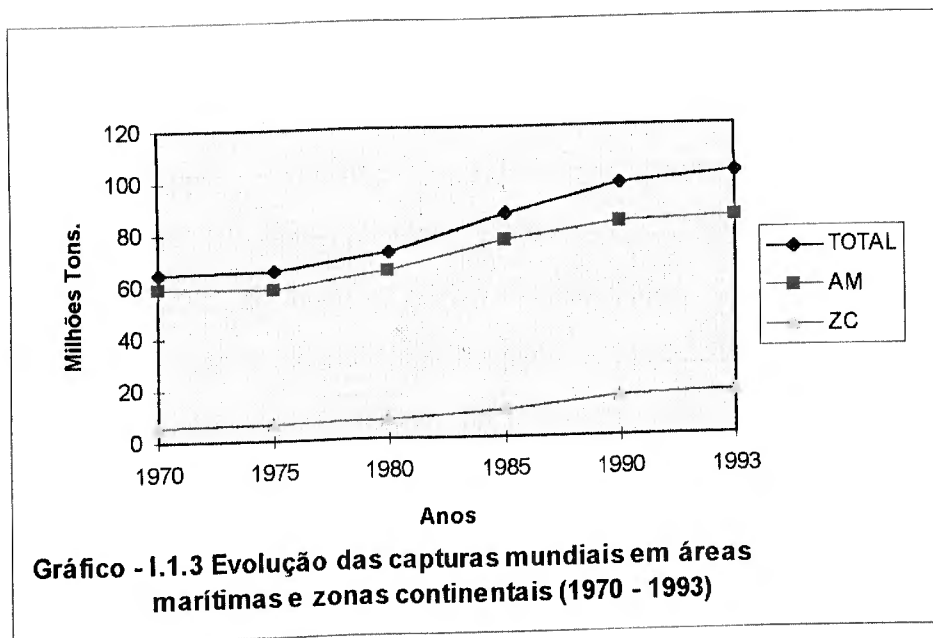
<sup>1</sup> "Stock ou Unidade de gestão é um conceito ligado à fase explorável de um recurso vivo. Supõe que o conjunto de indivíduos que a constitui reage de uma forma homogênea à exploração, tem uma área de desova mais ou menos fixa no espaço e no tempo e um circuito migratório mais ou menos constante". in Manacial Ibero-Atlântico de sardinha, sua avaliação e medidas de gestão, Graça Pestana, 1989, pág.13.

Com a extensão da área de jurisdição dos Estados costeiros -criação em 1977 da Zona Económica Exclusiva das 200 milhas marítimas-<sup>1</sup> cerca de 90% das espécies exploráveis passaram para o controle desses mesmos Estados. Seria expectável, que nesse contexto, uma maior dinâmica tivesse sido dedicada à gestão dos recursos. Tal não foi o caso, e o estado geral das pescas mundiais é a prova provada desse comportamento.

### 1.3 - Situação das pescas mundiais

#### 1.3.1 - Produção

A evolução das capturas mundiais de peixe, crustáceos e moluscos, no período de 1970-1993 - áreas marítimas e zonas continentais - é a que consta do seguinte gráfico:



AM - Áreas Marítimas  
ZC - Zonas Continentais

<sup>1</sup> "A zona económica exclusiva é uma zona situada além do mar territorial e a este adjacente, sujeita ao regime jurídico específico estabelecido na presente Parte, segundo o qual os direitos e a jurisdição do Estado costeiro e os direitos e liberdades dos demais Estados são regidos pelas disposições pertinentes da presente Convenção" in artº 55º, Parte V, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982, pág. 65.

Com uma ligeira quebra nos primeiros anos da década de 70, as capturas mundiais foram crescendo gradualmente nos anos seguintes até alcançarem em 1993 o volume de 101,3 milhões de toneladas. Verifica-se que num período ligeiramente superior a vinte anos as capturas mundiais aumentaram em mais de 50%. Este aumento espectacular, em tão curto espaço de tempo, coincidiu com a introdução, na década de 70, do conceito de Zona Económica Exclusiva e a consequente gestão e controlo por parte dos Estados costeiros de extensas áreas de pesca. E foi também neste período que se assistiu ao colapso da pesca da anchoveta nos mares do Peru, onde, de um total de 12 milhões de toneladas, a captura cai para 2 milhões no curto espaço de tempo de três anos, de 1970-1973.

A produção com origem em áreas marítimas cresceu 42% e a produção em zonas continentais mais do que duplicou. Esta última, vulgarmente conhecida por “aquicultura”, constitui a alternativa possível perante os limites materiais impostos pela própria natureza dos recursos haliêuticos.

Apesar do volume de capturas ter atingido os 100 milhões de toneladas após a quebra verificada em 1989, é opinião generalizada que aquele volume de capturas dificilmente poderá ser significativamente ultrapassado. Contudo, de acordo com dados provisórios da FAO<sup>1</sup>, estimou-se para 1994 um volume de capturas igual a 106 milhões de toneladas, sendo previsível que as capturas para 1995 se situem em valores compreendidos entre os 101 e 103 milhões de toneladas. Mais uma vez este aumento das capturas se deve à China, não só no que se refere à sua produção em zonas continentais como também derivado da actuação da frota longínqua em pesqueiros situados em África e no Pacífico.

A análise das capturas por principais espécies capturadas nos últimos vinte anos permite concluir que a estrutura foi pouco alterada. As cinco espécies mais abundantes têm um reduzido valor comercial, com excepção do “*alaska pollack*” que

---

<sup>1</sup> “Worldfish Report”, nº5, Dez/95, pág.SP/1.



se utiliza para a produção do surimi. As restantes são populações de pequenos pelágicos que estão submetidos a grandes flutuações naturais.

QUADRO - II.1: PRINCIPAIS ESPÉCIES CAPTURADAS  
1973 - 1983 - 1993

Unid: 1 000 tons					
	Principais Utilizações	1993		1983	
		Quant.	(a)	Quant.	(a)
Anchoveta	OF	8 300	1º	(b)	1 705 6º
Escamudo do Alasca	CH	4 758	2º	4 858 1º	4 617 1º
Carapau Chileno	OF e 10% CH	3 364	3º	1 679 6º	(b)
Sardinopa Japonesa	CH	2 306	4º	4 465 2º	(b)
Capelim	OF	1 742	5º	2 553 4º	2 054 3º
Sardinopa Chilena	OF	1 624	6º	4 066 3º	(b)
Arenque	OF	1 613	7º	1 141 8º	1 980 4º
Atum Gaiado	CH	1 365	8º	(a)	(b)
Bacalhau do Atlântico	CH	1 139	9º	2 072 5º	2 539 2º
Sardinha Europeia	OF	1 110	10º	961 9º	949 8º
TOTAL CAPTURAS MARÍTIMAS		84 261		68 279	55 585

NOTA: As capturas reportam-se a áreas marítimas  
(b) No período considerado não integram as dez principais espécies  
(a) Posição relativa  
CH = Consumo humano  
OF = Outros fins  
Fonte: FAO (1995), The State of World Fisheries and Aquaculture.

As espécies de maior valor comercial, caso do *bacalhau*, da *pescada*, do *arenque do Atlântico*, entre outros, têm vindo a perder posição. Por outro lado, espécies com um valor comercial apreciável, como o *atum* e os *camarões* (neste caso devido à produção aquícola), aumentaram significativamente o volume das quantidades capturadas.

Em termos regionais, e por agrupamento de países, temos que os “países em vias de desenvolvimento” têm vindo progressivamente a aumentar a sua participação nas capturas mundiais. Com apenas 27% em 1950, actualmente a proporção é de 66% a favor daqueles países. Esta situação era expectável face à imensa riqueza de que dispõem nas suas zonas económicas exclusivas, e, ainda, à consciencialização que gradualmente vêm tomando desse facto. Com efeito, de entre os dez principais produtores mundiais, mais de metade pertencem aos denominados “países em vias de desenvolvimento”.



**QUADRO - I.1.2: CAPTURAS MUNDIAIS POR PRINCIPAIS PRODUTORES \***

Unid: Tons.

PAIS	1993	1992	1991
CHINA	17 567 907	15 007 450	13 134 967
JAPÃO	8 450 600	8 460 324	9 301 131
PERU	8 128 121	6 842 700	6 949 384
UNIÃO EUROPEIA 12	6 722 705	7 062 268	6 842 618
CHILE	6 037 985	6 501 767	6 002 839
FEDERAÇÃO RUSSA	4 461 231	5 611 164	7 046 834
USA	5 939 339	5 602 876	5 488 650
ÍNDIA	4 324 231	4 175 112	4 044 186
INDONÉSIA	3 637 700	3 357 700	3 251 786
TAILÂNDIA	3 348 149	2 855 000	2 967 751
TOTAL MUNDIAL	101 417 500	98 785 200	97 401 800

\* inclui todas as áreas

Fonte: FAO (1993), Yearbook of Fishery Statistics, vol. 76

Importa referir que nos totais referidos no quadro acima, estão incluídas as capturas em zonas continentais, as quais, embora representando apenas 17% do total mundial, têm uma expressão significativa (43%, no total das capturas do 1º produtor mundial, a China).

### 1.3.2 - Consumo e comércio

A utilização das capturas mundiais destina-se, na sua grande maioria, a satisfazer o consumo humano directo. Por tipo de produto e para os últimos dez anos, observa-se a perda de posição do produto congelado a favor do produto fresco, o único que apresenta um acréscimo. Todos os outros regridem na sua posição relativa. Este facto poderá estar ligado a uma maior facilidade de transporte (quer no que concerne à própria existência da oferta, quer no que respeita ao preço com que é remunerado o serviço). Esta possibilidade permite a colocação de pescado em mercados exigentes e selectivos de produtos frescos e/ou refrigerados, sem perda da sua qualidade.



**QUADRO - 11.3: UTILIZAÇÃO DAS CAPTURAS MUNDIAIS  
1983 - 1993**

Unid: Tons

	1983	1993
<b>TOTAL CAPTURAS MUNDIAIS (10<sup>6</sup> tons)</b>	<b>77,5</b>	<b>101,4</b>
<b>Consumo Humano (%)</b>	71,0	72,4
Fresco	19,5	29,0
Congelado	24,6	23,6
Seco, salgado, fumado	12,7	8,2
Conservas	14,2	11,6
<b>Outros fins (%)</b>	29,0	27,6
Redução	27,1	25,8
Usos vários	1,9	1,8

Fonte: FAO (1993), Yearbook of Fishery Statistics, vol. 77

O comércio mundial caracteriza-se pela cada vez maior participação dos “países em vias de desenvolvimento” nas exportações mundiais. Passam de 22,8% em 1950 para 49% em 1993. O aumento das receitas líquidas do comércio externo desses países (exportações menos importações), no período que vai de 1985 a 1993 mais do duplicou. Pelo contrário, os “países desenvolvidos” diminuem as suas exportações. Em 1950 detinham 77% do mercado mundial, enquanto que, em 1993, somente exportam 51%.

Em 1993, a Tailândia é o primeiro exportador mundial, imediatamente seguido pelos Estados Unidos da América. Os principais mercados de produtos da pesca encontram-se no Japão, EUA e países da União Europeia. O Japão é claramente um país importador, enquanto que os outros dois mercados, sendo importadores líquidos, exportam cerca de metade do volume total das suas importações.

QUADRO - 11.4: IMPORTAÇÕES LÍQUIDAS DE PRODUTOS DA PESCA - 1993

	Unid:1 000 US\$		
	JAPÃO	EUA	CEE
Importações	14 187 149	6 290 233	14 247 493
(-) Exportações	766 952	3 179 474	7 907 251
(=) Importações líquidas	13 420 197	3 110 759	6 340 242

Fonte: FAO (1993), Yearbook of Fishery Statistics, vol. 77.

## 1.4 - O Futuro

De acordo com o referido na parte introdutória, não se prevê um “mar calmo” no evoluir das pescas mundiais. Num horizonte próximo desenha-se num horizonte próximo a configuração de uma nova ordem em termos de relações internacionais de pesca. O recente conflito entre a União Europeia e o Canadá, que teve como causa próxima a preservação de um recurso, constitui a face visível de uma estratégia que visa estender para lá das 200 milhas marítimas a área de jurisdição e soberania dos Estados costeiros.

Estamos, assim, na presença dos primeiros passos para a alteração do direito marítimo internacional, de modo a permitir que o princípio da liberdade de pesca no alto mar se modifique, restringindo ainda mais a actuação dos países tradicionalmente vocacionados para actuar fora das suas zonas económicas exclusivas. Se tivermos presente os desenvolvimentos que levaram ao estabelecimento dessas zonas e os compararmos com as actuações de países como o Canadá - **que legislou sobre matéria da exclusiva competência do direito marítimo internacional** -, o Chile - **que aprovou legislação relativamente ao mar presencial<sup>1</sup>** - e a Argentina que teve **idêntica actuação mas relativamente às espécies migratórias**, é lícito prever alterações substanciais nas relações entre os Estados.

<sup>1</sup> Define-se “Mar Presencial” como a área marítima para além e adjacente às 200 milhas marítimas, onde os Estados costeiros reclamam direitos baseados na sua presença efectiva de pesca.

Contrariando a tendência dos países atrás referidos, surgiram nos últimos anos acções no seio de Organismos Internacionais - Nações Unidas - com o objectivo de definir normas e regras para actuação das frotas no Alto Mar. Das acções encetadas foram aprovadas em 1995: i) *Acordo Internacional sobre o Cumprimento de Medidas de Conservação e Gestão de Recursos no Alto Mar*; ii) *Convenção das Nações Unidas sobre a pesca dirigida a populações transzonais e espécies altamente migradoras*; iii) *Código de Conduta para uma pesca responsável*.

Os Acordos e a Convenção referidos, de acordo com M.Vasconcelos<sup>1</sup>, estão “...intimamente ligados entre si, prendendo-se a um conjunto de ideias muito simples, como sejam:

- *uma visão global do mundo marinho e dos problemas da pesca assente no conceito de unidade populacional ou “stock” e no conceito de ecossistema, que pressupõe uma estreita relação de interdependência entre diversos organismos vivos e entre estes e o ambiente em que vivem e de que dependem;*
- *aplicação do princípio da aproximação cautelosa ou de precaução;*
- *generalização das ideias de compatibilidade entre as medidas de conservação e gestão ..... e de coerência entre estas medidas e o objectivo de preservação dos recursos .....;*
- *generalização de práticas de pesca responsável associadas a um código de conduta;*
- *maior consciência e sentido de responsabilidade quanto aos direitos e necessidades especiais das comunidades tradicionais e povos indígenas ....., bem assim como das regiões mais isoladas e dependentes da pesca;*
- *reforço da cooperação ..... e tendência para generalizar a aplicação do princípio da co-responsabilidade.”*

---

<sup>1</sup> “Política Comum de Pescas: Um esboço de perspectiva do futuro”, 1995, pág.6.

Na realidade o que as ideias atrás enunciadas permitem concluir é que o “mar quando existe é para todos” . Assim sendo, há que gerir os recursos de forma a preservá-los, disciplinando e responsabilizando os intervenientes neste processo de criação de riqueza e bem estar. Mas, se qualquer esforço de organização da actividade pesqueira exige a conjugação de todos os seus aspectos: biológico, económico, social e jurídico, é uma certeza que na grande maioria das vezes o aspecto económico prevalece sobre todos os outros. É assim, que perante a escassez comprovada de recursos e tendo presente o egoísmo das Nações, seja previsível que as boas intenções previstas nos já citados Acordos, pereçam perante a capacidade e o poderio económico das Nações que apostam sobretudo numa cada vez maior hegemonia dos espaços oceânicos que lhe são próximos.



## 2 - A Política Comum de Pescas

### 2.1 - Introdução

A abordagem da problemática relativa à Política Comum de Pescas justifica-se e é fundamental, não só para a compreensão do estado actual e do evoluir das pescas nacionais, como também pelas repercussões que as políticas comunitárias poderão ter na gestão global das pescas mundiais.

Como teremos oportunidade de referir o impulso maior que foi dado à construção desta política surgiu com o estabelecimento, em 1977, das Zonas Económicas Exclusivas. A necessidade de assumir uma posição comum que permitisse defender os interesses dos Estados membros em pesqueiros que ficaram a partir dessa data sob jurisdição dos Estados costeiros, e o sentimento de que era urgente gerir adequadamente os recursos que passaram a ficar sob jurisdição comunitária e que já apresentavam sinais de sobreexploração, levou a que se congregassem vontades na definição e consolidação de uma Política Comum de Pescas. Mas como refere **G.Apollis**<sup>1</sup>: *“L’acquis communautaire ne désigne donc pas une sorte de code maritime commun et intégré, mais la somme des compromis politiques complexes, laborieux et transitoires auxquels les Etats-membres et les Etats-candidats à l’adhésion sont finalement parvenus après des négociations s’étalant souvent sur plusieurs années.”*

O estabelecimento formal da Política Comum de Pescas, situa-se em Janeiro de 1983, após anos de difíceis negociações entre os Estados membros envolvidos. O seu enquadramento jurídico, ou seja, a sua legitimidade em termos do que estipula o Tratado de Roma, assume para alguns autores um carácter dúbio, isto é, não é claro que os artigos 38º e 39º do Tratado apontem para a existência de uma política de pescas autónoma da Política Agrícola Comum. Foi essa, contudo, a base legal, que

<sup>1</sup> No artigo intitulado: “Evolution et problemes de la Politique Commune de la Pêche”, in “La Communauté Européenne et la mer”, 1990, pág.65.

serviu de argumento aos Estados mais interessados numa Política Comum de Pescas e à Comissão para, paulatinamente, avançarem na sua criação. No articulado do nº 1 do artº 38º que refere que:

*“1. O mercado comum abrange a agricultura e o comércio de produtos agrícolas. Por ‘produtos agrícolas’ entendem-se os produtos do solo, da pecuária e da pesca, bem como os produtos do primeiro estágio de transformação que estejam em relação directa com estes produtos.”*

foi encontrado o imperativo legal da sua formalização enquanto que no texto do nº 1 do artº 39º foram encontrados os objectivos a prosseguir:

*“1. A Política Agrícola Comum tem como objectivos:*

- a) Incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização óptima dos factores de produção, designadamente da mão-de-obra;*
- b) Assegurar, deste modo, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura;*
- c) Estabilizar os mercados;*
- d) Garantir a segurança dos abastecimentos;*
- e) Assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores.*

Desde que em meados da década de 60<sup>1</sup> foram dados os primeiros passos, é possível, para uma melhor compreensão, situar, no tempo, os períodos de maior significado na evolução da Política Comum de Pescas. Temos assim:

- a década de 70, que se caracterizou pela definição dos primeiros regulamentos, pela inclusão dos resultados das negociações relativas ao 1º alargamento e pela

---

<sup>1</sup> “Report on the Situation in the Fisheries Sector of EEC Member States and the Basic Principles for a Common Policy” (Com(66) final 22 June).



absorção das consequências resultantes do estabelecimento das Zonas Económicas Exclusivas;

- *a década de 80*, em que a Política Comum de Pescas surge já com uma formalização na qual se define as diversas áreas a partir das quais, no futuro, se desenvolverá - **o regime de acesso aos recursos, a política de gestão e conservação dos recursos, a política de mercados e a política de estruturas** -, a qual conseguiu absorver o desafio resultante de novos alargamentos (Portugal e Espanha, nomeadamente);
- *a década de 90*, em que a Política Comum se questiona face à constatação da incapacidade dos seus instrumentos em responder aos desafios gerados, interna e externamente. A procura de soluções para responder aos grandes objectivos perfilam-se ao nível da definição de uma política de gestão e conservação dos recursos que, ao mesmo tempo que restringe a actividade, permita que o sector seja uma actividade geradora de riqueza e de desenvolvimento sustentado<sup>1</sup> das comunidades piscatórias, isto, do ponto de vista económico e social.

## 2.2 - Década de 70 ou o princípio de tudo

### 2.2.1 - O passado distante e as suas consequências no aceitar de uma nova política de gestão dos recursos haliêuticos

Repartir, entre os Estados, o acesso às águas e aos recursos haliêuticos ao mesmo tempo que se procura estabelecer um sistema que permita preservá-los, tem constituído matéria de conflitos entre os Estados costeiros e os Estados com importantes frotas longínquas. Esses conflitos conduziram à necessidade de se estabelecer regras consensuais visando a delimitação de áreas de jurisdição e soberania dos Estados costeiros.

<sup>1</sup> O conceito aqui referido entende-se como "..... um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades", Relatório Brundtland, 1987.



Remonta ao séc. XIX, mais precisamente a 1882 a existência do primeiro acordo relativo à demarcação desses limites -Convenção das Pescas do Mar do Norte- que estabeleceu o limite das 3 milhas marítimas para o mar territorial<sup>1</sup> dos países com interesses naquela área geográfica: Reino Unido, França, Alemanha, Dinamarca, Bélgica e Holanda. A Noruega e Suécia não subscreveram os princípios acordados na Convenção, uma vez que consideravam que os mesmos não defendiam os interesses dos Estados costeiros com comunidades piscatórias particularmente dependentes da actividade pesqueira. A situação era tanto mais sensível se atentarmos no facto de que, tradicionalmente, as frotas longínquas do Reino Unido e da Alemanha actuavam em águas nas quais a Noruega reclamava direitos preferenciais.

É esta situação que dá lugar ao conflito pesqueiro entre o Reino Unido e a Noruega e que, pelas suas consequências, poderá ser considerado como causa próxima e, certamente, como *uma das grandes etapas da evolução da política pesqueira internacional na Europa* (Wise 1984, p.69). Com base numa definição de linhas de base rectas<sup>2</sup> que não obedecia aos critérios da Convenção de 1882, a Noruega, estabeleceu 18 linhas de base que ultrapassavam as 15 milhas, apropriando-se, assim, de grandes áreas de actuação da frota longínqua do Reino Unido. Este caso acabou por ser presente ao Tribunal Internacional de Justiça em 1935, o qual emitiu juízo a favor da Noruega somente em 1951. Os juízes consideraram que o princípio estabelecido na Convenção de 1882, e que se referia ao limite das 10 milhas como fecho das linhas de base, carecia da autoridade que advem de uma lei internacionalmente aceite; em contrapartida, entendeu o Tribunal dever dar razão a critérios “socio-económicos” na demarcação dos limites de soberania e jurisdição do Estado costeiro sobre áreas marítimas adjacentes às suas costas. *Mais ainda, ficou claro que não podem nem*

---

<sup>1</sup> “Formam o Mar Territorial as águas marítimas adjacentes à terra firme, às águas marítimas interiores ou às águas arquipelágicas, numa faixa de largura uniforme que segue, em princípio, os contornos do recorte costeiro ou as linhas de base ou de fecho estabelecidas.” Marques Guedes. 1989, pág.73.

De acordo com a Convenção da Lei do Mar de 1982, no seu artº3º: “Todo o Estado tem o direito de fixar a largura do seu mar territorial até um limite que não ultrapasse 12 milhas marítimas a partir de linhas de base determinadas de conformidade com a presente Convenção.”.

<sup>2</sup> “Linha imaginária traçada entre pontos notáveis (de um ponto de vista geográfico) do recorte costeiro ou que envolva rosários de ilhas que bordejem a costa a curta distância” (Marques Guedes. 1989, pág.76)

*devem existir regras uniformes para a determinação de áreas com direitos exclusivos de pesca, em situações que do ponto de vista geográfico, económico e social são diferentes* (Wise, 1984, p. 70).

Esta decisão estimulou a iniciativa de outros Estados na reclamação de direitos exclusivos de pesca em áreas cada vez mais alargadas, como foi o caso da Islândia que conduziu ao conflito com o Reino Unido e que teve como resultado este Estado acabar por aceitar o limite das 12 milhas, acordo assinado em 1961. Após esses conflitos, foi notória a atitude dos Estados do Mar do Norte em estender a sua jurisdição até ao limite das 12 milhas medidas a partir das linhas de base rectas.

Os acordos da Convenção de 1882 encontravam-se, assim, irremediavelmente ultrapassados.

Por iniciativa do Reino Unido e já na década de 60, realizou-se, de Dezembro de 1963 a Março de 1964, a Conferência das Pescas Europeias, na qual estiveram presentes 16 países, incluindo-se os países da EFTA, CEE, Irlanda, Espanha e Suíça. A Comissão esteve presente na qualidade de observador e *é importante notar que alguns dos primeiros passos na formulação da Política Comum de Pescas foram dados nessa Conferência* (Wise 1984, p.75). De entre os resultados mais significativos dessa Conferência destaca-se a definição de novas zonas exclusivas de pesca. Definiu-se que: das 0 às 6 milhas, os Estados costeiros exerciam a actividade pesqueira com direitos exclusivos; das 6 às 12 milhas, os direitos dos Estados costeiros seriam partilhados com os Estados que tivessem prática de pesca no período compreendido entre Janeiro de 1953 a Dezembro de 1962. Acresce, ainda, que foram definidas regras relativas à presença no mar territorial e à definição de um período histórico de permanência, como base para uma partilha de possibilidades de pesca.

Mais uma vez a Noruega acompanhada pela Islândia e Suíça se recusou a assinar a Convenção. Tornou-se, desse modo, cada vez mais evidente a dificuldade em estabelecer um acordo que compatibilizasse interesses antagónicos. De um lado, os

Estados costeiros e a sua luta em preservar a sustentabilidade das suas comunidades piscatórias, do outro, os Estados com uma indústria pesqueira em que a pesca longínqua desempenhava um papel fundamental.

### 2.2.2 - Os Acordos de 1970

Paralelamente a estes conflitos a Comunidade Económica Europeia iniciava os primeiros passos na regulamentação da actividade pesqueira dos Estados membros. A necessidade de estabelecer uma política para os países da Comunidade a “Seis” não era unânimamente sentida por todos os Estados membros. A Comissão considerava que a resolução do problema dos direitos de pesca - matéria que, como vimos, era fonte de constantes conflitos entre os Estados -, exigia a formulação de uma política que enquadrasse todos os aspectos da indústria pesqueira. Esta perspectiva ia claramente ao encontro dos interesses franceses. O que estava em causa eram duas concepções antagónicas de intervenção. Por um lado a França - **com os seus problemas de mercado** - e a Comissão, advogando a necessidade de *“uma política de efectiva intervenção administrativa a nível comunitário, que permitisse estabelecer um equilíbrio entre as condições económicas de exploração e a perenidade dos recursos biológicos”*, e, por outro, os restantes países, com destaque para os da Europa do Norte, que eram favoráveis a **uma simples liberalização dos produtos da pesca no quadro comunitário e no respeito dos princípios do GATT**. Uma Política Comum de Pescas envolveria uma grande centralização e um enorme dispêndio de verbas. Subjacente aos argumentos franceses estava o elevado proteccionismo do seu sector pesqueiro. Com a liberalização do comércio dos produtos da pesca no interior da Comunidade e o estabelecimento gradual da Pauta Aduaneira Comum, a França não se encontrava preparada para competir com os restantes parceiros comunitários. Assim, para salvaguardar a sua indústria pesqueira, a França pretendia a existência de uma política que, ao mesmo tempo que liberalizasse o acesso ao mercado, definisse e apoiasse, financeiramente, a reestruturação do seu sector pesqueiro. Daí a insistência nos aspectos “estruturais” e “sociais” da possível Política Comum de Pescas. Os outros Estados membros viam com uma certa relutância o previsível financiamento,



pela Comunidade, das adaptações estruturais que a indústria pesqueira exigia, tanto mais que o seu principal beneficiário seria a própria França, uma vez que os mesmos já tinham realizado um substancial esforço de modernização face às condições cada vez mais adversas de acesso a recursos em águas de países terceiros.

Baseada numa perspectiva de elaboração de uma Política Comum de Pescas que abarcasse todos os aspectos da indústria pesqueira comunitária e tendo como argumento o imperativo legal que, no seu entender, o Tratado de Roma estipulava, (artigos 38º e 39º), a Comissão avançou não só com propostas que visavam uma organização de mercados o mais integrada possível, mas também, apresentou propostas que envolviam aspectos “estruturais” e de liberdade de acesso a recursos pesqueiros. Quanto a este último aspecto, argumentava a Comissão que o Tratado de Roma estipulava a liberdade de circulação de pessoas, produtos, serviços e capital, não se justificando que as pescas comunitárias constituíssem excepção a este princípio. Mais tarde, a Comissão reviu esta posição dizendo: *“A simples concretização do princípio da igualdade de acesso acabará por levar ao rápido esgotamento dos recursos, as consequências de tal situação seriam inaceitáveis”* (Cion, SEC(75) 4503 final, p.9).

As negociações que levaram a que, no Conselho de Ministros de Outubro de 1970, se tivesse chegado a um acordo foram difíceis. O que estava em confronto era, por um lado, uma política liberal que visava o estabelecimento de normas de competição num mercado comum, por outro lado, uma política de intervenção administrativa, a nível comunitário, que permitisse o equilíbrio entre a rentabilização económica da exploração dos recursos biológicos e as condições de preservação desses mesmos recursos. No final o acordo capitalizou cedências da França no que se refere à organização do mercado comunitário e princípio da igualdade de acesso a recursos pesqueiros, enquanto que por parte dos países do Norte elas se situaram no capítulo do apoio financeiro à reestruturação e modernização do sector. Dever-se-á ter presente que, para os “Seis”, era vital a definição de uma política comunitária para o sector pesqueiro, antes de se iniciarem as negociações previstas para o alargamento da

Comunidade a novos parceiros. É interessante constatar que o acordo foi conseguido em 30 de Junho, ou seja, no mesmo dia em que, oficialmente, foram encetadas as negociações com os novos candidatos **-Reino Unido, Irlanda, Noruega e Dinamarca-**. Foi assim necessário, perante candidatos para os quais a pesca constituía uma actividade económica de vital importância, apresentar um conjunto de medidas que traduzissem a posição comum dos “Seis”.

Especificamente o acordo incidiu sobre o seguinte:

- criação da **Organização Comum de Mercado dos Produtos da Pesca (Reg. (CEE) nº 2141/70)**, que seguiu de perto a lógica do que já existia para a Política Agrícola Comum. Estabeleceram-se normas de comercialização, organizações de produtores, política de preços, - inserindo-se neste último aspecto medidas de protecção do mercado comunitário -;
- limitação do **princípio do livre acesso às zonas de pesca comunitárias**, estabelecendo-se ao longo da costa uma área exclusiva de pesca de 3 milhas marítimas reservada aos nacionais de cada Estado membro por um período de cinco anos;
- reestruturação e modernização do sector pesqueiro através de uma **política estrutural (Reg. (CEE) nº 2141/70)**, financeiramente apoiada por fundos comunitários.

### **2.2.3 - Adesão de novos Estados: 1º alargamento**

Aquando das negociações relativas ao 1º alargamento da Comunidade e que envolveu o Reino Unido, Irlanda, Dinamarca e Noruega, a problemática “Pescas”, constituída pelos acordos que os “Seis” subscreveram, foi uma das matérias que fez parte do chamado “*acquis communautaire*” a ser aceite pelos países candidatos. Na

presença de candidatos com forte tradição pesqueira, detentores das mais ricas áreas de pesca e com um volume de capturas duas vezes superior ao total composto pelo conjunto dos “Seis” Estados membros, foi necessário para os mesmos “Seis”, tal como já referido, apresentar o facto consumado em matérias tão delicadas como as que se referem ao princípio da liberdade de acesso.

Foi precisamente aquele tema que motivou a alteração mais substancial dos acordos de 1970. Ficou assim acordado entre os “Seis” e os “Quatro” países candidatos **alterar o limite da área exclusiva de pesca de 3 para 6 milhas marítimas. Para zonas consideradas mais sensíveis, isto é, para zonas com comunidades piscatórias particularmente dependentes da actividade pesqueira, tal limite foi alargado para 12 milhas.**

Estas medidas teriam, no entanto, um carácter transitório, tendo-se estipulado que as mesmas só vigorariam até 31 de Dezembro de 1982, altura em que a Comissão apresentaria ao Conselho um relatório sobre a situação económica e social dessas zonas costeiras e o estado dos recursos. Tendo a Noruega, por referendo, recusado a adesão à Comunidade Europeia em Janeiro de 1973, a Comunidade passou a incluir três novos Estados membros, surgindo assim a Comunidade dos “Nove”.

Passar-se-ão alguns anos até que a Política Comum de Pescas volte a ser objecto de novas reformulações. O acontecimento que contribuiu para um novo aprofundamento veio do exterior, foram as alterações derivadas do novo Direito do Mar.

#### **2.2.4 - A Zona Económica Exclusiva das 200 milhas marítimas (ZEE)**

Tendo como causa próxima a proclamação do Presidente Trumam, de 26 de Setembro de 1945, *relativa à admissão da figura e do instituto da Plataforma Continental* (Guedes, 1989, p.115), vários países reivindicaram a sua soberania sobre

espaços marítimos adjacentes ao mar territorial. Tendo sido dado o primeiro passo, o movimento de apropriação pelos Estados costeiros de vastas áreas oceânicas não mais parou. É assim que no ano de 1974, no decurso da 2ª Conferência das Nações Unidas sobre o direito do mar, um conjunto significativo de Estados em vias de desenvolvimento reivindica a generalização da zona económica exclusiva de 200 milhas marítimas a todos os Estados costeiros. Se no início existiu uma certa relutância dos Estados industrializados em adoptar tal conceito, ela foi rapidamente ultrapassada, tendo, por exemplo, entre muitos outros, os Estados Unidos (em 1976, com efeitos a partir de Março de 1977) o Japão, URSS, África do Sul, Canadá e Noruega, adoptado tal regime ao longo da década de setenta. Portugal estabelece a sua Zona Económica Exclusiva em 1977, através do Decreto-Lei nº 33/77 de 28 de Maio.

Estes acontecimentos, não só contribuíram para modificar substancialmente as condições de acesso dos Estados membros da Comunidade a recursos em águas de países terceiros, como também implicaram a nível comunitário que tivessem de ser tomadas decisões que permitissem introduzir, na ainda incipiente Política Comum de Pescas, as alterações consideradas necessárias face à nova situação.

Um estudo realizado pela Comissão em 1975, e que tinha como objectivo medir o impacto, para a Comunidade, da adopção do regime das 200 milhas, permitiu concluir que 72% das suas capturas se situavam em zonas de jurisdição comunitária (Atlântico Norte essencialmente) ou que poderiam vir a estar submetidas a tal regime (Báltico e Mediterrâneo). Logo a Comunidade, no seu todo, perderia muito pouco.

No entanto, e para além do acima referido, se tivermos presente que:

- os acordos que tinham vindo a ser alcançados resultaram de compromissos frágeis entre os Estados membros;
- que o princípio da liberdade de acesso continuava a ser condicionado e fonte de possíveis conflitos;
- que, para alguns Estados membros, a perda de oportunidades de pesca em águas de países terceiros implicava uma diminuição significativa do volume de capturas;



melhor se compreende porque se tornava urgente dar um novo impulso à Política Comum de Pescas.

A leitura do Quadro - I2.1 permite-nos avaliar a forma como se encontravam distribuídas as capturas dos países comunitários em 1973:

**Quadro - I2.1**  
**Distribuição das capturas dos países comunitários (1973)**

País	Produção total	Capturas em águas territoriais ou adjacentes às 200 milhas		Capturas em zonas de outros países membros (limite de 200 milhas)		Capturas em zonas extra comunitárias (limite de 200 milhas)	
	103 tons	103 tons	Percentagem	103 tons	Percentagem	103 tons	Percentagem
Alemanha Federal	418,2	21,2	5,1%	113,3	27,1%	283,7	67,8%
Bélgica	49,1	25,9	52,7%	15,4	31,4%	7,8	15,9%
Dinamarca e Gronelândia	1453,4	990,9	68,2%	263,2	18,1%	199,3	13,7%
França	593,9	159,3	26,8%	274,7	46,3%	159,9	26,9%
Irlanda	80,1	72,0	89,9%	8,1	10,1%		
Itália	289,9	191,1	65,9%			98,8	34,1%
Holanda	220,4	78,6	35,7%	134,8	61,2%	7,0	3,2%
Reino Unido	1048,7	667,0	63,6%	3,4	0,3%	378,3	36,1%
Total	4153,7	2206,0	53,1%	812,9	19,6%	1134,8	27,3%

Fonte: Comissão das CE

Como se pode observar, com excepção da Alemanha, da França e da Holanda, as capturas dos restantes Estados membros situavam-se entre os 50 a 90% em águas territoriais ou adjacentes até ao limite das 200 milhas. Pelo contrário, tanto para a Alemanha, como para a França e Holanda, é evidente que as suas capturas incidiam predominantemente em águas extra-comunitárias. Esta diferente situação entre os Estados membros, permite compreender porque foi longo o caminho na busca de uma solução consensual sobre o controlo e a gestão dos recursos haliêuticos comunitários.

Prosseguindo o seu objectivo a Comissão apresenta em Setembro de 1976 ao Conselho um conjunto de propostas que visavam o seguinte:

- a adopção por todos os Estados membros, de uma zona económica exclusiva a partir de Janeiro de 1977, dando assim lugar ao denominado “mar comunitário”



com uma área aproximada de 1 000 000 km<sup>2</sup> (Mar do Norte e Atlântico Norte, o Mediterrâneo não foi incluído neste regime),

- **a possibilidade de a Comunidade assumir a representação dos Estados membros nas negociações internacionais relativas à gestão e partilha dos recursos**, actuando dessa forma como Parte de pleno direito;
- **a adopção de um regulamento relativo à gestão dos recursos pesqueiros** no interior da zona das 200 milhas dos Estados membros, que se traduz na fixação anual das capturas totais admissíveis (TAC)<sup>1</sup> por espécies ou grupos de espécies, de acordo com pareceres científicos;
- **a adopção de medidas que permitissem racionalizar a frota comunitária**, tendo como objectivo reduzir o excesso de capacidade de pesca e, assim, preservar os recursos.

No Conselho de 3 de Novembro de 1976, realizado em Haia, as duas primeiras propostas foram aprovadas; e a partir daí, passam a ser correntemente designadas por “*Resoluções de Haia*”. Mas pouco ou nada foi decidido quanto às duas últimas: gestão dos recursos e racionalização da frota comunitária. Assim sendo, foram estes os temas que, se tornaram nos anos que se seguiram, objecto de sucessivas negociações; por fim, em 25 de Janeiro de 1983, foi possível aprovar um conjunto de propostas que, no essencial, cobriam todos os aspectos da indústria pesqueira comunitária, e que, a partir dessa data e até aos dias de hoje constituem a estrutura básica da Política Comum de Pescas.

## **2.3 - Década de 80 ou a formalização das políticas**

### **2.3.1 - Acordo de 25 de Janeiro de 1983**

---

<sup>1</sup> Total Admissível de Capturas.

Os resultados alcançados no Conselho de Haia, de 3 de Novembro de 1976, não foram significativos. A questão básica relativa ao sistema de conservação e gestão dos recursos continuava a não ter solução. Timidamente referida, aquando dos primeiros regulamentos resultantes do Acordo de 1970, a necessidade de uma política de conservação e gestão de recursos surge, com maior acuidade, no preciso momento em que os Estados membros acordaram na adopção do regime das 200 milhas marítimas. A adopção deste regime deu lugar à existência de um mar comunitário, para o qual se tornava necessário definir uma política de gestão e conservação de recursos que permitisse acautelar, e mesmo aumentar, as potencialidades pesqueiras comunitárias.

Os problemas que desde 1976 impediram que se chegasse a um acordo entre os “Nove”, tinham a ver, fundamentalmente, com a questão do “acesso a recursos” - isto é, nenhum Estado membro poderia impedir os navios de outro Estado membro de pescar nas suas águas - e o estabelecimento do Total Admissível de Capturas, TAC, bem como da sua repartição em quotas, por Estado membro. É nesta altura que o conceito de “estabilidade relativa” é introduzido, tendo por instrumento base a atribuição da percentagem do TAC (para cada “stock” ou unidade populacional) atribuível aos diversos Estados membros. No cálculo desses indicadores seriam consideradas as seguintes variáveis:

- **capturas históricas** realizadas nos anos de 1973-78;
- **áreas particularmente dependentes da pesca** (preferências de Haia);
- **compensação por perda de oportunidades de pesca** derivadas do regime das 200 milhas marítimas, entretanto adoptado por Países Terceiros.

Após anos de difíceis negociações, um acordo mínimo relativo ao sistema de gestão e conservação dos recursos nas águas comunitárias foi obtido em **25 de Janeiro**

de 1983. De acordo com alguns autores, **Albert W. Koers**<sup>1</sup> por exemplo, o sucesso final das negociações ficou a dever-se aos seguintes factores:

- a) existência de uma efectiva coesão no seio da Comunidade;
- b) papel do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, assegurando que nenhum Estado membro poderia ir para além do que a lei comunitária dispunha;
- c) persistência da Comissão em avançar;
- d) possibilidade de obter acordos por contrapartida em outras áreas;
- e) existência de recursos financeiros necessários ao amortecimento de algumas das previsíveis consequências de tal acordo.

Assim, no início do ano de 1983, foi atingido o objectivo há muito desejado pela Comissão, ou seja, foi possível construir e fazer aprovar todo um conjunto de regulamentos que iriam dar lugar a uma política o mais integrada possível. Todos os aspectos relacionados com a gestão do sector pesqueiro foram considerados. De entre os regulamentos que, na altura, passaram a enquadrar a Política Comum de Pescas, o Regulamento (CEE) nº 170/83, é o que estabelece essa mesma política. O seu articulado define as regras relativas:

*à fixação de TAC's:* anualmente a Comissão, tendo em conta o parecer formulado pelo Comité Científico e Técnico das Pescas, propõe ao Conselho o volume de capturas autorizado para certas espécies nas várias zonas estatísticas. Para unidades populacionais consideradas comuns e que se situem para além das águas comunitárias, é estabelecido também um TAC, por acordo entre a Comunidade e os Países Terceiros directamente interessados;

*à fixação de quotas:* os TAC's atrás referidos são divididos em quotas pelos Estados membros, tendo em consideração os seguintes critérios: I) direitos tradicionais ou direitos históricos; ii) regiões particularmente dependentes da pesca (Gronelândia,

---

<sup>1</sup> Citado por Yann-Huei Song in "The EC's Common Fisheries Policy in the 1990s", *Ocean Development and International Law*, nº1, Jan-Mar 1995.

Irlanda e zona Norte do Reino Unido); iii) perda de oportunidades de pesca em águas de países terceiros por força da aplicação do regime das Zonas Económicas Exclusivas;

*à limitação do direito de acesso:* foi previsto que até 31 de Dezembro de 1992 cada Estado membro detivesse a exclusividade dos direitos de pesca na zona das 12 milhas, podendo este prazo ser prorrogável por mais dez anos, isto é, até 2002, alargando-se assim, o limite acordado em 1972;

*à conservação e controlo:* que abrangem, entre outros aspectos: i) medidas relativas ao tamanho mínimo das espécies desembarcadas; ii) valores máximos para as capturas acessórias (“by-catch”)<sup>1</sup>; iii) interdição da captura de espécies em certas zonas e em determinados períodos de tempo - zonas e épocas de defeso - de forma a proteger e, assim, permitir a reprodução do “stock”; iv) obrigatoriedade do registo, em diário de bordo, de elementos relativos à actividade pesqueira. Para o controle deste tipo de medidas foi criado um corpo multinacional de inspetores comunitários;

*aos acordos com países terceiros:* desde a Resolução de Haia de 1976, que a Comunidade actuava já como um Estado quer nas negociações com países terceiros (com vista à obtenção de acordos relativos a acesso a recursos e medidas de conservação de “stocks” de propriedade comum) quer nas negociações multilaterais. Contudo, e por força da política agora introduzida, era mais fácil negociar e daí retirar compensações vantajosas para todos;

*à reforma estrutural:* apesar da política estrutural constituir uma acção iniciada na década de 70, a reforma, que a nova Política Comum de Pescas introduziu, conferiu-lhe um carácter mais consentâneo com uma política estrutural efectivamente articulada com os outros aspectos da política pesqueira comunitária;

---

<sup>1</sup> Define-se “By-catch” como a quantidade capturada de outras espécies que não a espécie alvo.

à organização comum de mercados: ao longo do processo que conduziu ao acordo de 25 de Janeiro de 1983, esta foi uma das áreas para a qual foi possível chegar a acordo algum tempo antes. De facto, em Setembro de 1981, a política relativa a mercados sofreu uma reformulação (Reg. (CEE) nº 3796/81), não tendo assim sido objecto de alterações no acordo a que se chegou posteriormente.

### 2.3.2 - A Adesão de Portugal e Espanha

Em 1 de Janeiro de 1986, Portugal e Espanha constituíram os novos membros da Comunidade Europeia. A entrada destes dois países representou um novo desafio para a Política Comum de Pescas. Assim, *“Aumentou a capacidade de pesca em 75%, a produção e consumo de pescado em cerca de 45%, tendo ainda duplicado o número de pescadores”*<sup>1</sup>. Para além destes aspectos quantitativos, um outro, de fundamental importância nas negociações que tiveram lugar, foi o facto de cerca de dois terços da pesca espanhola e um terço da pesca portuguesa se realizar fora das respectivas águas de jurisdição. Os acordos a que se chegou definiram um regime transitório que visava regulamentar os direitos recíprocos de pesca entre os novos e os então Estados membros, até 31 de Dezembro de 2002, de acordo com o nº3 do artº. 8º do Regulamento (CEE) nº 170/83, regulamento que, na altura, constituía a pedra base da política comunitária de gestão dos recursos. Esta circunstância não era impeditiva de que o Conselho, antes de 31 de Dezembro de 1993, adoptasse as adaptações consideradas necessárias, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Relativamente aos dois novos Estados membros, em traços gerais, foi decidido, o seguinte:

- aplicação imediata das medidas comunitárias de conservação;
- restrição do acesso às águas dos “Dez” (a Grécia tinha, entretanto, aderido em Janeiro de 1981) através da definição do número de navios autorizados a pescar certas espécies e dentro de determinados quantitativos;

---

<sup>1</sup> Citado in “Mannuel sur la Politique Commune de la Pêche”, 1992, pág.22.

- supressão progressiva dos direitos aduaneiros, alinhamento gradual do preço de algumas espécies (p.e. *sardinha* e *biqueirão*) durante um período transitório (fixado, de uma forma geral, em 7 anos);
- transferência para gestão comunitária dos acordos concluídos com Países Terceiros.

A Comunidade, por seu lado, comprometia-se a considerar a situação particular desses dois novos Estados comunitários na reforma prevista da política estrutural.

*Considera-se que, no computo final, a Adesão de Portugal e Espanha não pôs em perigo o equilíbrio anteriormente alcançado pelos “Nove”. A Comunidade dos “Nove” defendeu-se, condicionando tanto quanto lhe foi possível o acesso dos novos membros aos pesqueiros do Mar Norte, evitando, ou minimizando assim, as previsíveis perturbações que resultariam da repartição das possibilidades de pesca existentes por mais dois Estados.*

## **2.4 - Década de 90 ou o tempo de novos desafios**

Já nos finais da década de 80 era perceptível um certo esgotamento dos instrumentos de actuação previstos na Política Comum de Pescas. Paralelamente a esta situação diversos acontecimentos, a nível mundial, irão obrigar a Comunidade a confrontar-se com a necessidade de, rapidamente, se adaptar a novas restrições que são autênticos desafios. Repercutem-se, assim, nos modelos sectoriais de desenvolvimento existentes, as opções que, do ponto de vista político, económico e social, a Comunidade considerou estrategicamente importantes incorporar no seu projecto de construção de uma Comunidade de nações, o mais abrangente possível, de forma a permitir-lhe alargar e consolidar a sua influência, não só no espaço regional europeu, mas alargá-la às áreas geográficas que confluem com os seus interesses estratégicos.

A Política Comum de Pescas surge, pois, na década de 90, enfraquecida pelas turbulências originadas no seu próprio seio e obrigada a absorver as consequências derivadas de compromissos comunitários, que transcendem o seu normal campo de actuação. Mas, é também este o tempo de avaliar a prática de dez anos de Política Comum e do fim do período de transição relativo à adesão de Portugal e Espanha.

Em síntese a Política Comum de Pescas dos finais dos anos 90 é a que resultou:

**- no plano interno -**

- do diagnóstico e das orientações emanadas do *Relatório 91*;
- da plena integração de *Portugal e Espanha*;

**- no plano externo -**

- da criação do *Espaço Económico Europeu*;
- do alargamento da Comunidade à *Suécia, Finlândia e Austria*;
- da política de aproximação às recentes democracias do *Leste Europeu*;
- do acordo resultante do *Uruguay Round* ;
- da nova perspectiva comunitária relativa ao *Mediterrâneo*;
- do que se prevê venha a ser uma *nova ordem internacional em matéria de relações de pesca* envolvendo Estados costeiros e Estados de Bandeira.

#### **2.4.1 - Relatório 91**

A presente década evidencia, com clareza, as incoerências entre a formulação dos objectivos a que a Política Comum de Pescas se propôs inicialmente e os resultados que a mesma alcançou. Antes mesmo da Comissão reconhecer, através do denominado Relatório 91<sup>1</sup> a insuficiência dos mecanismos existentes para contrariar a

---

<sup>1</sup> “Relatório 91 da Comissão ao Conselho e ao Parlamento sobre a Política Comum de Pescas”, (Doc.Sec.(91) 2288 final, pág.III). O Relatório faz o balanço da pesca comunitária no período de 1983 a 1990 e apresenta orientações para o período de 1993 a 2002.



evidência de que "... as pescas europeias estão numa situação de extrema vulnerabilidade económica e social, nomeadamente em termos de emprego" (Cion, 1992), já era notória a desilusão e a desconfiança dos agentes económicos relativamente a essa política.

Reportando-nos aos seus objectivos - nº1 do artº39º do Tratado - e tendo presente os acontecimentos que estão na origem das crises que, nos últimos anos, abalaram o mercado dos produtos da pesca - **com quebra significativa, em certas regiões, dos rendimentos dos pescadores** - é fácil constatar que, ou os objectivos foram mal formulados, pouco precisos e, em alguns casos, antagónicos, ou os mesmos expressavam o que se desejava alcançar, mas os instrumentos utilizados não foram os mais adequados. É este último ponto de vista que o Relatório da Comissão subscreve, ao afirmar que a situação das pescas comunitárias se caracteriza:

*"- por uma política de gestão/conservação dos recursos baseada apenas no estabelecimento de TAC e na sua repartição sob a forma de quotas, que provocou, na falta de um verdadeiro controlo das capacidades de pesca, uma corrida ao armamento ou mesmo à pesca, originando devoluções de peixes;*

*- pela não consideração de condicionantes tais como o particularismo das pescarias multiespecíficas;*

*- pela complexidade de um modelo de gestão dos recursos que requer importantes meios de vigilância e de controlo, incapazes de garantir o respeito das normas comuns face à insuficiência de meios coercitivos no plano comunitário e a uma falta de vontade política;*

*- pela insuficiente consideração dos parâmetros económicos, dada a primazia conferida à abordagem biológica na gestão dos recursos;*



- *pela insuficiente consideração dos parâmetros sociais, devido à falta de uma verdadeira política social dotada de instrumentos destinados a organizar a necessária reestruturação (perdas de empregos e reconversão), garantindo, ao mesmo tempo, o futuro desta actividade (formação);*
- *pela repartição das acções da Política Comum de Pescas em domínios estanques e pela falta de coerência entre esses domínios, nomeadamente entre a organização comum dos mercados e a política estrutural, situação agravada pela não aplicação de sanções às práticas ilegais. “*

Em síntese, o que este relatório veio confirmar, foi que a política pesqueira comunitária seguida nos últimos dez anos não acautelou o desenvolvimento sustentável da actividade. Isto é, foi-se assistindo à **sobreexploração e consequente degradação** de alguns dos principais recursos haliêuticos, com as consequências previsíveis ao nível da remuneração dos seus factores de produção: capital e trabalho.

Feito o diagnóstico, as orientações emanadas do Relatório 91 assentam no objectivo de preparar a Política Comum de Pescas para o “pós-2002” *através da obtenção do equilíbrio entre os recursos disponíveis e acessíveis e o esforço de pesca*. Para essa finalidade a Comunidade deverá orientar a sua política pesqueira de forma a:

- obter uma melhoria dos instrumentos que **regulam o acesso aos recursos**;
- **responsabilizar os agentes** a todos os níveis;
- **reforçar o controlo** das actividades através da criação de um sistema de licenças e de sanções dissuasoras;
- promover uma **melhor articulação** entre a gestão dos recursos internos, e dos recursos externos e dos mercados.



Perante o quadro de situação que lhe foi presente e as orientações que deveriam ser seguidas, o Conselho, em Abril e Junho de 1992, concluiu pela necessidade de reformular a Política Comum de Pescas. É por esse motivo que, em Dezembro desse mesmo ano, acabou por ser adoptado um novo sistema de gestão e conservação dos recursos da pesca e da aquicultura -Regulamento (CEE) nº3760/92, de 20 de Dezembro- que substituiu o Regulamento (CEE) nº170/83. Este novo Regulamento abrange todos os elementos que caracterizam a Política Comum de Pescas, envolve tanto a pesca como a aquicultura e procura interligar, nas acções a empreender, as várias vertentes dessa política: estruturas, mercados, gestão dos recursos e relações externas. Entre outros objectivos, visa os seguintes:

- introdução de um **sistema de licenças de pesca**, o mais tardar até 1 de Janeiro de 1995;
- adopção de um **sistema de controlo** envolvendo a **globalidade do sector pesqueiro**;
- fixação, numa base multianual e a estabelecer antes de 31 de Janeiro de 1994, dos **objectivos e regras para a reestruturação** do sector pesqueiro comunitário, com a finalidade de obter o equilíbrio sustentado entre os recursos e a sua exploração, tendo na devida conta os possíveis efeitos económicos e sociais e a diversidade e particularidades das regiões;
- fixação de **objectivos de gestão** dos recursos, se possível, numa base multianual e, quando necessário, envolvendo várias espécies;
- Para certos recursos, à luz dos objectivos e estratégias de gestão, determinação das **taxas de exploração** em termos do total de capturas autorizadas e/ou do total autorizado de esforço de pesca e, ainda, a afectação desses totais a cada Estado membro, através da fixação de quotas (ou em termos de esforço de pesca, e se, apropriado, numa base multianual).

Importa referir que esta nova Política Comum de Pesca manteve inalterados alguns dos princípios da anterior. Isto é:

- não houve alteração do princípio da estabilidade relativa;
- manteve-se a restrição ao acesso na zona costeira das 12 milhas marítimas;
- confirmaram-se situações especiais como seja o caso das “Shetlands Box”.

Esta nova Política Comum de Pescas terá uma vigência de dez anos, altura em que se procederá à sua revisão.

#### **2.4.2 - Relatório 92: Análise da aplicação do regime de acesso de Espanha e Portugal no sector da Pesca**

Em cumprimento do previsto nos artºs. 162º e 350º do Acto de Adesão de Espanha e Portugal, a Comissão elaborou o denominado *Relatório 92*, no qual apresentou um ponto de situação das pescas desses dois Estados membros após a adesão, ao mesmo tempo que formulou as propostas consideradas adequadas à integração plena dos mesmos no regime geral da Política Comum de Pescas. No Conselho de Ministros, de 24 de Junho de 1993, o citado relatório foi aprovado, e consta o seguinte nas suas conclusões: *“O Conselho considera que as directrizes das propostas formais da Comissão de regulamentos a adoptar pelo Conselho até ao final de 1993 deverão promover a integração dos dois Estados membros em causa na regulamentação geral da Política Comum de Pescas, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996, sem deixar de respeitar plenamente o “acervo comunitário” e, em especial, o princípio da estabilidade relativa, e tendo em conta a necessidade de não aumentar o esforço de pesca e as derrogações ao princípio da liberdade de acesso às águas como prevê o Regulamento (CEE) nº 3760/92.”*

Cerca de um ano mais tarde é aprovado o Regulamento (CEE) nº1275/94, de 30 de Maio, que define o fim do período de transição a que estavam sujeitos Portugal e Espanha, possibilitando, assim, a integração plena daqueles dois Estados membros. Este regulamento entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1996, complementado com outros três novos regulamentos:

- Regulamento (CEE) nº2027/95, de 15 de Junho, **que fixa os níveis máximos de esforço de pesca por país e pescaria;**
- Regulamento (CEE) nº2870/95, de 8 de Dezembro, **que fixa as obrigações dos Estados membros e dos capitães dos navios no que respeita ao controlo do esforço de pesca;**
- Regulamento (CEE) nº2945/95, de 20 de Dezembro, **que define as modalidades de preenchimento dos diários de bordo e a transmissão de dados sobre mudanças de pescarias.**

No seu conjunto marcam o início de uma nova estratégia comunitária para gerir as suas pescas, mediante um novo regime de gestão do esforço. O argumento utilizado para a existência deste novo regime baseou-se nas insuficiências que o regime de TAC/Quotas evidencia para a gestão equilibrada de uma pescaria; no entanto, ficaram inalterados alguns dos princípios básicos da Política Comum, como sejam, entre outros:

- . a estabilidade relativa;
- . não aumento do esforço de pesca;
- . preservação do equilíbrio das zonas sensíveis.

#### **2.4.3 - Relações externas da União: desenvolvimentos recentes**

No domínio das relações externas, a Política Comum de Pescas inseriu nas suas vertentes específicas (nomeadamente na política de mercados) os resultados dos acordos relativos ao:

*- Espaço Económico Europeu -*

Por contrapartida ao acesso a recursos nas águas norueguesas - 6 000 toneladas de bacalhau, progressivamente a aumentar até 11 000 toneladas em

1997 -, foi acordado o desmantelamento pautal para certos produtos da pesca, , na sua entrada no mercado comunitário (bacalhau p.ex.);

*- Alargamento à Suécia, Finlândia e Áustria -*

Não se tendo concretizado a adesão da Noruega, uma das previstas consequências positivas do alargamento na área das pescas não se fez sentir, isto é, a esperada redução, em 23%, do défice comercial dos produtos da pesca. Com a adesão da Suécia e da Áustria -grandes importadores de conservas de peixe- considerou-se como factor positivo o crescimento da procura externa deste tipo de produto, no que se refere, por exemplo, às conservas de sardinha.

*- Uruguay Round -*

Redução gradual de 45%, em média, para alguns “picos”<sup>1</sup> pautais, num período de 5 a 10 anos, a iniciar em Julho de 1995; 70 “picos” tarifários num total de 200 serão suprimidos; as espécies abrangidas são 37, de entre elas destacam-se as seguintes: *enguia-europeia*, *bacalhau*, *arinca*, *escamudo*, *cantarilho*, *badejo*, *linguado*. Para Portugal, o produto que foi abrangido pela redução de alguns “picos” pautais, foi a *conserva de sardinha*, para a qual foi previsto uma redução, ao longo de cinco anos, de 50% dos direitos de importação na União Europeia.

*- Aproximação aos Países do Leste -*

No decurso dos anos de 1994 e 1995, entraram em vigor os Acordos Europeus de Associação, no domínio das pescas, com os seguintes países: Hungria e Polónia (1994), Roménia, Bulgária, República Checa, Eslováquia, Estónia, Letónia e Lituânia (1995). Em fase final de negociações encontra-se o Acordo com a Eslovénia. Os resultados práticos destes acordos traduzem-se numa

---

<sup>1</sup> Direitos aduaneiros iguais ou superiores a 15%.

eventual concorrência no mercado comunitário de produtos da pesca, não sendo as contrapartidas, ao nível de acesso aos recursos pesqueiros, suficientemente aliciantes;

#### *- Mediterrâneo -*

A área do Mediterrâneo constitui uma zona estratégica com forte influência nos países do sul da Comunidade. Sendo um facto que nos finais da década de 80, com a desintegração do bloco de leste, se assistiu a uma maior canalização dos esforços da União Europeia para o acelerar da cooperação com os novos países saídos daquele bloco, não é menos verdade que as relações com os países da bacia do Mediterrâneo foram sempre considerados de interesse vital no estabelecimento de políticas concertadas de cooperação em diversos comínios da actividade económica. O sector das pescas, especificamente, as questões ligadas à conservação dos recursos e à gestão das actividades pesqueiras, que se desenvolvem dentro e fora do limite das águas territoriais, tem sido matéria de particular importância para os países comunitários vizinhos. Instrumentos que prevêm acções neste domínio, ou foram já aprovados, como, por exemplo, o *Regulamento sobre determinadas medidas técnicas de conservação e gestão de recursos da pesca no Mediterrâneo*, ou encontram-se em discussão, como seja o caso do *estabelecimento de um sistema comum de gestão das pescas mediterrânicas*.

## **2.5 - O Futuro**

Nos pontos anteriores foram referidas as origens e os desenvolvimentos que, nos últimos anos, estruturam a Política Comum de Pescas tal como hoje, conhecemos. Poder-se-á dizer que se tratou de um processo caracterizado por uma certa cristalização à volta de objectivos e instrumentos de actuação, que pouco ou nada

contribuíram para a solução dos problemas. De facto, como se poderá responder a questões como:

- A Política Comum de Pescas, contribuiu, efectivamente, para o aumento do bem estar dos pescadores, industriais e consumidores em geral? Conseguiu preservar os recursos e/ou viabilizar a gestão sustentada dos mesmos?

Se a resposta for positiva, a Política Comum de Pescas foi um sucesso. Contudo, não é essa a opinião generalizada e os factos são disso prova. Então será que se deverá esvaziá-la de conteúdo e, lentamente, fazê-la desaparecer? Também não é essa a opinião dos especialistas. Apesar dos fracassos, da constatação da fragilidade dos objectivos, a percepção clara que prevalece é que ela tem que existir. Em novos moldes, concerteza. Abandoná-la, não é do interesse dos Estados membros. A Política Comum de Pescas existe e assumiu uma estrutura tão integrada, não só porque os desenvolvimentos internacionais, no âmbito pesqueiro, assim o determinaram, mas também porque foi a fórmula encontrada pelos Estados membros para resolverem os problemas internos das suas indústrias pesqueiras.

Esta perspectiva é claramente exposta por G. Apollis<sup>1</sup> quando refere o seguinte:

*“... il est assez facile d'observer qu'il s'agit d'activités souvent problématiques dont les Etats-membres ont intérêt à faciliter la gestion en commun”.*

*“..... s'agissant des activités maritimes des ressortissants des Etats-membres: les productions minières du plateau continental et, en perspective, des grands fonds marins, demeurent exclues de la politique commune européenne....., alors que les productions biologiques, sévèrement en crise depuis 1970, sont étroitement réglementées et gérées par les institutions européennes.....”.*

---

<sup>1</sup> “Evolution et Problemes de la Politique Commune de la Pêche”, in “La Communauté Européenne et la Mer”, pág.63

Apesar de ser do seu interesse, as negociações que conduziram ao estabelecimento da Política Comum de Pescas, tal como já referido, pautaram-se pela aceitação de compromissos políticos, que pouco ou nada correspondiam à realidade dos factos, permitindo um vasto campo de incoerências e falta de rigor. A transposição, pura e simples, do que tinha sido estabelecido para a Política Agrícola Comum, é sintomático.

Não se cuidou da especificidade da matéria-prima - o recurso haliêutico - , que, sendo propriedade comum, se encontra sujeita à exploração, não só de um mas de vários agentes económicos. Mais ainda, quando sobre ele se exerce uma pesca excessiva, pode desaparecer num curto espaço de tempo.

É hoje verdade inquestionável que os resultados da política pesqueira comunitária não correspondem às expectativas geradas na consolidação de uma actividade que permitisse aquilo que constitui um dos seus objectivos: *“....assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola (aos pescadores), designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura (na pesca)”*

<sup>1</sup>.

Reconhecido pela Comissão, o ano de 1993, foi o ano em que se exacerbaram os conflitos latentes e se assistiu a uma das mais graves crises do sector. O que esteve em causa, foi a queda do rendimento dos produtores, por força de uma baixa generalizada dos preços de quase todas as espécies.

Sentida mais nuns Estados membros do que noutros, o que esta crise evidenciou foi a incapacidade das políticas comunitárias em prosseguir os objectivos - o que deixou de ser só do conhecimento de quem administra e fez-se sentir, com violência, nos agentes do processo produtivo. Foi uma crise para a qual, os mecanismos previstos na Organização Comum de Mercados não foram suficientes para a resolver. Os mesmos possuem uma característica conjuntural, atenuam os

---

<sup>1</sup> Alínea b) do nº 1 do artº 39º do Tratado de Roma.



efeitos de uma situação pontual, mas não respondem à resolução efectiva dos problemas. A crise de 1993, se assim se poderá chamar, nos seus aspectos imediatos encontrou solução através, entre outros aspectos, da actuação dos Governos - concessão de subsídios e outras ajudas ao armamento, industriais e pescadores - . Mas o fulcro da questão permanece. E nada está resolvido porque as causas que permitiram o despoletar da crise, permanecem.

Qual é então, o perfil da produção pesqueira comunitária?

A União Europeia é a 4ª potência mundial em matéria de pesca. Em 1993, produziu 6,7 milhões de toneladas de pescado; os Estados-membros que mais contribuíram para aquele volume foram: a Dinamarca, a Espanha e o Reino Unido, respectivamente, com 1,5, 1,3 e 0,9 milhões de toneladas. A evolução deste indicador, no período compreendido entre 1983-1993, permite concluir por uma quebra na produção e consequente perda de participação no conjunto das capturas mundiais.

**QUADRO - 12.2: CAPTURAS\* COMUNITÁRIAS (EUR-12)  
1983 - 1993**

	1983		1993		Unid: Tons
	VOLUME	%	VOLUME	%	Variação %
EUR - 12	7 131 160	9,2	6 722 705	6,6	-5,7
MUNDO	77 487 400	100,0	101 417 500	100,0	+30,9

Fonte: FAO (1993), Yearbook of Fishery Statistics, vol. 76  
\* inclui todas as áreas

Em termos regionais, as capturas concentram-se nas águas comunitárias, 84% do total capturado em 1992, somente 14% daquele total é capturado em águas extra-comunitárias. Relativamente a 1973, por exemplo, antes da alteração do contexto jurídico em que se exerciam as actividades de pesca, as capturas fora das águas comunitárias representavam cerca de 20% do total. Por países, temos que os mais dependentes de pesqueiros externos são: Espanha (48%), Portugal (23%) e França (20%).

### QUADRO - 12.3

DISTRIBUIÇÃO DAS CAPTURAS, DENTRO E FORA DAS ÁGUAS COMUNITÁRIAS (1992)

	Capturas Zonas Comunit. %	Capturas Zonas extra-Comunit. %	Zonas Continentais %	EUR 12 (tons)
Bélgica	98		2	37 356
Dinamarca	98	0,2	1,8	1 995 025
Alemanha	83	2	15	304 768
Grécia	85	8	7	171 690
Espanha	50	48	2	1 328 372
França	73	20	7	798 411
Irlanda	99,8		0,2	275 418
Itália	78	12	10	555 876
Holanda	99,4		0,6	438 004
Portugal	76	23	1	295 284
Reino Unido	98	0,2	1,8	847 250
EUR 12	83	14	3	7 074 454

Fonte: EUROSTAT

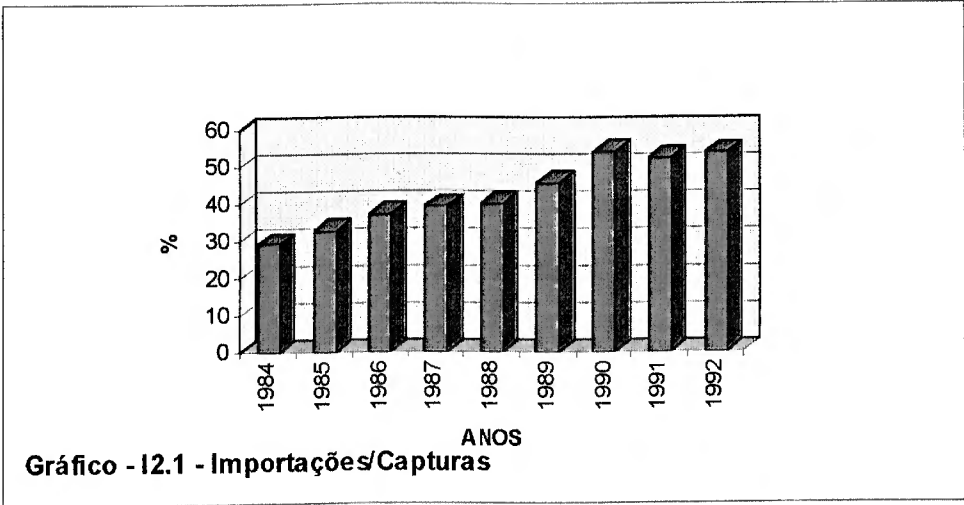
Apesar de se ter verificado a adesão de Estados membros com tradição de pesca em águas de Países Terceiros, - o que corresponderia a um aumento da dependência -, o que realmente se constata é a perda efectiva de oportunidades de pesca em pesqueiros externos, quer por degradação de certos recursos quer pela apropriação das zonas de pesca por parte dos Estados costeiros. Tal facto fez incidir o esforço de pesca comunitário nas suas próprias águas, já de si bastante exploradas, em especial no Atlântico Norte. Esta impossibilidade da frota comunitária de se movimentar para fora das suas águas, para além da degradação do estado dos recursos, teve e tem dois efeitos imediatos: o **excesso de capacidade da frota** face aos recursos existentes e a **quebra no abastecimento autónomo dos seus mercados**. Daí o agravamento progressivo da balança comercial dos produtos da pesca. As importações mais do que duplicaram no período compreendido entre 1983 e 1992: passaram de 5,7 para cerca de 13 milhões de ecus. As exportações também registam uma evolução crescente, mas de menor significado: de 3,4 milhões de ecus em 1983, para pouco mais de 6 milhões de ecus, em 1992. Ao consumo humano destinam-se, respectivamente, 82 e 86% das quantidades importadas e exportadas.

**QUADRO - 12.4**  
**IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO DA EUR-12 DE PRODUTOS DA PESCA POR TIPO DE CONSUMO, EM 1992**

TIPO DE CONSUMO	1992				SALDO	
	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO			
	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
Para o consumo humano	5 362	12 546	3 123	6 091	-2 239	-6455
Farinha e óleo	1 208	436	528	248	-680	-188
TOTAL	6 570	12 982	3 651	6 339	- 2 919	-6 643

QUANT. = 10<sup>8</sup> TONELADAS  
VALOR = 10<sup>8</sup> ECUS  
Fonte: Comissão CE

A cada vez maior dependência das importações para abastecimento do mercado comunitário é evidente no seguinte gráfico:



Fonte: FAO, Yearbook of Fishery Statistics

Temos, assim, um perfil económico da produção pesqueira comunitária, que se caracteriza por um esgotamento dos seus recursos exploráveis, o que, face à necessidade de satisfazer o consumo humano e industrial se traduz numa cada vez maior dependência dos mercados externos. Se a esta situação adicionarmos o facto de



que o sector da pesca não pode ficar indiferente às tendências e mutações do comércio internacional, de entre as quais se destacam:

- a eliminação gradual das barreiras aduaneiras, consagrada no último ciclo de negociações multilaterais;
- a previsível queda dos preços de produtos concorrenciais,

melhor se compreende a tarefa imensa que é compatibilizar no seio daquela Política Comum de Pescas interesses tão díspares, como sejam os de, por um lado, satisfazer os consumidores e as indústrias de transformação, por outro lado, garantir o rendimento dos produtores comunitários.

É neste universo de conflitualidade de interesses que se centra, em nosso entender, um dos fracassos da Política Comum. Sendo, ainda que obviamente perceptível, os objectivos e instrumentos dessa política deveriam ter sido definidos e utilizados criteriosamente, de forma a eliminar os factores susceptíveis de porem em risco a possibilidade de um certo equilíbrio.

Para além deste aspecto, a definição de objectivos pressupõe a existência de um poder efectivo para fazer cumprir. O que não é o caso da Política Comum de Pescas. Definem-se objectivos, mas o tempo dirá se são para cumprir. Encontram-se neste âmbito as políticas de redimensionamento das frotas comunitárias, com objectivos fixados e não cumpridos por alguns Estados membros. É assim que o desajustamento estrutural, entre o que se pode pescar e a capacidade existente, que está na origem da cada vez maior perda de competitividade da frota comunitária e da consequente perda de rendimentos dos produtores. Não sendo possível garantir o retorno do capital investido nem permitir a acumulação das mais valias criadas, não é possível sustentar, economicamente, uma actividade.

Para além dos factores de ordem interna, a Política Comum do futuro irá, sem dúvida, ser condicionada pelas restrições cada vez mais acentuadas de possibilidades

de pesca em águas de Países Terceiros ou internacionais, pela previsível adesão de novos Estados e pelo aprofundamento das relações comerciais preferenciais com Estados vizinhos.

### 3 - Evolução Recente das Pescas Nacionais

#### 3.1 - Introdução

Tradicionalmente, a actividade produtiva do sector pesqueiro nacional tem sido caracterizada pela captura de duas espécies: *a sardinha e o bacalhau*. As mesmas determinaram o desenvolvimento de frotas de pesca vocacionadas para a sua captura, assim como justificaram a existência de uma indústria específica. No caso da *sardinha*, temos de salientar o seu aproveitamento industrial sob a forma de conservas; no caso do *bacalhau*, desde sempre se desenvolveu a sua transformação pela salga e pela secagem.

A importância que se atribui a estas duas espécies repousa na influência que as mesmas detêm no evoluir do sector pesqueiro nacional. A *sardinha*, devido ao seu aproveitamento sob a forma de conservas, tem sido considerada como a espécie de maior impacto nas exportações de produtos da pesca, e aquela que, face ao seu contributo para o total desembarcado pela frota nacional, - cerca de 50% do total -, melhor garante a sustentabilidade do sector, apesar das dificuldades com que se confronta no presente. O *bacalhau*, pelo contrário, deve a sua importância à grande aceitação de que beneficia no mercado interno, onde adquiriu o estatuto de produto insubstituível na dieta alimentar dos portugueses, o que, perante as dificuldades de abastecimento nos pesqueiros tradicionais (Atlântico Norte, nomeadamente) se traduz em importações cada vez mais significativas **-produto acabado e matéria-prima para a indústria de secagem-**, sem que, no curto e médio prazo, se vislumbre uma alteração desta tendência, a qual tem mais a ver com alteração dos hábitos alimentares do que com a possibilidade de abastecimento interno através da actuação da nossa frota em pesqueiros internacionais.

Antes de nos debruçarmos sobre a situação actual das pescas portuguesas, convirá traçar uma breve caracterização das mesmas no período imediatamente anterior à Adesão à Comunidade Económica Europeia.

### 3.2 - As Pescas no limiar da Adesão

As principais características das pescas portuguesas, no limiar da Adesão, são a consequência de um processo histórico de marginalização do sector comum, aliás, às actividades do sector primário da economia portuguesa. Assume-se esta perspectiva porque foi notória a inoperacionalidade e incapacidade das políticas seguidas para produzir resultados visíveis na consolidação de uma estrutura produtiva que permitisse a sua inserção, sem grandes sobressaltos, no âmbito mais vasto das economias europeias.

À data da Adesão, as condicionantes e estrangulamentos do sector são o resultado da política de forte intervencionismo estatal imposta pelos princípios corporativos do Estado Novo, que as alterações introduzidas, após Abril de 1974, não foram suficientemente capazes de conduzir a uma dinâmica de reestruturação que eliminasse, de facto, o sentimento corporativista ainda dominante. Ou seja, não se assistiu à eliminação da dependência e consequente responsabilização dos principais intervenientes do processo produtivo. Ainda hoje é visível um certo "paternalismo" da Administração na gestão das pescas portuguesas.

A avaliação, que ao tempo foi produzida pelos responsáveis do sector, encontra-se claramente expressa no seguinte: *"As pescas em Portugal de facto não se adaptaram bem aos novos condicionalismos que apareceram nos domínios do direito internacional, da economia e da biologia e um sentimento de incerteza é patente em muitas empresas e pescadores face ao futuro e aos desafios da Adesão de Portugal à CEE."*<sup>1</sup>

<sup>1</sup> "O Sector das Pescas: Caracterização e Propostas", Ministério do Mar, Secretaria de Estado das Pescas, Junho, 1985, pág. 4.

O que era visível, e por todos assumida, era uma situação de crise nas pescas portuguesas, visível na queda da produção e no saldo negativo das trocas com o exterior, conforme nos revela o seguinte quadro.

**Quadro - 13.1**  
**Evolução dos principais indicadores no período de 1945-1984**

Anos	1945	1964	1973	1980	1984
Desembarques (10 <sup>3</sup> tons)	252	415	340	277	283
- Pescas Costeiras	204	297	245	213	215
- Pescas distantes	48	118	95	64	68
Conservas (10 <sup>3</sup> tons)	77	159	91	95	88
- Exportação	40	77	41	43	42
- Importação	37	82	50	52	46
Balança Comercial (10 <sup>3</sup> tons)	75	113	128	125	160
- Exportação	45	89	48	51	56
- Importação	30	24	80	74	104

NOTA: Os valores relativos aos anos de 1945, 1964 e 1973 correspondem às médias trienais centradas

Fonte: Adaptado do "O Sector das Pescas: Caracterização e Propostas", 1985, pag.3

As causas de tal situação residiam, para as pescarias costeiras, numa degradação dos recursos, principalmente *pescada* e *carapau*; para as pescarias longínquas, nas dificuldades de acesso a pesqueiros internacionais, derivado, entre outros aspectos, da evolução do direito marítimo internacional - isto é, da criação das Zonas Económicas Exclusivas em 1977.

Paralelamente, como consequência de tais factos, e do tipo de consumo de produtos da pesca, característico do nosso mercado, a balança comercial dos produtos da pesca inicia um período de sucessivos (e cada vez mais acentuados) saldos





negativos, apesar da política de protecção do mercado interno e de subvenções às exportações, de que foi exemplo:

- o contrato-programa celebrado, em Junho de 1982, entre o ICEP (Instituto de Comércio Externo de Portugal) e os industriais de conservas de peixe, no sentido de ser estabelecido um regime de subsídios em função dos objectivos de exportação;
- os subsídios concedidos directamente à exportação, sob a forma de uma comparticipação monetária, a qual, em 1979, correspondia a 14\$00 por cada caixa exportada.

Para além destes subsídios e para a indústria de conservas, existia, ainda, uma ajuda ao azeite e ao óleo utilizado na indústria. Encontrava-se assim o sector pesqueiro nacional à data da Adesão com dificuldades de sobrevivência, tanto ao nível dos seus próprios recursos, como também, perante a existência de uma frota longínqua para a qual não encontrava condições de rentabilização.

O acordo alcançado incidiu no seguinte:

*"Acesso às águas e aos recursos*

- a) A Comunidade não exercerá pesca na zona das 12 milhas;*
- b) O acesso dos pescadores comunitários à zona das 12 milhas será controlado, até ao ano 2002, através da fixação de um número máximo de navios;*
- c) Na área das 12 às 200 milhas as espécies demersais, os crustáceos e os moluscos, bem como os pelágicos sujeitos a medidas restritivas da captura, são reservados aos pescadores nacionais;*
- d) Nas sub-zonas de pesca dos Açores e da Madeira, os pescadores comunitários não poderão exercer actividades de pesca, à excepção das que se dirijam à captura de uma espécie de atum (o voador), e mesmo assim limitada a 8 semanas em cada ano e ao emprego de uma arte específica (corrico);*
- e) Quanto ao acesso de pescadores portugueses às águas da Comunidade dos Dez existem algumas possibilidades relativamente à captura de certas espécies;*
- f) Ficou garantida a manutenção das actividades da frota portuguesa no âmbito dos acordos bilaterais que Portugal celebrara com países terceiros, acordos que terão de ser transpostos para o plano comunitário;*



*g) O regime nacional das sociedades mistas poderá manter-se durante um período transitório com a duração de 7 anos, relativamente às constituídas à data da Adesão.*

### ***Mercado***

- a) Desmantelamento progressivo e assimétrico dos direitos aduaneiros durante 6 e 7 anos, respectivamente pela Comunidade e por Portugal;*
- b) Manutenção, por um período de 7 anos, das restrições à importação, no que respeita às espécies mais significativas e sensíveis, garantindo uma integração harmoniosa e progressiva no mercado comunitário;*
- c) A aproximação dos preços da sardinha far-se-á de modo progressivo ao longo de 10 anos. Ficou assegurado, por declaração da Comissão, que em caso de perturbação do mercado da sardinha serão tomadas as medidas necessárias à sua correcção;*
- d) Foram definidos contingentes anuais de direito nulo para as conservas de sardinha, atum e cavala, respectivamente de 5 000, 1 000 e 1 000 toneladas.*

### ***Estruturas***

- a) Portugal beneficiará dos programas estruturais comunitários, a partir da data da adesão, com taxa mais favorável de participação financeira da Comunidade;*
- b) Ficou acordada a possibilidade de uma comparticipação financeira da Comunidade no programa de fiscalização e vigilância das actividades de pesca na ZEE portuguesa, a determinar em momento ulterior.<sup>1</sup>*

Passados que são quase dez anos, e como teremos oportunidade de constatar, a situação actual em muito pouco ou nada se alterou.

Convirá, para finalizar esta pequena abordagem, referir o que Pedro Álvares comentou sobre o processo negocial que conduziu à aceitação, por Portugal, do "acquis communautaire". Refere o seguinte: "Mais importante do que as negociações com os "Dez" que se limitaram a consagrar situações de facto, foram as que se realizaram com a Espanha, cuja frota constituía nas águas portuguesas uma ameaça

<sup>1</sup> "Uma política para o mar". José de Almeida Serra, 1987, pág. 164.

maior do que a do conjunto de todas as frotas pesqueiras dos restantes Estados membros. Essas negociações saldaram-se por uma das maiores vitórias que Portugal conseguiu obter nas negociações de adesão"<sup>1</sup>

### 3.3 - As Pescas : evolução recente

O quadro geral de situação das pescas portuguesas está sintetizado no ANEXO - I.1; aí se apresenta, para os principais indicadores económicos do sector, a sua evolução desde a Adesão às Comunidades Europeias, em 1986, até ao ano de 1994. Convirá, no entanto, particularizar o comportamento de alguns daqueles indicadores.

#### 3.3.1 - Produção

##### *Pesca*

A produção de pescado regista, no período em análise, uma evolução negativa: passou de 400 mil toneladas, em 1986, para 260 mil toneladas, em 1994, sendo significativa a quebra verificada nos pesqueiros internacionais (Atlântico Norte e Atlântico Sul) (Gráf. - I3.1).

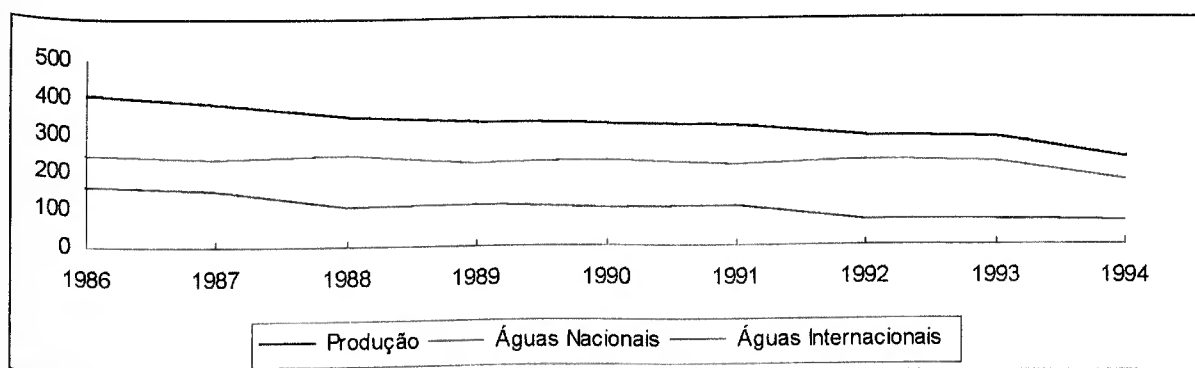
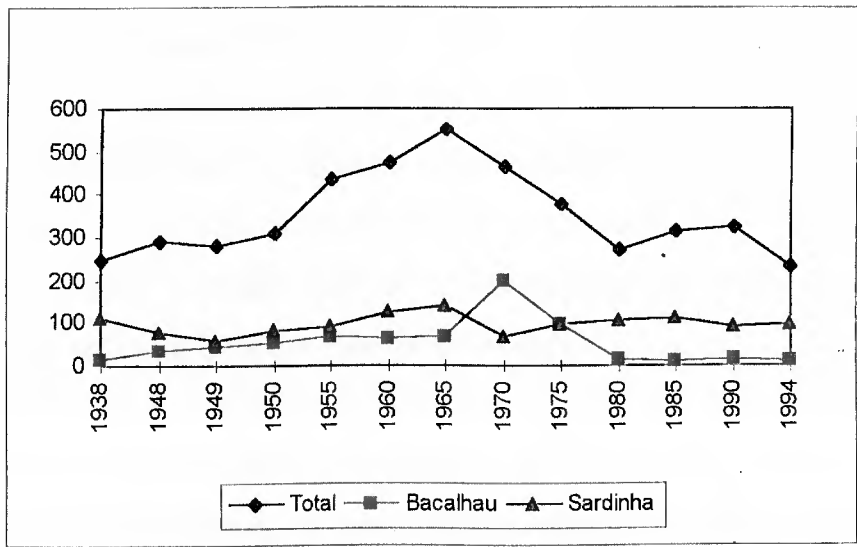


Gráfico - I3.1: Produção por áreas de pesca : 1986-1994

Contudo, esta situação não é nova. Desde que atingiu o seu valor máximo, na primeira metade da década de 60, mais precisamente, no ano de 1964 - **603,7 mil**

<sup>1</sup> "Portugal na CEE - O Presente e o Futuro", Pedro Álvares, 1986, pág. 349.

**toneladas** - a produção pesqueira nacional tem vindo a diminuir, acompanhando, muito de perto a evolução das capturas do *bacalhau* e da *sardinha* (Gráf. - I3.2).



**Gráfico - I3.2: Evolução da produção por principais espécies 1938 - 1994**

Aquelas duas espécies representaram, em determinados períodos, mais de 50% do total capturado pela frota nacional. Reservando para análise posterior os comentários sobre a *sardinha*, importa dedicar alguma atenção à forma como evoluíram as capturas de *bacalhau*.

As capturas de *bacalhau* atingem o seu máximo, cerca de 200 mil toneladas, em 1970, mantendo-se, até meados dessa década, com valores compreendidos entre as 171 e 124 mil toneladas, respectivamente para os anos de 1971 e 1973. Em 1975, assiste-se a uma redução de 40% - **as capturas passam de 159 para 95 mil toneladas** - a qual se acentua até 1986, ano da Adesão. Convirá referir que a perda de oportunidades de pesca em pesqueiros tradicionais que, a partir de 1975, se foram acentuando, coincide com o movimento de apropriação de vastas superfícies oceânicas por parte dos Estados costeiros. Em 1986, as capturas de *bacalhau* mais do que triplicam, pois que, de 10 mil toneladas em 1985, passa para cerca de 47 mil toneladas. Nos anos seguintes, a tendência de quebra volta a acentuar-se. Para o ano de 1994 as capturas de *bacalhau* estimaram-se em pouco mais de 8 mil toneladas.

Importa, contudo, fixarmo-nos na produção<sup>1</sup> proveniente das "Águas Nacionais".<sup>2</sup> Esta opção reside no facto da produção proveniente de "Águas Nacionais", representar quase 80% e entre 60 a 70% do total das quantidades e do valor, desembarcado, respectivamente, e ainda, no conhecimento de que, face ao evoluir das condições de acesso a águas de países terceiros, restrições cada vez mais acentuadas ir-se-ão fazer sentir, implicando que a actividade pesqueira nacional veja cada vez mais reforçado o condicionalismo de somente poder contar com o produto proveniente da actuação da frota nas suas próprias águas.

No período que temos vindo a analisar, de 1986 a 1994, tal produção, evoluiu sem grandes oscilações, situando-se em média próxima das 230 mil toneladas. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, no seu conjunto, são responsáveis por cerca de 15% da produção em águas nacionais, sendo os seus desembarques basicamente constituídos pelas seguintes espécies: *"atuns e similares"*, *"peixe-espada preto"* e *"carapau negrão"*. Quanto ao Continente, o Anexo-I.2, permite-nos uma visão da evolução dos desembarques das principais espécies, em quantidade e valor.

De 1986 a 1994 as quantidades desembarcadas evoluem negativamente, -20%. Os sucessivos decréscimos, - o mais significativo dos quais registou-se em 1994, - 10,7% -, não foram compensados pelos acréscimos verificados em alguns anos, como, por exemplo, em 1992, +4,5%. O valor dessas quantidades, quando avaliado a preços correntes, permite concluir por um aumento das receitas em cerca de 28%.

De 1986 a 1991, assiste-se a variações positivas assinaláveis, (com excepção do ano de 1989, que apresentou um ligeiro decréscimo). A partir de 1991, as variações invertem-se, expressando-se dessa forma uma significativa queda dos preços de 1ª

<sup>1</sup> "O conceito de produção aqui referido deverá ser entendido como as quantidades de pescado **desembarcado** em condições que permitam a transacção normal em lota. Estas quantidades desembarcadas constituem uma parte da captura total, onde se incluem as rejeições no mar, os transbordos e desembarques em portos sem controlo" (Recursos da Pesca, série estatística, Junho de 1987)

<sup>2</sup> Consideram-se "Águas Nacionais" a superfície oceânica a que corresponde a nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 200 milhas marítimas, e que é igual a: 319.413 km<sup>2</sup> (Continente); 938.000 km<sup>2</sup> (RAAçores) e 426.200 km<sup>2</sup> (RAMadeira), totalizando cerca de 1.300.000 km<sup>2</sup>.

venda, e por consequência dos rendimentos dos pescadores, situação que nem o aumento das quantidades desembarcadas conseguiu compensar.

Os valores reais, isto é, os valores nominais ou valores a preços correntes, corrigidos da depreciação monetária, conduzem-nos a uma conclusão diferente. De 1986 a 1994 o valor das quantidades desembarcadas diminuíram 23%. Com excepção dos anos de 1987 e 1988, durante os quais se verificou uma efectiva valorização da produção, todos os outros anos apresentam uma evolução claramente negativa. Ao considerarmos as "principais espécies", verifica-se que é determinante o comportamento de certas espécies, como a *sardinha* e o *carapau*, na formação do valor da produção. Aquelas duas espécies, que representam mais de 50% das quantidades desembarcadas, apenas contribuem com 25% para o valor da produção em Águas Nacionais.

*Em conclusão, temos que a actividade da frota pesqueira nacional em águas da sua jurisdição e soberania, caracteriza-se por uma evolução negativa das quantidades desembarcadas, o que, atendendo aos baixos preços com que são remuneradas as suas duas principais espécies, se traduz numa valorização, a valores reais, de tendência decrescente.*

### *Aquicultura*

A aquicultura ou a actividade que permite controlar a produtividade natural das águas em fonte de proteínas para consumo humano, adquire o estatuto de **actividade económica** no sentido pleno do termo, no princípio do século, com a cultura da ameijoia, e mais próximo, na década de 60, com a cultura de ostras. Não atingindo a dimensão da "pesca" propriamente dita, a actividade aquícola, desenvolveu-se ao ritmo das vontades, quando se vislumbrava a possibilidade de obter ganhos significativos com o mínimo de dispêndio, não só no que respeitava ao capital financeiro, como também do capital humano. Não se cuidou, assim, de rentabilizar as condições naturais de que o país dispõe.

Constituindo a aquicultura uma das áreas de intervenção da política estrutural prevista na Política Comum de Pescas, o seu desenvolvimento tem vindo a ser apoiado com fundos comunitários, com o objectivo, de contribuir para o atenuar do défice da balança comercial dos produtos da pesca, e como forma de permitir a fixação das populações nos meios rurais e zonas costeiras.

Com a Adesão às Comunidades Europeias, a aquicultura portuguesa - caracterizada, até então, por uma estagnação da produção e deficiências estruturais profundas - inicia uma dinâmica de desenvolvimento, induzida, sem sombra de dúvida, pelas possibilidades de apoio financeiro assim disponíveis. Tal movimento traduziu-se na aprovação de 152 projectos, totalizando um investimento de 12 116 mil contos.

**O nível de concretização desses projectos** (dos 152 projectos aprovados, à data de 31.Dez.1994, somente 86 estavam concluídos, isto é, uma taxa de realização de 57%, à qual corresponde uma realização das intenções de financiamento de, apenas, 40% do total previsto) **e a evolução da produção** (quebras significativas, nos primeiros anos do período em análise; recuperação em 1991, mantendo-se, a partir dessa data e apesar da ligeira quebra, em 1994, com valores estáveis, embora indiciadores da não expansão da actividade) *permitem concluir que após um período de euforia, a aquicultura nacional, não conseguiu expandir a actividade e consolidar-se como um sub-sector de interesse estratégico para a sustentação das pescas nacionais.*

Os estrangulamentos que a caracterizavam no período imediatamente anterior à Adesão, isto é, deficiências no conhecimento técnico-científico e na existência de profissionais qualificados, a falta de um ordenamento do território e os constrangimentos de ordem ambiental, sendo problemas do passado, continuam a subsistir, condicionando a actividade. Se a este conjunto de situações adicionarmos as dificuldades na comercialização, por via de um aumento da oferta oriunda de países



terceiros, com a inevitável queda dos preços de venda, melhor se compreenderá as dificuldades com que, na actualidade se defrontam algumas empresas, as quais, dimensionadas para a satisfação de mercados que lhes absorviam a produção a preços compensadores, nomeadamente o mercado externo, encontram, presentemente, dificuldades em ajustar a produção a uma procura não tão exigente e de menor dimensão, como é a do mercado interno.

### *Indústria Transformadora*

A indústria de transformação dos produtos da pesca, caracteriza-se pelo papel predominante que a indústria de **conservas e semi-conservas de pescado em molhos**<sup>1</sup>, detém no conjunto das actividades que compõem este sub-sector. Tradicionalmente, a transformação dos produtos da pesca revestiu várias formas: *as conservas, a salga/secagem, a fumagem*, e, mais recentemente, nos finais da década de 60, *a indústria de transformação do pescado pelo frio ou a indústria de preparação e congelação*, que surgiu como consequência da actividade da frota longínqua. Para além das indústrias atrás referidas, constituem ainda partes da indústria transformadora dos produtos da pesca, a *produção de farinhas, óleos e guanos*, de reduzida expressão no panorama das actividades económicas ligadas ao sector, e o que se designa por *pescado transformado a bordo*, isto é, o pescado capturado pela frota longínqua e imediatamente transformado. A sua expressão é significativa, embora tenha vindo a perder importância nos últimos anos devido a dificuldades de actuação daquela frota nos pesqueiros externos, como temos vindo a referir.

A importância que a indústria de conservas adquiriu, encontra a sua explicação no facto de que, para o seu abastecimento, utiliza fundamentalmente espécies das Águas Nacionais, enquanto que as outras indústrias utilizam, como matéria-prima, produtos/espécies importados e/ou capturados em águas externas, como por exemplo,

<sup>1</sup> Por facilidade de expressão, e ao longo deste trabalho, quando nos referirmos a esta indústria passaremos a utilizar a expressão mais abreviada de **indústria de conservas de pescado**.



o bacalhau e alguma pescada. De acordo com os poucos dados disponíveis sobre a indústria de preparação e congelação, e para o ano de 1992<sup>1</sup>, temos que esta indústria ultrapassou largamente, em volume de negócios, a indústria conserveira. Ou seja, para aquela, tal indicador fixou-se em 60,5 milhões de contos, enquanto que para esta o mesmo situou-se nos 26,1 milhões de contos.

Comparando o comportamento dessas duas indústrias, relativamente à evolução das quantidades exportadas (Gráfico - I3.3), verifica-se que a indústria de preparação e congelação, não ultrapassando, ainda, a indústria de conservas, apresenta um desempenho, a partir de 1986, inclusivé, deveras assinalável. A indústria de conservas, pelo contrário, embora recuperando em 1994, reflecte os sintomas da sua dificuldade em expandir a procura e, mais do que isso, em garantir os mercados tradicionais.

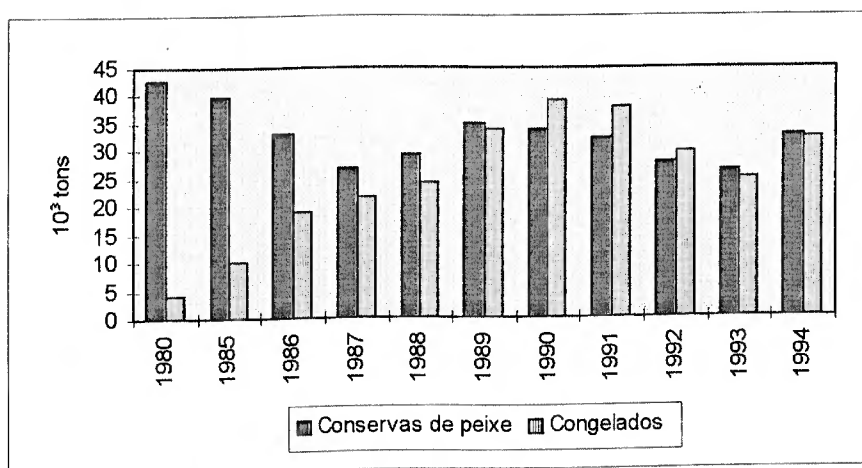


Gráfico - I3.3: Exportação de conservas de pescado e de congelados

É este quadro de situação que nos leva a considerar com preocupação o evoluir desta indústria, a **indústria de conservas de pescado**, quando se sabe que entre 30 a 40% das capturas de sardinha se destinam a ser por ela transformada. O Quadro - I3.2, permite-nos ver a evolução da produção total e respectiva exportação da indústria de conservas de pescado no período de 1986 a 1994, bem como, o comportamento do seu

<sup>1</sup> "Plano Sectorial para a Pesca e Aquicultura em Portugal - 1994/1999", Ministério do Mar, Direcção-Geral das Pescas, 1993, p.91.

principal produto, *conservas de sardinha*; enquanto que o Quadro - I3.3, descrimina al produção por principais produtos.

**QUADRO - I3.2: Evolução da Produção e Exportação da Indústria de Conservas de 1986 - 1994**

Anos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Designação									
Produção total (tons)	44.881	42.005	44.068	49.233	52.225	54.502	45.737	44.474	50.704
% Exportada	65%	63%	60%	63%	64%	59%	61%	59%	65%
Produção Sardinha (tons)	31.658	26.172	27.101	28.959	28.189	24.980	21.934	22.264	26.301
% Exportada	88%	85%	81%	87%	81%	81%	78%	68%	72%

Fonte: Direcção Geral das Pescas  
Instituto Nacional de Estatística

**Quadro - I3.3: Produção da indústria de conservas por tipo de produtos (1986 - 1994)**

Espécies	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Total	49.881	42.005	44.067	49.232	52.225	54.502	45.738	43.907	50.704
Sardinha	31.658	26.172	27.101	28.959	28.189	24.980	21.933	22.264	26.301
Atum	12.228	10.349	11.212	13.164	16.589	21.290	17.333	16.593	20.130
Cavala	3.996	3.647	3.763	4.771	5.304	6.237	5.054	4.311	3.254
Outros	1.999	1.837	1.991	2.338	2.143	1.995	1.418	1.306	1.019

Fonte: Direcção Geral das Pescas

### 3.3.2 - Frota

A frota de pesca nacional, em 31 Dezembro de 1994, caracterizava-se pela existência de 12.299 embarcações, das quais 77% eram motorizadas, e, dessas, aproximadamente 70%, de pequeno porte, isto é, eram embarcações com uma tonelagem de arqueação bruta igual ou inferior a 2,5 TAB. Globalmente, a frota sofreu, no período compreendido entre 1986 a 1994, uma redução de 37 e 19%, respectivamente, na TAB e na Potência instalada. Esta situação é reveladora da política de diminuição da capacidade de pesca, em especial a que se refere à frota longínqua ou do largo.

De acordo com o tipo de arte com que operam as diferentes embarcações, a frota de pesca segmenta-se em grupos relativamente homogéneos, em termos de

capacidade de pesca e de espécies capturadas. Para o caso concreto da nossa frota de pesca, temos: a pesca do arrasto ou a pesca que utiliza a arte de arrastar; a pesca das polivalentes, ou seja o resultado da actividade do conjunto de embarcações que utilizam várias artes; e, por último, a pesca de cerco, a actividade do segmento da frota de pesca que utiliza a arte de cerco. A sua estrutura é a que consta do Quadro - 13.4

**Quadro - 13.4**  
**Estrutura da frota nacional**

Zona de Actuação	Segmento	Situação em 31/12/94		
		Nº	TAB (TM)	POT (KW)
Zona costeira e águas comunitárias	Polivalentes	11.900	53.567	241.545
	Arrastões	125	16.570	58.383
	Cercadores (sard.)	193	8.499	39.588
	Cercadores	5	208	916
Sub-total		12.223	78.844	340.432
Águas internacionais e de Países Terceiros	Poliv. + Arrastões	69	48.376	69.506
	Cercadores (Atuns)	2	2.068	5.296
	Poliv. + Atuneiros	3	715	1.670
	Polivalentes	2	1.304	2.354
Sub-total		76	52.463	78.826
TOTAL		12.299	131.307	419.258

Fonte: Direcção Geral das Pescas

O segmento designado por "polivalentes", é constituído pelo maior número de embarcações, incluindo-se, neste conjunto, as que não estão motorizadas (representam 23% do total). As “polivalentes” capturam as espécies mais valorizadas, tendo representado, em 1994, 30 e 62%, respectivamente, das quantidades e do valor do pescado capturado em Águas Nacionais.

O segmento "arrasto" ou os arrastões, (aqui não se incluindo as embarcações que operam em águas internacionais e de países terceiros), contribuíram, em 1994, apenas com 10 e 17%, respectivamente das quantidades e do valor total do pescado desembarcado.



O segmento "cerco", foi o que, em 1994 e como sempre, mais contribuiu para a produção proveniente das Águas Nacionais, cerca de 60%. Os seus desembarques, constituídos, maioritariamente, por *sardinha*, *carapau*, *sarda* e *cavala*, caracterizam-se por ter um preço médio de venda em lota dos mais baixos - **em 1994 fixou-se em 68\$90** - enquanto o valor dos preços médios para os outros segmentos se fixou em 301\$10 para o "arrasto" e 406\$00 para as "polivalentes".

3.3.3 - Comércio Externo

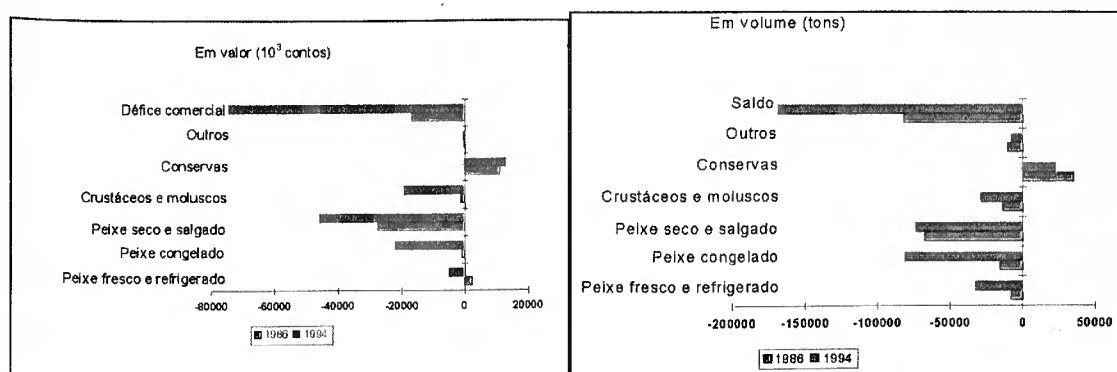
O comportamento da produção pesqueira (capturas) em águas nacionais e principalmente em águas internacionais, reflectiu-se no andamento da *balança comercial* dos produtos da pesca a qual tem vindo a apresentar défices cada vez mais acentuados. Para o período mais recente, de 1986 a 1994 o défice comercial passou de 17 para 78 milhões de contos.

Determinante para esta evolução foi o comportamento das importações, as quais, apresentaram uma taxa de crescimento anual igual a 15% em valor, e 8% em volume. As exportações, por seu lado, tiveram um crescimento não tão acentuado, fixando-se a sua evolução em taxas próximas dos 7% em valor e 2% em volume. Interessante será avaliar se a estrutura da balança comercial dos produtos da pesca sofreu alterações significativas no período compreendido entre 1986 e 1994 (Quadro - I3.5 e Gráf. - I3.4)

QUADRO - I3.5: Evolução balança Comercial (1986 -1994)

Produtos	Importações				Exportações				Saldo (tons)		Défice (10 <sup>3</sup> cts)	
	1986		1994		1986		1994		1986	1994	1986	1994
	Quant. (tons)	Valor (10 <sup>3</sup> cts)	Quant. (tons)	Valor (10 <sup>3</sup> cts)	Quant. (tons)	Valor (10 <sup>3</sup> cts)	Quant. (tons)	Valor (10 <sup>3</sup> cts)				
Peixe fresco e refrigerado	16.048	1.652	42.027	8.813	7.700	3.887	10.431	4.154	-8.348	-31.596	2.235	-4.659
Peixe congelado	34.600	4.598	112.791	30.520	19.004	3.766	32.555	8.826	-15.596	-80.236	-832	-21.694
Peixe seco e salgado	68.687	28.015	74.152	46.590	939	561	1.417	1.114	-67.748	-72.735	-27.454	-45.476
Crustáceos e moluscos	21.265	3.292	34.549	22.895	7.480	1.862	6.288	3.961	-13.785	-28.261	-1.430	-18.934
Conservas	332	93	9.969	5.078	34.792	10.915	32.836	18.017	34.460	22.867	10.822	12.939
Outros	12.806	653	8.911	953	1.972	449	1.715	1.123	-10.834	-7.196	-204	170
Total	153.738	38.303	282.399	114.849	71.887	21.440	85.242	37.195	-81.651	-197.157	-16.863	-77.654

Fonte: Direcção Geral das Pescas



Gráf.: I3.4 - Estrutura da balança comercial dos produtos da pesca: 1986-1994

A análise da estrutura desse déficit, revela-nos que, de 1986 a 1994, e por tipo de comercialização o mesmo não só se agravou substancialmente, como em determinadas rubricas, o caso do *peixe congelado* e dos *crustáceos e moluscos*, como também se inverteu o saldo positivo da rubrica *peixe fresco e refrigerado*.

Tal estrutura analisada do ponto de vista das quantidades importadas, evidencia a expansão das importações de *peixe congelado*. Desde 1991 que este produto ocupa a primeira posição no conjunto das importações, ultrapassando as tradicionais importações de *peixe seco e salgado*. Na origem dessa situação encontram-se as importações de *bacalhau congelado* que têm vindo a superar as importações de *bacalhau salgado seco*. Apesar deste comportamento das quantidades importadas, em valor o *bacalhau salgado seco* continua a ser o produto responsável, em cerca de 60% pelo déficit que a balança comercial dos produtos da pesca apresenta.

Do lado das exportações as *conservas de peixe* continuam a ser o produto mais exportado, tanto em quantidade como em valor, seguido muito de perto pelo *pescado congelado*. Estes dois produtos representaram em 1994 mais de 70% das quantidades totais exportadas. O valor do *pescado congelado* exportado, contudo, fica muito aquém das receitas que as exportações de *conservas* proporcionam.

### 3.3.4 - Investimento

O investimento ou melhor dizendo as intenções de investimento de que beneficiou o sector pesqueiro nacional após a Adesão é assinalável. Fixando-nos somente nos investimentos que envolvem apoio comunitário, pois os investimentos exclusivamente nacionais são comparativamente insignificantes, verifica-se que de 1986 a 1993, o mesmo mais do que triplicou. Neste cálculo não foram considerados os valores aprovados em 1994, na ordem dos 7 milhões de contos, porque com a aprovação do II Quadro Comunitário de Apoio, e com as alterações derivadas da aplicação da nova política estrutural das pescas - **integração de todos os apoios comunitários directamente ligados à pesca num único instrumento financeiro**<sup>1</sup> - a metodologia de gestão prevista permite reportar para os anos seguintes o maior esforço de investimento, não sendo assim significativo da importância dos investimentos previstos para este novo Quadro Comunitário de Apoio os valores comprometidos em 1994. O Quadro - I3.6, identifica por "Investimento Produtivo" "Investimento não Produtivo", o número de projectos aprovados, o investimento total e as comparticipações nacional e comunitária.

#### Quadro - I3.6

##### Investimentos 1986 - 1994

	Nº de Projectos	Invest. Total (10 <sup>3</sup> cts)	Compart. CEE (10 <sup>3</sup> cts)	Compart. Nac.(10 <sup>3</sup> cts)
Investimento Produtivo	834	80.281	30.166	14.886
Frota	480	27.878	9.175	4.626
Construção	206	23.647	7.922	3.754
Modernização	274	4.231	1.253	872
Aquicultura	152	12.116	4.420	2.646
Ind. Transformadora	164	34.154	13.664	6.394
Equip. Portuários	38	6.133	2.907	1.220
Investimento não Produtivo	1.062	38.444	24.788	11.890
Imob.Definitivas/Abates	769	29.799	19.595	10.204
Imob. Temporárias	255	929	511	419
Outros (1)	38	7.716	4.682	1.267
<b>Total</b>	<b>1.896</b>	<b>118.725</b>	<b>54.954</b>	<b>26.776</b>

(1) Inclui projectos de : Pesca Experimental; Operações de Reorientação; Assoc. Temp. de Empres e Sociedades Mistas

**Fonte:** Direcção Geral das Pescas

Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas

<sup>1</sup> IFOP-Instrumento Financeiro de Orientação para as Pescas, Reg. (CEE) n.º 2080/93 de 20 de Julho e Reg. (CEE) n.º 3699/93 de 21 de Dezembro, que define as normas e condições de aplicação.

Como se pode verificar o “Investimento Produtivo” absorveu cerca de 67% dos montantes aprovados para o sector, correspondendo à “Indústria Transformadora” 43% desses valores. No que se refere ao “Investimento não Produtivo”, responsável por 32% do montante total, salienta-se a posição assumida pela rubrica “Imobilizações Definitivas/Abates”, à qual foram consignadas 78% das verbas contabilizadas para aquele agrupamento. O nível de realização - projectos concluídos - à data de 31 de Dezembro de 1994, fixou-se em 55%, tendo a “Indústria Transformadora”, com 48% de taxa de realização, como os “Equipamentos portuários” com 32% apresentado os níveis mais baixos.

Até ao final do período de vigência do II Quadro Comunitário de Apoio, em 1999, está previsto um esforço financeiro num montante igual a 68 milhões de contos, a que corresponderá uma comparticipação comunitária e nacional de 63 e 33%, respectivamente.

Para além dos apoios relacionados com a política estrutural comunitária, o sector das pescas tem beneficiado dos apoios previstos na Organização Comum de Mercados, os quais de 1986 a 1994, totalizaram um pouco mais de 6 milhões de contos, assim distribuídos:

**Quadro - 13.7**  
**Subsídios à exploração financiados pela União**  
**Europeia (1986-1994)**

Medidas	Unid: cts	
	Total	%
Ajudas ao financiamento das OP's	334.152	5,2
Compensações financeiras	1.109.091	17,3
Compensações forfetárias	280.055	4,4
Prémio de reporte	19.205	0,2
Ajuda à armazenagem	22.102	0,3
Indemnizações ao atum	281.922	4,4
Restituições ao azeite	4.379.812	68,2
<b>Total</b>	<b>6.426.339</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Direcção-Geral das Pescas

### 3.3.5 - Consumo

O consumo aparente de produtos da pesca, que se obtêm através da dedução ao total capturado, do pescado que não é utilizado para consumo humano directo, mais o saldo das transacções com o exterior, assume no nosso caso concreto uma particular importância, atribuindo-se em média a cada português um consumo anual compreendido entre os 39 e 41/kg, quando analisados os dados estatísticos em termos de “peso à descarga”. O Quadro - I3.8 identifica para o período de 1986 a 1994 os respectivos valores. Embora não perfeitamente evidente no quadro referido o nosso consumo de produtos da pesca dá uma preferência inequívoca aos produtos secos e salgados, mais concretamente ao *bacalhau salgado seco*, produto mítico da dieta alimentar portuguesa e principal responsável pela contínua deterioração da balança comercial dos produtos da pesca. Em termos comunitários, Portugal detém a primeira posição, situando-se, imediatamente a seguir, a Espanha.

**QUADRO - I3.8: Evolução do consumo aparente em Portugal**

**Peso à descarga**

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
<b>Fresco / Refrigerado</b>									
Produção Nacional (a)	263	251	258	243	248	241	251	244	215
- Retiradas	-8	-7	-8	-7	-5	-6	-8	-12	-9
- P/Indústria	-57	-72	-53	-53	-53	-47	-43	-47	-45
+ Aquacultura	11	11	11	9	5	6	6	6	7
+ Importações	16	26	19	19	18	22	21	30	42
- Exportações	-8	-6	-6	-8	-9	-14	-10	-8	-10
<b>Consumo Aparente</b>	<b>217</b>	<b>203</b>	<b>221</b>	<b>203</b>	<b>204</b>	<b>202</b>	<b>217</b>	<b>213</b>	<b>200</b>
<b>Transformados Produtos da Pesca (b)</b>									
Produção Nacional (a)	76	62	55	56	59	61 (c)	20		26
+ Importações	125	155	174	161	199	229	217	211	221
- Exportações	-27	-29	-32	-46	-50	-52	-47	-41	-40
<b>Consumo Aparente</b>	<b>174</b>	<b>188</b>	<b>-197</b>	<b>171</b>	<b>208</b>	<b>238</b>	<b>190</b>	<b>170</b>	<b>207</b>
<b>Consumo Aparente Total</b>	<b>391</b>	<b>391</b>	<b>418</b>	<b>374</b>	<b>412</b>	<b>440</b>	<b>407</b>	<b>383</b>	<b>407</b>

(a) Continente, Açores e Madeira

(b) Não inclui a produção da indústria transformadora em terra

(c) Estimativa do Instituto Nacional de Estatística

**Fonte:** Direcção Geral das Pescas  
Instituto Nacional de Estatística



### 3.4 - Considerações finais

As características principais do estado das pescas nacionais identificadas no início deste ponto, nomeadamente quando se apontaram quais os principais constrangimentos à data da “Adesão”, mantêm-se, passados que são dez anos de integração na Política Comum de Pescas. Ou seja:

- A produção primária (capturas) nos pesqueiros externos acentuou a tendência de decréscimo. Em Águas Nacionais, as capturas mantêm-se estabilizadas;
- A balança comercial dos produtos da pesca regista um agravamento do défice, mantendo-se, sem grandes alterações a sua estrutura. Continuamos a importar bacalhau e a exportar conservas;
- A perda de oportunidades de pesca em Águas Internacionais, manteve-se, tendo-se acentuado os conflitos entre Estados costeiros e Estados de bandeira, não sendo previsível uma alteração substancial nas possibilidades de pesca naqueles pesqueiros;
- Embora não explicitamente referido, mas de fácil percepção face ao evoluir dos desembarques/capturas em Águas Nacionais, os recursos haliêuticos, com excepção de algumas espécies, como a sardinha e o carapau, têm vindo a degradar-se progressivamente, como consequência de um maior esforço de pesca e de práticas de pesca menos responsáveis. Deverá, contudo, ter-se presente que o reflectir das causas de tal degradação implica a consideração de outros factores, como sejam, as alterações climáticas, hidrográficas e de qualidade ambiental;
- O esforço de investimento, induzido por apoios comunitários, e assinalável do ponto de vista dos valores envolvidos, não se repercutiu, qualitativamente na eficiência económica do sector. Compreendendo-se que os montantes despendidos em acções que, em traços gerais, visavam um “ajustamento do esforço de pesca”, face à situação dos recursos e à necessidade de racionalizar os meios de captura, não se, testemunha, os efeitos positivos do investimento realizado na transformação e comercialização dos produtos da pesca, nomeadamente, na indústria de conservas

de pescado, face à sua evidente falta de competitividade de que é exemplo a *indústria de conservas de sardinha*.

Poder-se-á, assim, concluir pela existência de um sector pesqueiro que dificilmente poderá encetar uma recuperação nem consolidar a rentabilização da actividade sem que alterações profundas e “pouco populares” não sejam simplesmente concebidas mas executadas.

## **PARTE II - AS PESCAS EM PORTUGAL: O caso particular da pesca da sardinha**

**“ - Sardinha fresca mulheeri !**

*Era como se por prodigioso milagre as abundâncias do mar viessem suprir as tremendas carências da terra firme. E vinham, com efeito, Guadiana acima até Mértola, providenciando pão às famílias dos sardinheiros e variando as dietas aos indígenas do interior.”*

**Bento Caldeira**

## PARTE II - AS PESCAS EM PORTUGAL : O caso particular da pesca da sardinha

A Parte II da presente dissertação pretende analisar o sector pesqueiro nacional, na óptica restrita do comportamento de uma determinada pescaria: a pesca da sardinha. Mais do que a sua importância, do ponto de vista do contributo para o total do pescado desembarcado (em que em média representa valores próximos dos 50%), é o seu papel histórico e social, no abastecimento de uma das mais tradicionais indústrias transformadoras nacionais -*indústria de conservas de sardinha*-, que lhe confere um lugar à parte nas pescas nacionais. O estudo da sua fileira, desde a caracterização da espécie, à identificação da frota e à arte utilizada, até à fase final, - o consumo directo e industrial -, é o objectivo que se pretende atingir. A medida em que as políticas comunitárias, dirigidas ao sector, influenciaram o comportamento desta pescaria, nos seus aspectos biológico e económico, constitui a conclusão lógica que se pretende alcançar.

### 1 - Caracterização biológica do recurso e dos meios utilizados na sua captura

#### 1.1 - A espécie: sardinha

A *sardinha* de nome científico *Sardina pilchardus* Walbaum, pertence ao grupo das espécies pelágicas,<sup>1</sup> captura-se ao longo do Atlântico oriental, desde o Mar do Norte até à Baía de Goreia, no Senegal. Esta espécie encontra-se também no Mediterrâneo, no Adriático e no Mar Negro. A chamada sardinha portuguesa distribui-se ao longo da costa continental e pertence ao denominado stock Ibero-Atlântico, que

<sup>1</sup> Designam-se por "espécies pelágicas" os recursos marinhos que se encontram a meia-água ou próximos da superfície movimentando-se em cardumes. São exemplos: os atuns e similares, sardinhas, cavalas, etc. Por "espécies demersais" designam-se as que evoluem junto ao fundo do mar, têm uma vida longa e não efectuam grandes deslocações. Encontram-se dentro deste agrupamento a pescada, goraz, pargo, peixe-espada, etc.

tem, por limite norte, a fronteira franco-espanhola, e por limite sul, Gibraltar (Divisões VIIIc e IXa do CIEM)<sup>1</sup>

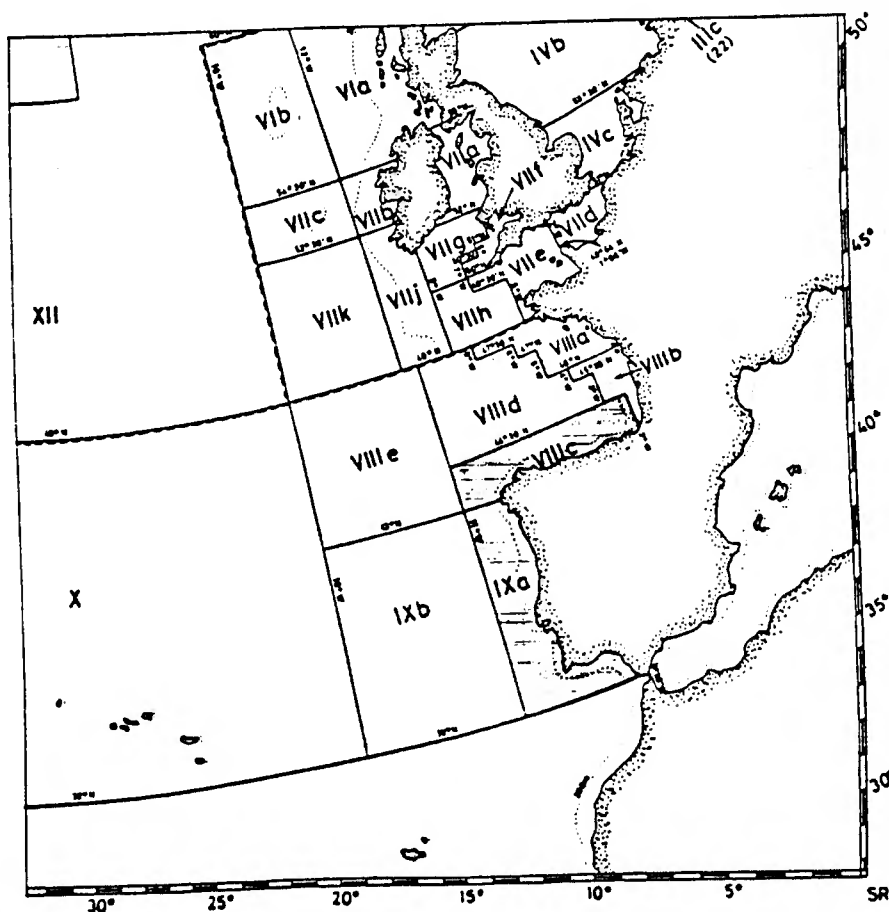
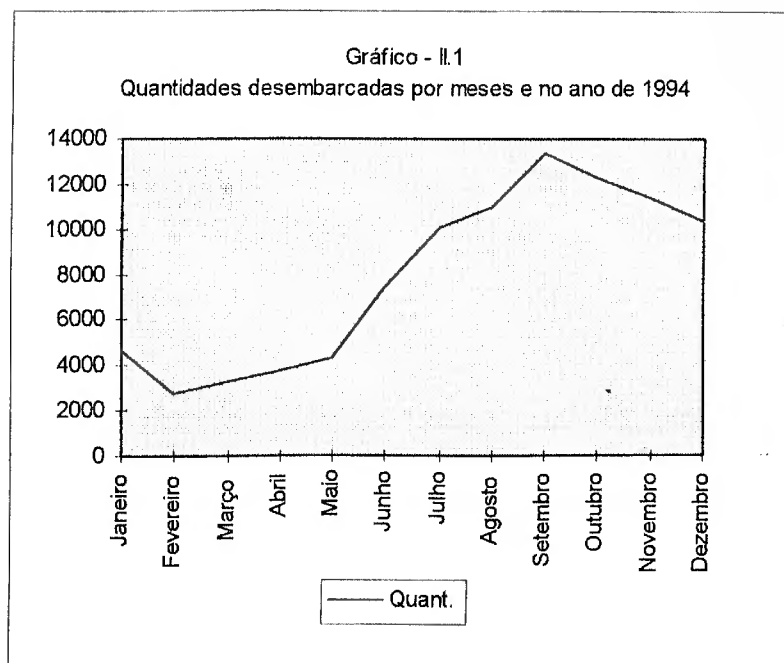


Fig. III.1: Stock de Sardinha das Divisões VIII e IX do CIEM  
Fonte: "Manancial Ibero-Atlântico de Sardinha", Graça Pestana, pág.22

De acordo com diversos autores, a sua pescaria é tida como uma das mais antigas da península Ibérica. Já Baldaque da Silva (1891) referia a existência de *diversas leis, usos e costumes que procuravam regulamentar essa pescaria*. É uma pescaria sazonal, pois, sendo uma espécie de vida curta, está particularmente sujeita a alterações do tipo ambiental (ou outras) que podem, de uma forma rápida e em maior ou menor grau, afectar o nível de recrutamento e, conseqüentemente, as capturas possíveis. Captura-se durante todo o ano, iniciando-se, na Primavera, o seu ciclo ascensional que se estende até Dezembro.

<sup>1</sup> CIEM ou Conselho Internacional para a Exploração do Mar.



Na Primavera desloca-se do largo para a costa, onde frequentemente ocorre em cardumes, e, no fim do Outono, da costa para o largo. Nos locais onde a plataforma continental é estreita, mantêm-se durante todo o ano praticamente junto da costa. Para além destes movimentos, realiza também deslocações verticais, ou seja, quando em zonas próximas da costa, é frequente de dia encontrar-se a uma profundidade compreendida pelos 25 e 55 metros e, durante a noite, entre os 15 e 35 metros. A reprodução da espécie é mínima no Verão (Julho e Agosto), aumentando gradualmente até à Primavera (Abril e Maio) altura em que atinge os valores máximos.

A sardinha cresce, em média, 2cm por ano, atingindo um comprimento máximo que se situa entre os 16 e 20cm. O tamanho mínimo regulamentado para a sua captura é de 11cm<sup>1</sup>, sendo esta a única medida de gestão a que se encontra sujeito o recurso.

A pesca da sardinha tem sido caracterizada por grandes e bruscas flutuações de abundância, afirmando alguns especialistas, que, em ciclos de 9 a 11 anos se verificam quebras acentuadas nas suas capturas, tal como se verifica actualmente, e aconteceu, por exemplo, durante a década de 70. Dotada de características nutricionais de elevada

<sup>1</sup> Decreto-Lei nº43/87 de acordo com o previsto no Regulamento (CEE) nº 3094/86 de 7 de Outubro de 1986

qualidade, o consumo da sardinha destina-se essencialmente ao fabrico de conservas e, com menor expressão, ao consumo humano directo.

## 1.2 - A frota: frota de cerco

A captura da sardinha faz-se, na sua quase totalidade, com o emprego de artes de cerco<sup>1</sup> e em embarcações vulgarmente designadas por: *traineiras*<sup>2</sup> e *cercadoras*. As cercadoras são embarcações com características idênticas às das traineiras mas de menor porte; diferem, ainda, daquelas, pela potência do motor e tamanho das redes de cerco (normalmente inferiores).

Os meios utilizados na captura da sardinha foram diversos ao longo dos tempos, numa tentativa de conferir à actividade uma maior eficácia e rentabilidade, nomeadamente recorrendo à redução do número de tripulantes. Da já muito antiga embarcação à vela e a remos utilizando diversas artes, surgem, em 1887, as primeiras embarcações com a *arte de traineira de cercar para bordo*, que consistia no seguinte: "*.... a rede, tendo na parte de cima bóias de cortiça e na parte de baixo chumbadas, depois de largada em círculo podia ser fechada por baixo, mercê de argolas (anilhas), colocadas a partir da tralha inferior, passando por elas um cabo (retenida) que permite, ao ser puxado para bordo, fechar o fundo da rede, ficando completamente preso o peixe. De seguida vai-se colhendo a rede para bordo até que tenhamos a possível pescaria em condições de ser enxalaviada*"<sup>3</sup> (Peixoto, L.C. p.57). Tal arte introduzida, em 1913, em Peniche, o segundo porto sardineiro do país, através da compra em Vigo da primeira embarcação que movida a remos e à vela,

<sup>1</sup> "Nome genérico de todas as redes usadas para cercar ou circundar determinado espaço, na água, a fim de não permitir que, o peixe fuja." in Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual, 2ª edição, Leitão, H. e Vicente Lopes, J., 1974, pág. 153).

<sup>2</sup> Embarcação motorizada, com rede envolvente de alar para bordo e susceptível de ser fechada totalmente na sua parte inferior, formando enorme "taça" onde os cardumes podem ficar retidos. No passado foi também: "*Embarcação de remos, de pequena boca em relação ao comprimento que pode arvorar um mastro avante da última bancada da proa, muito inclinado para a ré e onde arma uma vela de pendão. É usada na pesca da sardinha, na região de Peniche e, possivelmente, em outras partes da costa*". in Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual, 2ª edição, Leitão, H. e Vicente Lopes, J., 1974, pág. 515).

<sup>3</sup> Retirada da rede para bordo por meio de xalavar (saco de rede montado em aro circular com dimensão apropriada).



utilizava aquela arte, foi sendo aperfeiçoada, atingindo, com o passar dos tempos, a supremacia na exploração da sardinha. Tais aperfeiçoamentos, nomeadamente ao nível dos cascos, permitiram a construção, em 1927, da traineira "tipo Peniche" de popa em "leque", vulgarmente conhecida por traineira portuguesa.

O desenvolvimento tecnológico, de que se destaca a motorização, a introdução da sonda para detecção dos cardumes e a utilização do alador mecânico, já na segunda metade deste século, anos 50 e 60, foi determinante para os altos níveis de captura atingidos em especial na década de 60, mais precisamente no ano de 1964. Após este período, de capturas excepcionais, que nunca mais foi atingido, a actividade inicia um ciclo descendente, explicado *por rarefacção da espécie nas águas costeiras e incapacidade de a frota a detectar e capturar fora dos pesqueiros tradicionais* (Varão, A.P. e Garcia, A.M., p. 20), que se repercutiu no rendimento da frota. Das cerca de 400 traineiras existentes em 1965, dez anos depois, em 1975, registavam-se somente 241. Para além da diminuição das capturas, por má localização ou detecção do pesqueiro, o que foi possível constatar foi que a traineira perdia rentabilidade em comparação com outras pescarias costeiras.

A exploração económica da pesca da sardinha centra-se numa estrutura de custos fixos, (despesas de pessoal e de manutenção, entre outras), de difícil alteração, o que, aliado à baixa valorização do produto e à sua sazonalidade, tem como consequência rendimentos fracos. Paralelamente ao declíneo desta frota "clássica", surgem pequenas embarcações ligadas à pesca artesanal que, por possuírem características idênticas às das traineiras, mas sendo de menor porte e empregando, obviamente, menos tripulantes,, conseguem exercer a actividade com resultados mais satisfatórios. Estas embarcações designadas por cercadoras contavam-se, em 236, em 1984, e em 1988, ultrapassavam já o número das traineiras.

Hoje em dia, "traineiras" e "cercadoras" constituem o universo designado por *frota do cerco*, constituído por 193 unidades, a que corresponde uma capacidade



8.498 TAB e uma potência de 39.568 kw. A sua distribuição regional é a que consta do Quadro - II1.1:

**Quadro - II1.1: Distribuição Regional da frota de cerco**

	Nº	TAB	POT (kw)
CCR Norte	52	2.468	11.963
CCR Centro	13	739	3.229
CCR Lisboa e Vale do Tejo	74	3.282	14.697
CCR Alentejo	4	168	734
CCR Algarve	50	1.842	8.945
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>8.499</b>	<b>39.568</b>

**Fonte:** Direcção-Geral das Pescas

O actual universo deste segmento da frota nacional é já resultado de um processo encetado nos últimos anos de forte redução no número de unidades, capacidade e potência. *Desde 1990, foram abatidas ao efectivo 132 cercadoras a que corresponde uma diminuição de 33,6%*<sup>1</sup>

Sendo um segmento pouco valorizado - salvo raras excepções, as espécies que captura têm um preço médio baixo -, condicionado pelo evoluir da indústria de conservas - que é o seu principal mercado - e, apresentando uma estrutura de custos de exploração em que as despesas com mão-de-obra são responsáveis por quase 60% daqueles custos, é o segmento da frota de pesca, que, de entre todos, exige um encontrar de soluções imaginosas e ponderadas que possam permitir rentabilizá-lo.

## 2 - Produção e Consumo

### 2.1 - Produção

A produção de sardinha, em 1994, estimou-se em 103 809 toneladas, o que corresponde acerca de 60% das quantidades totais de pescado desembarcado nos portos do Continente, e proveniente de capturas efectuadas em águas nacionais. Por espécies e regiões aquele quantitativo corresponde à seguinte distribuição:

<sup>1</sup> "Plano Sectorial para a Pesca e Aquicultura em Portugal - 1994/1999", 1992, pág.37.

**Quadro - II.2.2**  
**Principais espécies desembarcadas pela frota de cerco em 1994**  
**e sua distribuição regional**

CCR's	Norte		Centro		LxVTejo		Alentejo		Algarve		Total	
	Quant.(tons)	Preço médio	Quant.(tons)	Preço médio	Quant.(tons)	Preço médio	Quant.(tons)	Preço médio	Quant.(tons)	Preço médio	Quant.(tons)	Preço médio
Sardinha	32640,7	53,90	13909,3	45,40	21401,8	71,00	8071	54,10	14326,4	61,60	90349,2	57,90
Carapau	1299,4	117,30	149,8	191,00	2753,7	209,00	86,5	204,40	1076,1	238,60	5365,5	192,10
Sarda	562,6	37,70	325,0	24,20							887,6	37,70
Cavala	227	33,00	85,2	24,70	1621,5	32,30			910	38,00	2843,7	33,90
Biquirão	166,2	409,30	66,0	365,70							232,2	393,10
Carapau Negroao (1)					334,3	51,70	32,8	26,70	122,2	132,50	489,3	70,20
Espardeos (2)					257,3	140,80	35,2	109,00	302,7	397,40	595,2	271,00
Besugo							29,0	687,60			29,0	665,50
Sub-total	34895,9		14535,3		26368,6		8254,5		16737,4		100791,7	
Total "Cerco"	35039,0	58,80	14545,2	48,20	26832,8	86,10	8331,2	60,70	19061,4	82,80		111,10

Fonte: Direcção-Geral das Pescas

Como se pode observar, a *sardinha* é a espécie com maior representatividade no conjunto dos desembarques da frota de cerco. A Região Norte posiciona-se em primeiro lugar, seguida pela Região de Lisboa e Vale do Tejo, e, finalmente, a Região do Algarve; as duas últimas, embora registando valores significativos de desembarques daquela espécie, situam-se a larga distância da Região Norte. Os portos de pesca característicos deste tipo de pescaria são: **Matosinhos** com 32%, **Peniche** com 16% e **Portimão** com 10%, do total desembarcado nos portos do Continente (em 1994). A importância desta pescaria, no conjunto das actividades pesqueiras desenvolvidas em cada um daqueles portos, e do ponto de vista do volume de desembarques, é a seguinte:

**QUADRO - II.2.3: DESEMBARQUES DE SARDINHA EM 1994 POR PRINCIPAIS PORTOS**

	MATOSINHOS			PENICHE			PORTIMAO		
	Quant.	%	P. méd.	Quant.	%	P. méd.	Quant.	%	P. méd.
Desembarques totais	47 126.3	100	126 60	26 399.0	100	202 45	14 271.8	100	157 90
dos quais: sardinha	30548.4	65	54 30	12 399.0	59	72 30	9 904.3	69	59 60

Quant.= toneladas  
P. médio = esc./kg  
Fonte: Direcção-Geral das Pescas

Ao longo do ano o comportamento desta pescaria nos portos referidos apresenta diferenças, sendo a característica da sazonalidade, mais visível nas capturas efectuadas pelas embarcações do porto de Peniche:

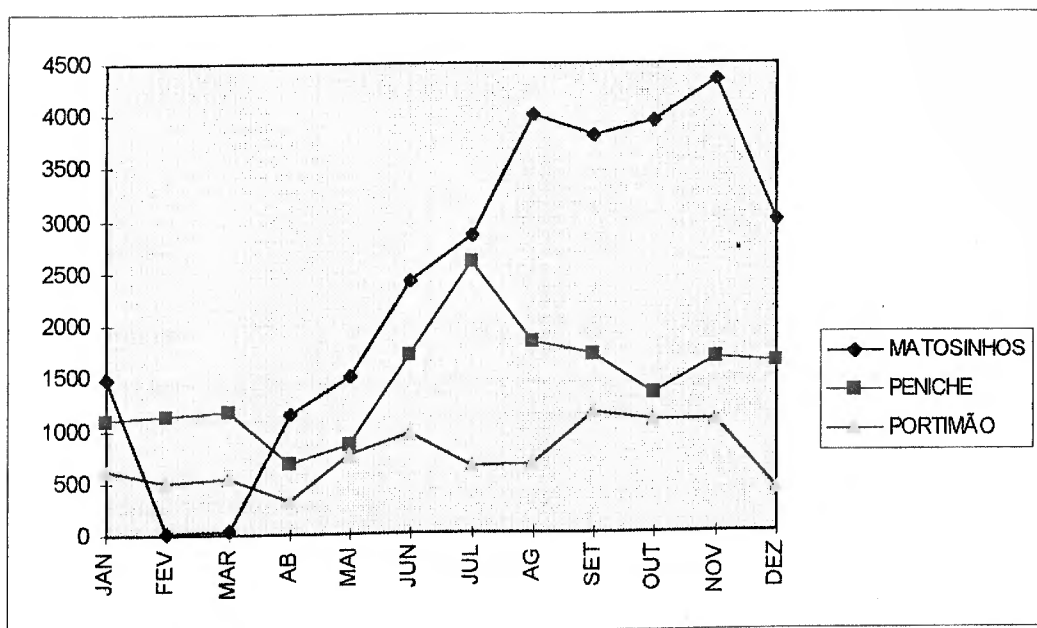


Gráfico - II.2.1 Quantidades de sardinha desembarcada por mês nos três principais portos - 1994

## 2.2 - Consumo: A indústria de conservas de sardinha

O consumo humano directo do produto gerado nesta pescaria, na sua forma fresca ou refrigerada, tem-se mantido estável e, em média, próximo das 45 mil toneladas (Quadro - II.2.4). É um consumo arraigado nos hábitos alimentares dos portugueses, não tanto hoje como no passado, em que, sob a forma de sardinha salgada, se abastecia as populações do interior. Contudo, a tradição de comer sardinha em determinadas épocas do ano, permite que se mantenha com uma certa importância na dieta alimentar. Mas é como matéria-prima para a indústria de conservas que a sua importância adquire maior projecção.

QUADRO - II.2.4: EVOLUÇÃO DO MERCADO DA SARDINHA: Produção Primária

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
QUANTIDADES (1 000 Tons)							
PRODUÇÃO TOTAL (a)	95.1	91.3	92.9	87.1	83.3	90.4	94.5
(-) Retiradas (a)	7.9	6.0	3.9	4.1	7.8	9.2	7.1
(-) Exportação (b)	4.2	4.5	6.7	10.0	9.2	5.9	10.9
(+) Importação (b)	6.1	1.0	6.8	10.4	7.5	3.2	5.6
(-) Consumo Industrial (Conservas)	39.3	42.8	41.2	37.0	32.0	32.5	38.4
(=) CONSUMO DIRECTO	49.8	39.0	47.9	46.4	41.8	46.0	43.7
VALORES (Esc. Kg.)							
Preço médio 1ª venda (a)	38.30	43.00	56.00	74.30	55.70	45.00	59.80
Preço médio de Importação (b)	54.00	43.00	44.00	65.00	65.00	48.60	(c)
Preço médio de exportação (b)	93.00	100.30	114.20	123.00	145.00	120.10	102.90

(a) fresca refrigerada

(b) fresca refrigerada + congelada

(c) Não se apresenta o valor calculado por o mesmo merecer reservas.

Fonte: Direcção-Geral das Pescas

INE - Instituto Nacional de Estatística

Na verdade, o papel preponderante que a *pesca da sardinha* detém no panorama das pescas nacionais deve-se, como já referido, ao facto de produzir matéria-prima para o abastecimento da indústria de conservas (cerca de 40% das quantidades desembarcadas/ano). Actualmente, esta indústria representa apenas 0.6% do valor total das exportações nacionais, mas constituiu uma das principais indústrias de exportação portuguesas. O seu papel estratégico para a sustentação do sector pesqueiro nacional não deve ser, contudo, desprezado, nomeadamente pelas implicações a montante, isto é, ao nível do produtor directo.

É este seu carácter, de produto cuja valorização ultrapassa os limites do sector onde é gerado, que fez com que esta pescaria tradicionalmente assumisse um lugar à parte nas pescas nacionais. Desta forma, falar da *pesca da sardinha* é ter sempre presente a sua função como fonte de abastecimento da indústria de conservas, o seu principal destino. O grau de interligação, entre a actividade de captura e a transformação sob a forma de conservas, foi adquirindo, ao longo dos tempos, um cada vez maior intrusamento. De tal forma que crises na produção, ou seja, quebra nas

capturas imediatamente se reflectiam no desempenho da indústria de conservas, e vice-versa: quebra na produção das conservas reflectia-se na estabilidade dos preços de venda da sardinha na lota e, consequentemente, nas condições de vida das populações marítimas envolvidas.

### 2.2.1 - Evolução histórica

Sendo a *pesca da sardinha* uma pescaria abundante e não sendo possível o seu total escoamento para consumo humano directo, desde sempre, se procurou conservar o produto através, nomeadamente, da salga e da fumagem, - os processos mais antigos de conservação do pescado -.

É no início do século XIX, com a descoberta pelo francês Nicolas Appert<sup>1</sup> do princípio de conservação dos alimentos pelo calor, em recipientes hermeticamente fechados, que se desenvolveu o método que, desde então, permitiu conservar os alimentos sem alterar as características do produto.

A presença, em Portugal, da primeira fábrica de conservas de peixe situa-se no ano de 1880; localizava-se em Setúbal e era seu proprietário um industrial francês oriundo da Bretanha. As razões que determinaram o início desta indústria em território nacional, devem-se à abundância de sardinha no nosso litoral e à escassez da mesma nas costas da Bretanha. Até ao final daquela década, as instalações fabris vão-se multiplicando, ao longo da costa, nos principais centros piscatórios. O quadro seguinte<sup>2</sup> permite-nos avaliar do nível de desenvolvimento atingido.

---

<sup>1</sup> Atribuído em 1922 e a título póstumo o prémio de "Bemfeitor da Humanidade" por tal descoberta e pelas consequências que a mesma teve na satisfação das necessidades alimentares das populações.

<sup>2</sup> Citado por Lopes Cordeiro in "A Indústria Conserveira Portuguesa - Exposição de Arqueologia Industrial", 1989, pág. 27.



**Quadro - II2.5**  
**Fábricas de conservas de pesca**  
**(1884-1922)**

Anos	Nº de Fábricas
1884	18
1886	66
1890	54
1896	76
1916	110
1918	223
1922	289

Fonte: Boletim dos Org.Economicos,  
I,2.pag.218-9

Dominando as técnicas de fabrico, e, simultaneamente, dispondo de matéria-prima abundante e de qualidade, a indústria de conservas de peixe inicia um período de desenvolvimento que leva a que, Portugal, em vésperas do primeiro conflito mundial, tenha sido o principal produtor mundial de conservas de peixe. As duas espécies que adquiriram expressão significativa, face às quantidades exportadas, foram o *atum* e a *sardinha*, sendo esta última, a mais importante em termos da nossa balança comercial.

No decurso da I Guerra Mundial, e perante uma procura que não cessava de aumentar, instalaram-se novas unidades que, no entanto, passaram a produzir em quantidade em detrimento da qualidade. Criadas estão, assim, as condições para a *primeira grande crise da indústria conserveira portuguesa*. Não se tendo acautelado o facto de que o aumento da procura resultou de uma situação excepcional, o sector não se preparou para a situação do pós-guerra. Assim, em 1924 e devido a uma retracção do mercado externo, a indústria conserveira entra em crise. Em 1925 as quantidades exportadas representavam somente 60% do volume exportado em 1923. De acordo com Pinto Barbosa<sup>1</sup> a indústria de conservas confrontava-se com : “.. *falta de educação industrial, o reduzido potencial financeiro das empresas, a ausência de*

<sup>1</sup> Citado por Lopes Cordeiro in “A Indústria Conserveira Portuguesa - Exposição de Arqueologia Industrial”, 1989 pág.28.

*preparação comercial de grande parte dos exportadores que a guerra improvisara, a queda dos preços nos mercados externos e as onerosas condições para a obtenção do crédito, completam o quadro das causas que provocaram este estado de coisas.”.*

Perante esta situação os industriais decidem reclamar pela intervenção do Estado na resolução dos problemas do sector. Esta decisão resultou das conclusões do I Congresso de Pescas e Conservas realizado em Setúbal em Dezembro de 1927 e teve como consequência o condicionamento da actividade industrial<sup>1</sup>.

Um outro acontecimento a nível internacional, que se vai repercutir na actividade conserveira, é a Grande Depressão de 1929. De acordo com F. Rosas<sup>2</sup>, as receitas provenientes da indústria conserveira, no período de 1930 a 1933, diminuíram 38,5%. Contudo, apesar desta diminuição de receitas, e de acordo, ainda, com o mesmo autor, os efeitos da crise de 1929 na economia portuguesa não teve a dimensão que atingiu noutros países. Acerca das conservas de peixe refere F. Rosas o seguinte: *“Mesmo as tradicionais exportações portuguesas, como as conservas de peixe, eram compostas por produtos aos quais o resto do mundo oferecia uma reduzida competição, pelo que os seus mercados nunca sofreram drásticas restrições em quantidade”.*

É perante esta situação, e face à importância do sector conserveiro na balança comercial, que Oliveira Salazar elabora um relatório sobre a indústria e o comércio das conservas de peixe<sup>3</sup>. O diagnóstico produzido e as soluções preconizadas, irão servir de base para a tomada de medidas no âmbito da organização corporativa do Estado Novo. Segundo aquele relatório, um dos principais problemas com que se defrontava o sector conserveiro era a **falta de organização da sua vertente exportadora**, a que no fundo determinava a sua existência. Reportando-nos ainda àquele relatório, temos que tal desorganização era patente na *“concorrência dos produtores nacionais uns com os outros nos mercados estrangeiros. É aí que*

<sup>1</sup> Decreto nº 15581 de 9 de Junho de 1928.

<sup>2</sup> “O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)”, Fernando Rosas, 1986.

<sup>3</sup> “Notas sobre a Indústria e o Comércio das Conservas de Peixe”, Oliveira Salazar, 1931.

*principalmente se afirmam os efeitos de desorganização da indústria e das precárias condições financeiras em que alguns trabalham. A necessidade de realizar capital tem levado a vender por qualquer preço e de qualquer modo, tão baixo do custo, que por vezes o facto foi tomado como “dumping”, “dumping” absurdo, sem vantagens para ninguém.”(O. Salazar, p.62).Conclui assim que “.... ainda que fique livre o mercado interno, à concorrência, se deveria ir para a organização do comércio externo, monopolizando-o todo num centro exportador de conservas, formado pelos industriais interessados na exportação, desde que as suas instalações e o seu fabrico correspondam às condições que forem determinadas”(p.68).*

Com o regime corporativo, o sector conserveiro, para além do condicionamento industrial já existente, foi enquadrado por dois diplomas que visavam: **a produção e o comércio e criar o Consórcio Português de Conservas de Sardinha**. Em 1936, este consórcio desdobrava-se no Instituto Português de Conservas e Pescado, coordenação económica, e nos Grémios de Industriais e Grémios de Exportadores.

Criou-se, desse modo, o perfil económico e institucional que iria, a partir de então, condicionar o sector conserveiro. Condição-o porque o objectivo de eliminar a concorrência impediu que as leis do mercado funcionassem. Continuaram a coexistir empresas com capacidade financeira e técnica, a par de empresas sem os requisitos mínimos necessários; tínhamos, assim, um número significativo de empresas que funcionavam artificialmente. Todas produziam para exportar e o problema diagnosticado por Oliveira Salazar manteve-se; a lógica do “salve-se quem puder” nos mercados externos subsistia. O preconizado “*centro exportador de conservas formado pelos industriais interessados*” não se efectivou, contrariamente ao que se passou com a Noruega, que criou um organismo com aquelas funções (Centro Brishing dos Fabricantes de Conservas da Noruega)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Citado por Lopes Cordeiro in “A indústria Conserveira em Matosinhos”, pág. 39.



Como já referido, tendo o regime corporativo condicionado e não solucionado os problemas do sector conserveiro, os estrangulamentos estruturais vão permanecer, acumulando-se, ao longo de décadas.

Salvaguardando situações pontuais que permitiram algum optimismo, como foi o caso do segundo conflito mundial, em que “... apesar de pequenos aumentos de volume, elas (as conservas de peixe) registam subidas de 4500% nos valores globais em 1943 -neste ano as conservas de peixe liderarão as exportações com 22% do valor total- e de cerca de 4000% no custo unitário da tonelagem vendida, no ano seguinte.”<sup>1</sup> a realidade era irrefutável, o sector não conseguiu gerir, não tinha capacidade para se adaptar a alterações que pusessem em causa a situação de um certo privilégio de que beneficiava.

Novos concorrentes, quebras na produção de matéria-prima, eram sinónimos de crise na indústria conserveira. O ciclo descendente de capturas de sardinha, iniciado na segunda metade da década de 60, dá início a mais uma crise da indústria, nesta ocasião por falta de matéria-prima. Inicia-se então, um processo de falências, designado por alguns autores por “desindustrialização”, que irá conduzir ao encerramento de inúmeras empresas. Das 171 fábricas existentes em 1964, no início da década de 80 já somente existiam 93. Em Matosinhos, por exemplo, no período entre 1970-1973, encerraram 15 empresas envolvendo o despedimento de 940 trabalhadores.

O declínio das capturas de sardinha, verificado na segunda metade da década de 60, aliado às deficiências estruturais que o sector conserveiro não conseguiu ultrapassar, levou ao encerramento de inúmeras unidades. As que sobreviveram, procuraram manter a actividade e algumas alterações estruturais foram conseguidas. De entre essas alterações contam-se a aquisição de meios próprios de conservação da matéria-prima pelo frio e a mecanização das operações de fabrico. Estas melhorias permitiram que a produção recuperasse ligeiramente e estabilizasse; mantiveram-se,

---

<sup>1</sup> “Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945, F.Rosas, 1995. pág.147.

no entanto, as deficiências estruturais que condicionaram, até hoje, a actividade da **indústria de conservas de pescado**. Reportando-nos a um estudo<sup>1</sup> efectuado pela Makinsey em 1973, e publicado, em 1974, pelo Fundo de Fomento da Exportação, temos que o diagnóstico elaborado apontava *“como razões da decadência as reacções lentas com que os industriais responderam à mudança das características de mercado e da competição, verificadas nos principais mercados internacionais, com perda de imensas oportunidades e aumento da debilidade da posição estratégica”*.

**As ameaças** a essa indústria eram as seguintes:

- crescente competição de Marrocos e Espanha;
- aumento de elasticidade do preço, com reforço da tendência para marcas privadas em alguns dos mercados;
- aumento da concentração de importadores e canais de distribuição.

**As recomendações** visavam:

- desenvolvimento de estratégias de “marketing” adaptadas a cada mercado;
- concentração do esforço de “marketing”, definindo e impondo uma imagem de qualidade, com o desenvolvimento de uma marca ou marcas portuguesas fortes;
- montagem de um sistema de informações de mercado;
- modernização fabril.

### **2.2.2 - Situação anterior à Adesão**

A década de 80 representou para este sub-sector, o período de expectativa face às negociações que conduziram à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia e à situação particular de que beneficiava o seu principal concorrente, Marrocos. No período imediatamente anterior à Adesão, a situação da **indústria de conservas de pescado** apresentava os seguintes indicadores:

---

<sup>1</sup> Citado por Ferreira Dias in “Análise Estrutural da Indústria (segundo Michael Porter) - Ensaio na Indústria Portuguesa de Conservas de Peixe”, 1991, pág. 65.

Quadro - II2.6: Indústria de conservas de pescado - principais indicadores



Produção						
	1965	%	1975	%	1985	%
Produção total	89.383	100,0%	44.380	100,0%	53.175	100,0%
Conservas em molhos	84.847	94,9%	43.657	98,4%	52.424	98,6%
Sardinha	56.148	62,8%	30.349	68,4%	36.181	68,0%
Atum	7.254	8,1%	7.405	16,7%	8.667	16,3%
Cavala	13.054	14,6%	2.924	6,6%	5.115	9,6%
Outras espécies	8.391	9,4%	2.979	6,7%	2.461	4,6%
Conservas em salmoura	4.536	5,1%	723	1,6%	751	1,4%
Exportações						
	1965	%	1975	%	1985	%
Total exportado	82.854	100,0%	46.543 a)	100,0%	40.597	100,0%
Conservas						
Sardinha	61.382	74,1%	30.198	64,9%	30.962	76,3%
Atum	3.456	4,2%	2.319	5,0%	3.052	7,5%
Cavala	10.309	12,4%	9.276	19,9%	4.577	11,3%
Outras espécies	3.463	4,2%	1.688	3,6%	68	0,2%
Semi-conservas	4.244	5,1%	3.062	6,6%	1.938	4,8%
Outros indicadores						
			1968	1974	1985	
Nº de fábricas			171	nd.	70	
Nº de trabalhadores			16.053	nd.	7.469	

n.d. = não disponíveis

a) Dados referentes ao ano de 1973

Fonte: Adaptado de C. Leal "O Desafio da Integração Europeia"

Por essa altura, os principais problemas eram:

- o irregular aprovisionamento do pescado, em particular da sardinha, em termos de quantidade, qualidade e preços;
- a onerosa aquisição de certos materiais (ex.: azeite, óleo, lata) a preços superiores aos do mercado internacional;
- a descapitalização, o envelhecimento e as deficiências de apetrechamento e de operacionalidade de numerosas unidades fabris, em contraste com a



*modernização promovida, com fundos da CEE, nas indústrias de diversos Estados membros;*

- *a discriminação que as conservas portuguesas sofrem no mercado comum europeu, onde são oneradas com direitos aduaneiros de 10 ou 12,5%<sup>1</sup> em relação às concorrentes marroquinas.*"<sup>2</sup>

As conservas marroquinas, por força do Acordo de Cooperação assinado entre a União Europeia e Marrocos, em 1976, beneficiavam, desde essa data, de uma isenção total de direitos aduaneiros, sem limite quantitativo, mas com a condição de ser estabelecido um preço mínimo. Não tendo tal condição sido satisfeita, estabeleceu-se um regime derogatório que funcionou no período de 1978 a 1988, e que fixou um contingente de 14 000 toneladas a direito nulo, e um outro de 6 000 toneladas, com uma taxa de 10%. A situação de privilégio concedido à indústria marroquina, teve como consequência que no período de 1982 a 1987, as importações comunitárias de conservas de sardinha provenientes de Marrocos passassem de 30 para 40%, enquanto que as conservas portuguesas baixaram a sua participação, naquele mercado, de 45 para 25%.

### **O que foi negociado**

As disposições especiais previstas no Acto de Adesão para o mercado da sardinha e o produto transformado **-conservas de sardinha-**, visaram o **regime de preços** e o **regime de trocas intracomunitárias**:

. **regime de preços**, que refere, nomeadamente, que o preço de orientação<sup>3</sup> da sardinha do Atlântico se aproximará em dez etapas anuais (a partir de 1 de Janeiro de 1986) aos preços de orientação da sardinha do Mediterrâneo.

<sup>1</sup> Acordo celebrado em 1972 e protocolos de 1976 e 1980 com a Comunidade Económica Europeia.

<sup>2</sup> "O Sector das Pescas: caracterização e propostas", Ministério do Mar, Secretaria de Estado das Pescas, 1985, pág. 22.

<sup>3</sup> Tal como o próprio nome indica o "preço de orientação" é um preço indicativo a partir do qual são definidos os níveis de preço para intervenção no mercado comunitário, como por exemplo, os preços de retirada. O seu cálculo baseia-se na média dos preços verificados nas últimas três campanhas de pesca, nos mercados por

Durante esse período, funcionaria simultâneamente:

**um sistema de vigilância das importações de sardinha na CEE a Dez provenientes de Portugal e Espanha**, tendo-se estipulado um preço de referência para o comércio intracomunitário de sardinhas originárias do Atlântico. Tal preço seria igual ao preço de retirada estabelecido para as sardinhas do Mediterrâneo. Em caso de perturbação do mercado comunitário, devido a importações provenientes de Portugal e Espanha, funcionaria imediatamente o mecanismo geral de preços de referência previsto na Organização Comum de Mercados;

**um regime de subsídios compensatórios aos produtores da sardinha do Atlântico e do Mediterrâneo da Comunidade a Dez**, com o objectivo de compensar tais produtores dos eventuais prejuízos derivados da entrada no mercado comunitário de produtos portugueses e espanhóis. A justificação apresentada para a introdução de tal subsídio teve por base a existência do mecanismo de aproximação de preços, o qual, no entender da Comissão, afectava directamente o rendimento dos produtores de sardinha do Atlântico da Comunidade a Dez e indirectamente, o rendimento dos produtores da sardinha do Mediterrâneo. Assim sendo, quer os produtores quer os transformadores da Comunidade a Dez obtiveram compensações pela alteração das condições de concorrência a que a entrada de Portugal e Espanha deu lugar.

Quer o regime de aproximação de preços, quer os subsídios compensatórios, terminaram em 31 de Dezembro de 1995.



o regime de trocas intracomunitárias, ou seja, ficou estabelecido que durante um certo tempo os produtos originários de Portugal e Espanha não beneficiariam de uma circulação livre no mercado comunitário. Esta situação resultava do compromisso de, nas trocas comerciais entre Portugal e a Comunidade, os direitos aduaneiros, que se aplicavam à generalidade dos produtos da pesca, seriam eliminados de forma progressiva e assimétrica, Portugal disporia de 7 anos e a Comunidade de 6 anos. Esta era a regra geral, sendo as exceções as seguintes:

- . para as sardinhas frescas e refrigeradas, eliminação de direitos recíproca e simétrica durante 7 anos;
- . para as conservas de atum e cavala, eliminação de direitos em 7 anos, com a abertura de um contingente de 1 000 toneladas/ano de direito nulo para as exportações portuguesas;
- . para as conservas de sardinha, eliminação de direitos em 10 anos com a abertura de um contingente de direito nulo de 5 000 toneladas/ano, para as exportações portuguesas.

### O que foi adquirido

No âmbito da *política estrutural* comunitária, a indústria de conservas de pescado beneficiou de ajudas financeiras que permitiram um investimento igual a 11 milhões de contos, o que corresponde a 33% do total estimado para a Indústria de Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca. As ajudas financeiras, a fundo perdido, representaram 67% desse investimento. Para a indústria de conservas tais apoios visavam a reanimação da indústria, através da modernização das instalações e equipamento de laboração, e, também, pelo desenvolvimento de processos de gestão empresarial, os quais, em conjunto, era suposto, contribuir para a melhoria da qualidade do produto e da competitividade do sector.

No âmbito da aplicação das normas previstas na *Organização Comum de Mercados*, a produção de sardinha beneficiou de apoios que procuraram: i) assegurar o rendimento dos produtores e estabilizar os mercados **-preços de retirada<sup>1</sup>-**; ii) garantir o aprovisionamento regular da indústria **-prémios de reporte<sup>2</sup>-**, assim como, iii) contribuir para a qualidade do produto, recorrendo, nomeadamente, ao mecanismo **das restituições à produção do azeite utilizado no fabrico de conservas de pescado.**

O mecanismo dos **preços de retirada** tem sido bastante utilizado, de um modo especial, nos primeiros anos da Adesão. O menos frequente recurso a este mecanismo nos últimos anos é, não só resultado do facto da indústria utilizar a quase totalidade das capturas, como também poderá ser entendido, como uma melhor gestão das Organizações de Produtores, adaptando a produção às necessidades do mercado. Tem sido argumento bastante utilizado pelos industriais conserveiros, a existência dos preços de retirada, que, no seu entender, vicia as condições à partida, isto é, para além deles, existe para o produtor uma outra opção, e, assim, não é obrigado a vender ao preço que a indústria pretende. Esta situação é elucidativa da dificuldade em compatibilizar medidas quando se está em presença de interesses tão antagónicos.

Os **prémios de reporte**, visam permitir a armazenagem da matéria-prima, que, sendo embora de boa qualidade, não consegue colocação no mercado a preços compensadores. É um prémio pago directamente ao produtor, que cobre os custos de congelação e conservação, e que tem sido muito pouco utilizado pelas Organizações de Produtores.

Pelo **azeite incorporado nos molhos das conservas de pescado**, com o objectivo de permitir que os industriais se abasteçam no mercado comunitário, no qual praticam preços superiores aos do mercado mundial, é **restituído aos (conserveiros) um montante igual à diferença entre o preço praticado no mercado mundial e o preço com que se abastecem.**

---

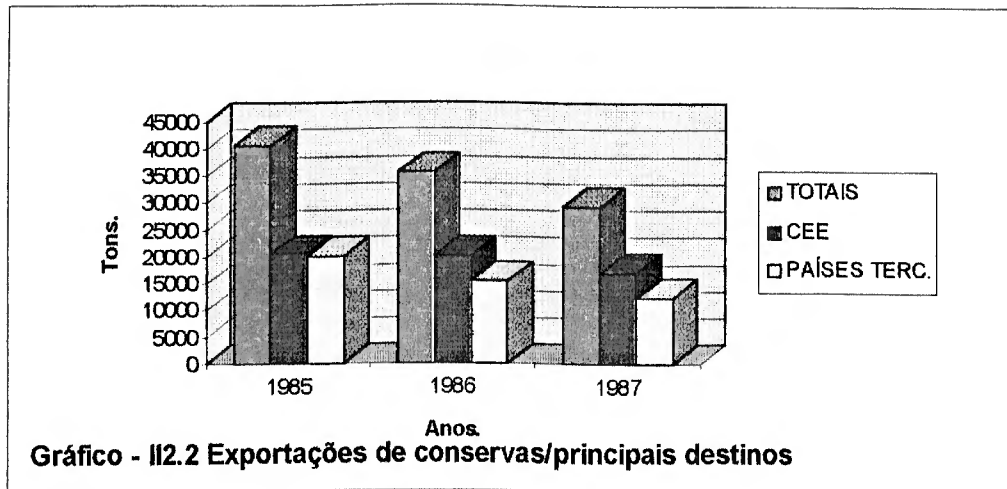
<sup>1</sup> Calculado a partir dos preços de orientação, tendo em conta os coeficientes de regionalização e as categorias do pescado.

<sup>2</sup> Ajudas para a congelação e armazenagem do produto.



## Consequências imediatas

O impacto mais visível da Adesão para o sector pesqueiro, na sua globalidade, pode verificar-se imediatamente na balança comercial dos produtos da pesca, que viu agravado o seu défice em 130% ! (Anexo - I.1). Mas, uma análise menos imediata leva a concluir que tal facto deveu-se a situações que não podem, de uma forma linear, ser imputadas àquele acontecimento. De facto, para além de se ter verificado um aumento significativo das importações de bacalhau salgado proveniente de países terceiros - **em 1987, e, em relação ao ano anterior aquele produto teve um aumento de 20% em volume e 58% em valor** - assistiu-se a uma quebra acentuada das exportações de conservas, -16 e -21%, para o mercado comunitário e para o mercado de países terceiros, respectivamente. A evolução das quantidades exportadas de 1985 a 1987 é a que consta do seguinte gráfico:



Se atentarmos na evolução do principal produto exportado - *conservas de sardinha* -, verificamos que, das 31 mil toneladas exportadas em 1985 nos anos seguintes, até 1988, se desce para 22 mil toneladas. A situação altera-se em 1989, data em que por Decisão do Conselho, e, perante pressões oriundas dos agentes económicos e da Administração, antecipa-se o livre acesso das conservas portuguesas ao mercado comunitário. Nesse ano, as exportações de conservas portuguesas



recuperaram significativamente. Mas nos anos seguintes, aquele indicador retoma de novo a tendência decrescente, sendo, no entanto, a mesma, mais acentuada nos mercados de países terceiros.

### 2.2.3 - Situação actual da indústria de conservas de sardinha

No quadro dos grandes agregados macro-económicos, a indústria de conservas de pescado<sup>1</sup> possui uma expressão pouco significativa no conjunto da economia nacional; representa apenas 0,6% do valor das exportações nacionais, 1,87% do total das vendas das indústrias agro-alimentares, e 5% do emprego gerado naquele ramo das indústrias transformadoras. Esta perda de protagonismo, iniciada na década de 70, tem sido uma constante no evoluir desta indústria. As expectativas geradas com a Adesão goraram-se.

A situação da indústria, hoje, não é melhor do que há dez anos atrás, e poder-se-á mesmo concluir que é mais grave, se atentarmos no encerramento das unidades fabris com a consequente perda de postos de trabalho. Os mesmos problemas mantêm-se. Pode, assim, dizer-se que **a indústria não entrou em crise, continua em crise**. Qual é então a indústria que temos?

#### 2.2.3.1 - Evolução da produção

A indústria de conservas de pescado, no período de 1986-1994, manteve uma produção média de 48 mil toneladas, constituindo seu principal produto, as conservas de sardinha, com 50% da produção total. De destacar, na evolução desta indústria, a cada vez maior participação das conservas de atum, que de 25%, em 1986, passa para cerca de 40%, em 1994. Contudo, a importância do comportamento das *conservas de*

---

<sup>1</sup> Dever-se-á ter presente que a indústria de conservas de pescado, produz não só conservas de sardinha, como também, conservas de atum, cavala e outras. Assim sendo, os indicadores apresentados referem-se ao conjunto da indústria. Atendendo no entanto, ao elevado contributo das conservas de sardinha para a produção e fundamentalmente para as quantidades exportadas por este sub-sector, não constituirá erro significativo considerar-se aqueles indicadores como a expressão em termos nacionais do comportamento da indústria de conservas de sardinha.

sardinha, no evoluir do conjunto da indústria, é decisivo. A produção global está basicamente dependente da produção de um único produto. As **conservas de sardinha, detendo a 1ª posição, apresentam uma evolução que se caracteriza pela manutenção das quantidades produzidas.**

Em detalhe, e situando a análise a partir de 1988, - ano para o qual foi possível obter a maior parte dos dados estatísticos -, verifica-se que a produção aumentou de 1988 para 1989, estabilizando nas 28 mil toneladas, em 1990. Em 1991, e relacionado com o significativo aumento do preço médio de 1ª venda de sardinha, em lota: - mais de 30% -, a produção regista uma quebra que se acentuou no ano seguinte, apesar do preço da matéria-prima se ter aproximado dos níveis atingidos em anos anteriores. A produção começa a recuperar em 1993, atingindo em 1994 as 26 mil toneladas, valor este que se aproxima da média registada no período em análise.

**QUADRO - II2.7: EVOLUÇÃO DO MERCADO DA SARDINHA: Produção Secundária**

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
QUANTIDADES (1 000 Tons)							
CONSERVAS:							
Produção	27.1	28.9	28.1	24.9	21.9	22.2	26.3
(-) Exportações	22.8	26.4	23.8	20.8	17.6	15.3	19.5
(+) Importações	.2	.2	.2	.1	.2	.04	.042
(=) Consumo	4.5	2.7	4.5	4.2	4.5	6.86	6.84
VALORES (Esc./Kg.)							
Preço médio de Importação	288	349	323	551	503	447	546
Preço médio de Exportação	312	378	371	411	421	482	455

FONTE: INE - Instituto Nacional de Estatística  
Direcção Geral das Pescas

**2.2.3.2 - Mercados**

*-Mercado interno-*

Por tradição produz-se para exportar. O mercado externo tem sido o destino preferencial das conservas portuguesas, nomeadamente das conservas de sardinha. O

mercado interno era, e é, o parente pobre desta indústria. Confrontados hoje com a dificuldade de manter os mercados tradicionais e de conquistar novos mercados, os industriais argumentam que os seus problemas estariam resolvidos parcialmente, com um maior consumo interno de conservas de sardinha.

Inverter esta tendência, no entanto, é tarefa difícil de alcançar num prazo relativamente curto. Os hábitos alimentares levam bastante tempo a ser alterados e, além disso, permanece na memória colectiva a pouca importância que a indústria de conservas dedicava ao mercado nacional.

No mercado interno eram tradicionalmente colocadas as mercadorias de qualidade inferior. O mercado nacional representava “... *uma espécie de escoadouro da produção acumulada há mais tempo nos armazéns, constituída às vezes por latas que tiveram problemas de fabrico (nomeadamente latas de segundo banho), ou para a qual não se encontrava colocação nos mercados internacionais*”<sup>1</sup>. Um exemplo elucidativo desta situação foi o imposto que a Câmara do Porto, em 1939, cobrava para a entrada na cidade de conservas, - 40 centavos por quilo -, quando para a exportação a mesma mercadoria pagava um reduzido imposto estatístico.

O evoluir dos tempos corrigiu estas anomalias. Mas a semente estava lançada. Quando comparado com o consumo da matéria-prima na sua forma primária (sardinha fresca ou refrigerada), o mercado interno de *conservas de sardinha* apenas representa um consumo simbólico consumo. Nos últimos anos, contudo, assiste-se a uma tendência para um ligeiro crescimento.

---

<sup>1</sup> Citado por Lopes Cordeiro in “Indústria Conserveira em Matosinhos”, 1989, pág.46.

A produção mundial de conservas<sup>1</sup> atingiu em 1993, cerca de 5,2 milhões de toneladas. No seu todo representaram uma utilização de pescado igual a 13,3% das capturas mundiais. De entre elas, as conservas de sardinha têm uma produção próxima das 348 mil toneladas, ou seja, constituem 6,7% da produção mundial; as conservas de atum, com 1 163 toneladas, constituem a 1ª produção mundial de conservas de pescado.

No contexto mundial no qual se insere a produção nacional de *conservas de sardinha*, há necessidade em a produção que utiliza, como matéria-prima, a sardinha europeia - *sardina pilchardus walbaum* -, da produção de conservas que tem por base a utilização de *outras espécies de sardinha*. As estatísticas da FAO distinguem a produção de conservas de acordo com a espécie utilizada. Assim, de acordo com os dados estatísticos disponibilizados por aquela Organização, as *conservas de sardinha europeia*, a única que pode ser comercializada no espaço comunitário<sup>2</sup>, apresentaram, no ano de 1993, um volume de produção ligeiramente superior a 170 mil toneladas. Os países principais produtores são os que se situam ao longo das costas do Atlântico oriental, do Mar do Norte à baía de Goreia (Senegal), bem assim como, os que bordejam o Mediterrâneo, o Adriático e o Mar Negro. Destacam-se, de entre esses produtores, Marrocos, - com 84 mil toneladas -, a grande distância de Portugal e Espanha que vêm imediatamente a seguir e apresentam posições muito próximas entre si, - 27 e 23 mil toneladas -, respectivamente.

Em complemento ao já referido, a produção mundial de conservas de sardinha recorre, ainda, à utilização de outras “qualidades” de sardinha, nomeadamente sardinhas capturadas nas águas dos países da América Latina e do Japão. A produção destas conservas tem registado uma evolução decrescente (412 mil toneladas, em 1986, reduziram-se a apenas 177 mil toneladas, em 1993). Os especialistas da matéria

---

<sup>1</sup> Consideram-se nesta designação as conservas de peixe, crustáceos, moluscos e outras preparações, estejam ou não hermeticamente fechadas, de acordo com a agregação apresentada nas publicações da FAO.

<sup>2</sup> Regulamento (CEE) nº 2136/89, de 21 de Junho.

consideram que há necessidade de distinguir, na produção deste tipo de conservas, dois segmentos: i) **a conserva sul-americana** (México, Peru, Equador, Brasil e Chile) - de menor qualidade, mas que tem vindo a registar um significativo crescimento - e ii) **as conservas com origem no oriente** (Japão), que tem vindo a apresentar produções cada vez mais reduzidas.

A União Europeia, representada pela Alemanha, França e Reino Unido, é o principal importador mundial. Marrocos lidera as exportações mundiais, com Portugal a ocupar a segunda posição.

#### *-Mercado externo: Comunitário-*

O mercado comunitário caracteriza-se por uma evolução decrescente das quantidades produzidas. A produção situa-se, em média, próxima das 87 mil toneladas. O principal produtor comunitário é a Espanha, que coloca a quase totalidade da sua produção no seu próprio mercado. A União Europeia importa globalmente entre 40 a 50 mil toneladas deste produto, representando as importações extra-comunitárias representam 60% do total.

Tais importações têm vindo a registar, desde 1988, acréscimos importantes, ainda que se verifique uma ligeira quebra em 1993. O principal fornecedor é de longe Marrocos, que chega a deter uma quota que já foi superior aos 90%; mais recentemente (1993) a quota ficou em 68%. Realça-se, neste contexto, as posições que a partir de 1992 têm vindo a assumir a Namíbia e o Chile, que, não pondo em causa a liderança das conservas marroquinas, apresentam uma evolução bastante positiva.

É um facto que este tipo de concorrência, - não permitido por legislação comunitária, uma vez que se trata de conservas produzidas com outra qualidade de sardinha e não sardinha europeia -, tem vindo a conquistar posições cada vez mais importantes em alguns mercados do espaço comunitário, como seja o caso do mercado



do Reino Unido. Os preços praticados pelos produtores sul-americanos e orientais, inferior ao praticado pela própria indústria marroquina, junto com a indiferenciação do produto (por parte do consumidor), permite uma agressividade comercial propiciadora de uma cada vez maior quota de mercado.

**QUADRO - II2.8: IMPORTAÇÕES COMUNITÁRIAS DE CONSERVAS DE SARDINHA**

(em toneladas)							
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994 1ª metade
<b>TOTAL DE IMPORTAÇÕES</b>	<b>17275</b>	<b>18889</b>	<b>19450</b>	<b>19002</b>	<b>28329</b>	<b>24168</b>	<b>12673</b>
<b>ORIGEM DE</b>							
MARROCOS: % de Marrocos	15550 90.0%	17288 91.5%	17827 91.7%	16991 89.4%	19024 67.2%	12479 68.2%	8488 67.0%
NAMÍBIA % da Namíbia	0 0.0%	0 0.0%	0 0.0%	0 0.0%	3998 14.1%	3068 12.7%	1362 10.7%
CHILE % do Chile	24 0.1%	0 0.0%	1 0.0%	14 0.1%	3355 11.8%	1635 6.8%	2054 16.2%
OUTROS % de outros	1701 9.8%	1601 8.5%	1622 8.3%	1997 10.5%	1952 6.9%	2986 12.4%	769 6.1%
<b>DESTINO</b>							
REINO UNIDO % para o Reino Unido	4254 24.6%	4933 26.1%	4966 25.5%	4240 22.3%	12653 44.7%	10436 43.2%	5868 46.3%
FRANÇA % para França	5695 33.0%	7776 41.2%	6632 34.1%	5324 28.0%	6156 21.7%	6005 24.8%	1836 14.5%
ALEMANHA % para a Alemanha	4798 27.8%	3070 16.3%	3741 19.2%	4795 25.2%	4339 15.3%	3327 13.8%	2456 19.4%
PAÍSES BAIXOS % para os Países Baixos	744 4.3%	1313 7.0%	2122 10.9%	2285 12.0%	2923 10.3%	2503 10.4%	1156 9.1%
OUTROS % para outros	1784 10.3%	1797 9.5%	1989 10.2%	2358 12.4%	2258 8.0%	1897 7.8%	1357 10.7%

\*. Segundo as autoridades britânicas, estes valores incluem uma quantidade indeterminada de espécies diferentes da Sardinha Pilchardus.

Fonte: Comissão das Comunidades Europeias

Quanto ao papel de Portugal neste contexto, será de referir que o mercado comunitário é o destino preferencial das nossas exportações de conservas de sardinha, com particular relevo a partir de 1989/1990, - altura em que se assiste a uma perda significativa das nossas exportações para o mercado de países terceiros -. Até essa

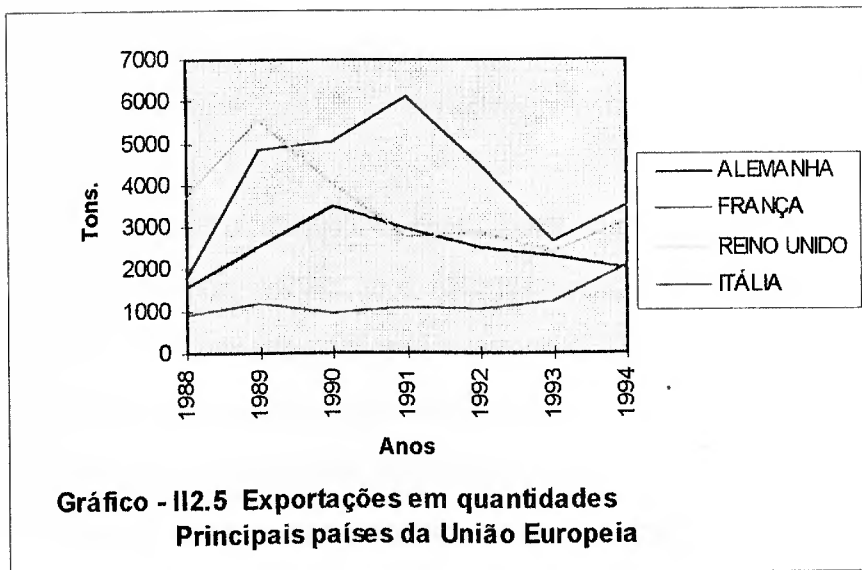
data, as exportações portuguesas repartiam-se entre esses dois mercados de forma mais ou menos equivalente. A quebra verificada nos mercados de países terceiros, - 43% entre os anos de 1988 e de 1994 -, reforçou a especialização das nossas exportações para um mercado que, em 1994, absorveu 64% do total exportado, e no qual se confronta com o seu principal concorrente: - a indústria de conservas marroquina -.

QUADRO - II2.9: EXPORTAÇÃO DE CONSERVA DE SARDINHA

	1988		1989		1990		1991		1992		1993*		1994*	
	ton	esc./kg	ton	esc./kg	ton	esc./kg	ton	esc./kg	ton	esc./kg	ton	esc./kg	ton	esc./kg
TOTAL GERAL	22.034	312,7	26.372	378,0	23.658	371,9	21.012	411,7	17.543	421,0	15.351	482,0	19.566	455,0
CEE	9.596	320,6	16.341	391,9	15.769	462,9	15.659	392,8	12.750	411,0	10.090	466,0	12.538	445,0
Alemanha	1.580	404,0	2.576	427,0	3.479	400,0	2.976	478,5	2.506	462,0	2.336	480,0	2.025	439,0
França	1.793	265,3	4.835	427,6	5.045	299,0	6.129	312,0	4.468	325,0	2.677	464,0	3.514	472,0
Reino Unido	3.694	262,5	5.594	295,2	4.024	327,0	2.768	374,5	2.861	362,8	2.432	386,0	3.087	354,0
Itália	887	426,2	1.185	673,5	932	525,0	1.063	542,8	1.050	640,0	1.215	557,0	2.069	486,0
Países Terceiros	12.438	306,6	10.031	355,4	7.889	190,0	5.353	467,0	4.793	447,6	5.261	513,0	7.028	475,0
E.U.A.	2.750	360,6	2.558	437,0	1.720	472,5	1.361	603,2	686	552,0	772	571,0	536	599,0
URSS/Rússia	4.011	253,0	2.735	290,0	836	279,0	-	-	-	-	60	275,0	2	502,0
Canadá	556	301,7	221	366,5	97	391,7	78	484,4	164	506,0	106	539,0	126	497,0
Afr. Sul	813	284,0	651	304,4	956	309,7	694	367,0	505	368,3	336	445,0	403	433,0

Fonte: Direcção Geral das Pescas  
INE - Instituto Nacional de Estatística (a partir de \*)

Pormenorizando a análise ao nível do mercado comunitário, verifica-se que, com excepção do ano de 1994, - para o qual se constata um acréscimo relativamente ao ano anterior -, a tendência, a partir de 1989, é para uma quebra das quantidades exportadas para quase todos os países de destino. O único mercado que mantém uma certa estabilidade é o mercado italiano, precisamente o que apresenta o preço médio de exportação mais elevado.



Uma percepção mais clara da perda das nossas posições nos mercados tradicionalmente nossos clientes, acompanhada de ganhos evidentes para a indústria de conservas marroquina, é-nos dada pela leitura do seguinte quadro:

**QUADRO - II2.10: CONSERVAS DE SARDINHA: Quotas de mercado**

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
REINO UNIDO - P %	54	45	30.8	43.2	49.5	39	14	18	8	24
REINO UNIDO - M %	29.7	28.5	35.5	35.8	35.7	39	20	27	33	19
REINO UNIDO - T MT	9.4	9.1	10.7	6.7	10.9	10.5	18.7	16.4	14.1	11.4
FRANÇA - P %	19.3	15.1	14.3	17.7	34.4	37.5	47	35	34	40
FRANÇA - M %	66.6	69.7	75.3	56.2	50.7	47.8	40	53	56	53
FRANÇA - T MT	11.4	11.9	14.6	9.6	14.8	13.6	12.9	8.8	10.9	9.2
RFA - P %	44.6	40.2	42.1	24	31	26.9	23	20	19	23
RFA - M %	43.2	53.6	47.3	60.2	52.7	51.6	65	69	72	70
RFA - T MT	7.4	8.2	7.6	8.3	7.4	9.3	9.1	8.5	6.7	10.2

NOTA: P% - indica a percentagem de conserva da sardinha portuguesa importada pelo país  
M% - indica a percentagem de conserva da sardinha marroquina importada pelo país  
T - indica a quantidade (mil ton) de conserva da sardinha importada pelo país

Fonte: "Globefish" (dados em peso líquido)

Com efeito, com excepção do mercado francês, em todos os outros mercados, e desde 1985, a indústria de conservas marroquina é o nosso concorrente directo, nomeadamente no mercado alemão. No mercado do Reino Unido, há ainda que contar com a concorrência de produtos que utilizam outra qualidade de sardinha, a preços



mais reduzidos, como sejam, os originários da Namíbia, - país que desde, 1991, tem vindo a conquistar importantes posições no mercado britânico -.

O mercado francês é o nosso principal cliente; como se disse é o único onde a nossa quota aumentou, mantendo-se, nos últimos anos, entre 35 e 47%. Este facto encontra a sua explicação nas ligações que a empresa IDAL - a maior exportadora de conservas de sardinha, controlada pela multinacional HEINZ -, tem no mercado francês. A produção daquela empresa, encontra escoamento através de uma adequada rede de distribuição que lhe permite colocar o produto, a preços mais reduzidos que a concorrência, eliminando, dessa forma, os ganhos dos importadores tradicionais.

A concorrência marroquina é, de facto, o “calcanhar de aquiles” da indústria de conservas de sardinha portuguesa. Marrocos é, sem, dúvida o principal concorrente, o que tem todas as condições - matéria-prima de igual ou de melhor qualidade, aliada a custos de produção difíceis de igualar -, para consolidar a posição de principal exportador mundial. Tem beneficiado, além disso, de tratamento preferencial nas suas relações com a União Europeia.

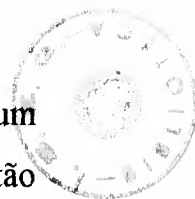
Esta situação foi mais evidente no período imediatamente a seguir à entrada de Portugal e Espanha para a União, uma vez que as conservas marroquinas beneficiavam de uma clara situação de privilégio ao poderem exportar, para o mercado comunitário, um contingente de 14 mil toneladas a direito nulo, e um outro de (6 mil toneladas) à taxa de 10%, enquanto as conservas portuguesas tinham uma situação mais restritiva - eliminação de direitos em 10 anos com a abertura de um contingente de direito nulo de 5 000 toneladas/ano - . A partir de 1989, com a eliminação desta cláusula, a situação de privilégio desaparece. As conservas de sardinha portuguesas podem circular livremente no espaço comunitário. Mas o concorrente existe, e os interesses de outros produtores comunitários fazem-se sentir, tal como outras áreas da actividade pesqueira comunitária, exigem que se equacionem todos os elementos da política pesqueira.

É assim que, no quadro dos acordos de pesca, entre a União e Marrocos, a indústria de conservas passou a incorporar o leque de contrapartidas por conta do acesso a recursos em águas marroquinas. **Em 1989**, com a assinatura do primeiro Acordo de Pesca, foi estabelecido um único contingente, de 17 500 toneladas, a direito nulo. **Em 1992**, e no âmbito do segundo Acordo de Pescas, a indústria de conservas marroquina, obteve um desarmamento pautal igual a: i) contingente, de 17 500, toneladas a direito zero; ii) sistema de taxas degressivas, sem limite quantitativo, para os anos seguintes: 1993 = 8%, 1994 = 7% e 1995 = 6%. **Na actualidade**, simultaneamente coincidente com as reduções pautais previstas para as conservas de sardinha, no Acordo do Uruguay Round (oferta comunitária de redução de direitos igual a 50%, num período de 5 anos), teve lugar, em 1995, a celebração de mais um Acordo de Pesca entre a União Europeia e Marrocos. Como foi largamente noticiado, tal Acordo previu contrapartidas de acesso ao mercado comunitário de conservas marroquinas, em condições que a indústria nacional não aceitou, referindo que não seria “moeda de troca” das pescas nacionais e comunitárias. De forma a não inviabilizar o Acordo de Pescas - fundamental para permitir a actuação de um segmento da frota nacional e espanhola - foi decidido incluir, no Acordo de Associação União Europeia/Marrocos o “dossier” conservas de peixe. A passagem para outro “forum” não beneficiou a indústria nacional. A oferta comunitária manteve-se e foi a seguinte:

- em 1996 - 18500 t a 0% e o restante à taxa de 10%;
- em 1997 - 21000 t a 0% e o restante à taxa de 5%;
- em 1998 - 22500 t a 0% e o restante à taxa de 4%, e
- em 1999 liberalização total.

As contrapartidas exigidas pela indústria nacional não foram contempladas tendo o compromisso da Comissão sido muito pouco explícito.

A situação acabada de descrever, principalmente os acontecimentos relacionados com o último ciclo negocial, serviu de motivo para o relançar do debate



sobre a sobrevivência da indústria nacional de conservas de pescado. Todo um conjunto de reivindicações de natureza claramente proteccionista foram então proferidas. Não sendo grande o diferencial de preços praticados, para o mercado comunitário, pelas duas indústrias - portuguesa e marroquina -, e tendo mesmo, em alguns anos, o preço da conserva portuguesa sido inferior ao da conserva marroquina, não é perceptível, numa primeira análise, a razão pela qual se tem vindo a assistir a uma regressão das posições conquistadas.

Convirá então debruçarmo-nos sobre a realidade empresarial que caracteriza este sub-sector.

2.2.3.3 - Empresas

*-Dimensão e volume de emprego-*

As empresas recenseadas em 1994, contabilizam-se em 40 e elas correspondem a 44 unidades fabris. Na sua grande maioria incluem-se no agrupamento das pequenas e médias empresas, empregando cerca de 4 240 trabalhadores, que representam 5% do volume total de emprego estimado para o conjunto das indústrias agro-alimentares. A evolução, desde 1985, do número de unidades industriais e do número dos respectivos trabalhadores, é a que consta do seguinte quadro:

**QUADRO - II2.11: UNIDADES FABRIS E EMPREGO**

	1985	1989	1992	1994
Unidades fabris	70	60	52	44
Trabalhadores	7469	5619	5332	4240

Fonte: Direcção Geral das Pescas

Este movimento de redução de unidades, é similar ao que se tem verificado em outros Estados-membros. É possível verificar que, no início da presente década, a Espanha apresenta um número de unidades fabris inferior em 60% ao verificado na

década anterior. A França tem o mesmo tipo de evolução, -43%, pois existiam 44 unidades, em 1978, e apenas 25 em 1990. No nosso caso, e como tivemos oportunidade de referir, as reduções mais significativas verificaram-se nos finais da década de 60. Com a Adesão, e a consequente possibilidade de acesso a fundos comunitários, a indústria beneficiou de apoios financeiros que lhe permitiram sustentar e modernizar algumas unidades. Esta foi uma das razões responsável por não ter sido maior a redução do número de unidades.

Maioritariamente, as unidades fabris localizam-se no Norte (Matosinhos) e nas Regiões Autónomas (Açores), como consequência lógica de um melhor acesso à matéria-prima. A maior parte das 40 empresas, tem a natureza jurídica de sociedades por quotas, sendo poucas as que são sociedades anónimas. Nos últimos tempos assiste-se a um movimento de alteração do tradicional perfil empresarial que caracteriza este sub-sector - empresas do tipo familiar -, devido, não só, da constituição de Grupos Económicos, mas também, resultante da aquisição de empresas por parte de multinacionais. No universo atrás referido identificam-se, 3 Grupos Económicos: i) **Cofaco**, com 6 empresas e 7 unidades fabris; ii) **Vasco da Gama**, com 4 empresas e igual número de unidades; iii) **Conserveira Portuguesa**, com 2 empresas e outras tantas unidades. A multinacional HEINZ, através do controle que detém sobre a empresa IDAL, possui uma posição estratégica, de tal modo que a empresa, com uma única unidade industrial, é responsável pela maior produção e exportação de conservas de sardinha. O Grupo espanhol **Ebro/Torras Hostench/Kio**, exerce a sua influência através do controle do Grupo **Vasco da Gama**. De entre as empresas portuguesas não constituídas em Grupo Económico, a de maior dimensão em valor das vendas, é a empresa MANUEL RAMIREZ. Esta empresa, de acordo com a análise sobre “As 1000 melhores PME” da revista “Exame”, de Dezembro de 1995, alcança o 3º lugar, com um valor de vendas líquidas apurado, para 1994, de 2 392 mil contos. **Em 1994, os Grupos Económicos e as empresas atrás referidas foram responsáveis por 58, 86 e 65% da produção total de conservas, respectivamente, de sardinha, de atum e de cavala.**

Sendo a indústria de conservas vocacionada para o mercado externo, a organização dos industriais num sistema que permitisse garanti-los e expandi-los, foi sempre matéria muito falada, mas pouco ou nada resolvida. A inércia própria de quem sempre procurou e obteve, - via Administração -, a solução dos seus problemas, aliado a uma deficiente visão sobre os desenvolvimentos dos mercados internacionais, não facilitou a criação de um ambiente que compelisse os industriais a, com antecedência, definir estratégias que lhes garantissem a própria sobrevivência. É assim que hoje, e como sempre, a organização e fomento das vendas do produto, nos mercados externos, continue a ser um dos grandes constrangimentos com que se confronta a indústria de conservas de pescado. Cerca de metade das 40 empresas existentes, exporta com marca do importador, sendo a forma de presença mais vulgarizada a utilização do “agente comissionista”. Esta situação é reveladora da débil estrutura de comercialização destes produtos. É débil, pela dependência que cria relativamente aos importadores, que pressionam os preços, jogando com a oferta de outros produtores, e, porque, na falta de marca própria, o consumidor não diferencia o produto; não é, assim, optimizado o argumento que afirma: **a conserva de sardinha portuguesa é de melhor qualidade por que utiliza a melhor matéria-prima**. Consideram alguns autores que esta situação “..... é a força de maior intensidade e a responsável pela maior sangria do valor criado pela indústria.”<sup>1</sup>

#### 2.2.3.4 - Conclusão

Não deixa de ser curioso, mas também penoso constatar que a indústria de conservas de sardinha, que nos calhou em sorte ter, permanece igual a si mesma, após mais de cem anos de existência. A falta de percepção do mundo que a rodeia, na qual a intensificação da concorrência internacional, era um dado já há muito adquirido, é uma das características da actuação dos empresários do sector conserveiro. Na realidade, a situação da indústria, com a perda dos mercados de Países Terceiros, e,

---

<sup>1</sup> Citado in “Diagnóstico: Competitividade da Indústria Conserveira”, 1993, pág.29.

ainda, com dificuldades em manter os mercados da União Europeia, é, no mínimo, grave. Não só pelas implicações de carácter social, que o quase certo encerramento de unidades fabris e de empresas poderá ter na própria indústria, como também pelas repercussões que a montante irá ter na actividade dos produtores directos. Os apoios que foram facultados após a Adesão, não produziram, de facto, resultados visíveis. Apesar de se assistir a uma reorganização do tecido empresarial, no sentido da concentração de empresas, permanecem ainda outras empresas que dificilmente poderão enfrentar os desafios que a concorrência impõe. Um exemplo das dificuldades existentes, nomeadamente ao nível financeiro das empresas, é-nos dado pela estratégia encetada pelo maior Grupo Económico do Sector, a **Cofaco**, a qual, com o objectivo de obter o saneamento financeiro da empresa, procura, através do aumento do capital social, obter a participação de grupos económicos estrangeiros, que lhe facilitem o desejado equilíbrio financeiro.

Por último, importa referir que, no universo das Pequenas e Médias Empresas (PME), em que se insere a grande maioria das empresas conserveiras, de acordo com um estudo da OCDE<sup>1</sup>, o papel do empresário é uma das principais variáveis explicativas da competitividade das empresas, ou seja, *“...uma das principais características da PME e a centralização da decisão ao nível do proprietário/dirigente, a tal ponto que se fala de personalização deste tipo de empresa. O carácter, as aptidões e competências, as atitudes e comportamentos do empresário exercem uma influência muito mais decisiva na estratégia das PME do que nas grandes empresas”*. É neste particular que se encontra a explicação para a existência de uma certa inércia na previsão dos acontecimentos e na definição de estratégias de que padece este sub-sector.

---

<sup>1</sup> “Les PME: technologie et compétitivité” citado in Revista Exame. Dez/1995, pág.20.

### 3 - Medida do impacto das políticas comunitárias

A pescaria que temos vindo a analisar, tal como referido no ponto 1.1., tem como única medida de gestão, o tamanho mínimo regulamentado para a sua captura (11 cm). Esta medida é de carácter nacional, a legislação comunitária não a impõe. Não existirá, assim, à primeira vista, política comunitária que, de uma forma directa, tenha condicionado o seu evoluir. Indirectamente, contudo, o previsto na Organização Comum de Mercados, ao nível dos preços de retirada, por exemplo, deverá ter contribuído para a sustentação dos preços de 1ª venda e induzido uma melhoria na rentabilidade desta pescaria. Quanto à indústria de conservas de sardinha, os efeitos directos da aplicação das políticas comunitárias, também não é perceptível. Contudo, importa referir que os incentivos previstos na legislação comunitária para a constituição de Organizações de Produtores, conjugado com a possibilidade de serem adoptados preços de retirada, ao alterar o perfil tradicional de abastecimento da indústria, em termos do aumento do poder negocial dos produtores, terá, sem dúvida, influenciado a indústria.

Não sendo fácil quantificar a medida desses efeitos indirectos, quer ao nível da frota, quer da indústria, uma vez que outros factores intervêm no processo - o caso da indústria de conservas é paradigmático desta situação -, procurou-se, contudo, com base num estudo sobre a **taxa de recuperação do capital** de determinadas frotas comunitárias, investigar sobre quais os resultados para o segmento da frota de cerco portuguesa da aplicação das metodologias utilizadas no referido estudo. Este mesmo estudo está a ser realizado em quatro Estados membros - Dinamarca, França, Holanda e Reino Unido -, por organizações especializadas em investigação pesqueira, sob a coordenação de *W.P. Davidse*, e é financeiramente apoiado pela União Europeia. De acordo com o relatório intercalar, a que tivemos acesso, estará concluído no final do corrente ano.

Mais precisamente, aquele estudo pretende avaliar em que medida a política de gestão pesqueira da União Europeia, as medidas nacionais de gestão e as

**inovações tecnológicas, condicionam a recuperação de um determinado investimento.** A base metodológica e os conceitos foram desenvolvidos no projecto: *"Costs and Earnings of fishing fleets in four EC countries - calculated on an uniform basis for the development of sectoral fleet models"*<sup>1</sup>. Este projecto foi inovador do ponto de vista da conceptualização de um sistema contabilístico, comum aos vários Estados-membros, ao calcular e apresentar, de forma uniforme, a estrutura de custos das empresas de pesca existentes na Dinamarca, França, Holanda e Reino Unido. Não é o primeiro trabalho de investigação económica sobre os efeitos das medidas de gestão preconizadas pela Política Comum de Pescas, - pois vários outros foram já realizados -, mas é o que apresenta uma abordagem diferente para a análise, e consequente conhecimento de variáveis económico/financeiras de exploração das empresas de pesca.

### 3.1 - Metodologia

O indicador que se pretende construir **-taxa de recuperação do capital-** define-se como a percentagem que resulta da seguinte relação:

$$\frac{\text{Resultados líquidos} + \text{Rendimento previsto}}{\text{Valor do seguro da embarcação}} \times 100$$

- Os resultados líquidos, ou "net profit", resultam da diferença entre as receitas e as despesas, deduzidas das amortizações e do rendimento previsto.
- O rendimento previsto, ou "imputed interest", mede o rendimento do capital investido, considerado este como o valor actual da embarcação. É o produto deste valor actual da embarcação pela taxa de juro real.
- O valor do seguro da embarcação, ou "insured value of the vessel", corresponde ao valor pelo qual a embarcação está segura.

<sup>1</sup> Davidse, W.P. and other, The Hague, Agricultural Economics Research Institute (LEI-DLO), 1993.



A **taxa de recuperação do capital**, dá-nos, assim, a medida da recuperação capital investido, num determinado momento. Através dos resultados obtidos com a exploração da embarcação, a que se adiciona o valor que o investimento inicial poderia proporcionar - após as depreciações anuais -, se tivesse sido utilizado em aplicações financeiras. Os valores positivos traduzem essa recuperação, enquanto que os valores negativos correspondem a perda de capital.

Os elementos de natureza contabilística, que serviram de base ao cálculo dos resultados, foram obtidos junto dos armadores ou associações representativas, e correspondem, por isso, à realidade de cada um dos Estados membros objectos do Estudo. Para o **cálculo das amortizações**, e atendendo a que o sistema difere de país para país, foi utilizada uma metodologia uniforme, de forma a poder obter resultados comparáveis. Tal metodologia, teve como base o que foi designado por “replacement value of the vessel”, ou seja, o custo actual de uma embarcação com idênticas características. Assumiu-se que a estrutura física da embarcação, se amortiza em 25 anos, na base de uma taxa de 4% ao ano. Para além desse tempo, a taxa de amortização anual é igual a 2%. O cálculo do **rendimento previsível** (ou “imputed interest”) e que reflecte o custo de oportunidade do capital, baseou-se também num sistema uniforme, no qual a variável onde incidiu a taxa de juro real é o custo actual da embarcação (ou “booked value”).

O estudo do caso da frota de cerco portuguesa utilizou idêntica metodologia.

## **3.2 - O caso português: frota de cerco**

### **3.2.1 - Levantamento estatístico, definição da amostra e recolha de dados**

A aplicação, ao objecto deste estudo, da metodologia atrás referida, passou, numa primeira fase, pela delimitação dos portos de pesca significativos do ponto de vista da pesca da sardinha. Procurou-se conjugar a importância quantitativa dos desembarques com a localização regional dos mesmos. Dentro desta perspectiva,

seleccionaram-se os portos de Matosinhos, Peniche e Portimão. Para cada um daqueles portos a pesquisa dirigiu-se à identificação das embarcações pertencentes à frota de cerco (traineiras e cercadoras). Seguidamente, desse universo, e limitando-se a pesquisa ao ano de 1994, procurou-se identificar as embarcações que apresentaram desembarques nesse ano. Como o objectivo era o de construir uma amostra tão representativa quanto possível, das embarcações que, embora pertencendo ao conjunto da frota de cerco, apresentassem características típicas do chamado “cerco/sardinha”, foi necessário analisar a composição dos desembarques de cada uma das embarcações previamente seleccionadas. Partindo do princípio de que só nos interessariam as embarcações que apresentassem desembarques de sardinha superiores a 50% do total desembarcado pela embarcação, construiu-se, assim, a amostra que iria servir de base ao trabalho. Para estas mesmas embarcações apuraram-se os dados para os anos anteriores, até 1991. O objectivo era, não só comparar a estabilidade da estrutura, em termos quantitativos, mas também a composição dos desembarques.

Definida a amostra, a fase seguinte consistiu na recolha dos elementos contabilísticos que permitissem construir, para os anos de 1990 até 1994, da **taxa média de recuperação do capital** por embarcação, referente a cada um dos portos seleccionados. Este trabalho pareceu-nos, ao princípio, facilitado, uma vez que, por coincidência, as embarcações escolhidas se encontram inscritas em Organizações de Produtores. Presumiu-se, assim, que o contacto directo com os responsáveis dessas Organizações -PROPEIXE, em Matosinhos, FENACOOPESCAS e OPCENTRO, em Peniche e BARLAPESCAS, em Portimão, permitiria uma maior aderência dos armadores ao pedido formulado: preenchimento de um formulário de natureza contabilística. A natural desconfiança dos armadores relativamente aos seus ganhos e proveitos, já tradicional no sector, foi, mais uma vez, comprovada. Os elementos que, por fim, foram disponibilizados, acabaram por constituir uma amostra reduzida, no caso do porto de Matosinhos, ter algum significado, para Peniche, e não permitiram qualquer resultado prático, para o porto de Portimão.

Apesar daquele “contratempo”, o estudo empírico desenvolveu-se. As diversas fases porque passou a construção da amostra, e a que, finalmente, foi estudada, constam do seguinte quadro:

**QUADRO - II3.1: Definição da amostra**

	<b>PENICHE</b>	<b>MATOSINHOS</b>
	<b>Nº Emb.</b>	<b>Nº Emb.</b>
<b>UNIVERSO INICIAL</b>	39	19
<b>1ª Selecção</b>	34	12
<b>2ª Selecção</b>	19	12
<b>3ª Selecção e última</b>	9	8

Fonte: Direcção Geral das Pescas

Para o porto de Peniche, o número de embarcações estudadas foram responsáveis, em 1994, por 46% do volume total de desembarques de sardinha estimado para aquele porto; as embarcações estudadas para o porto de Matosinhos, representaram apenas 28% do volume total de sardinhas ali desembarcadas.

**3.2.2 - Análise dos resultados**

De acordo com a metodologia, uma das primeiras tarefas na determinação da **taxa de recuperação do capital**, consiste na elaboração da conta dos resultados, para determinação dos resultados operacionais do exercício. Os Anexos II.1 e II.2 apresentam, para os portos de Matosinhos e Peniche, **os custos e receitas médias por embarcação, para os anos de 1990 a 1994, e a estimativa das amortizações e rendimento previsto.**

Com base nos elementos identificados naqueles Anexos, e recorrendo à fórmula definida para o cálculo da **taxa de recuperação do capital**, obtiveram-se os seguintes indicadores:

QUADRO - II3.2: TAXA MÉDIA DE RECUPERAÇÃO DO CAPITAL (%)

PORTO	1990 %	1991 %	1992 %	1993 %	1994 %
<b>PENICHE</b>					
Train. C/ 70 < TAB < 80	-1,0	12,9	-16,5	-12,7	-5,5
<b>MATOSINHOS</b>					
Cerc. c/TAB < 50	9,3	3,7	3,1	3,9	-
TAB > 50	-2,8	-1,0	-6,6	-5,6	-

Os resultados para a amostra de embarcações definida para o porto de **Peniche**, revela-nos que, com excepção do ano de 1991, todos os outros anos apresentam **taxas de recuperação do capital** negativas. Assim, tendo presente que nos anos de 1992 e 1993, os resultados operacionais foram também negativos, numa primeira análise, a conclusão lógica é a que a saúde financeira das empresas não é das mais prometedoras, sendo mesmo problemática a sua continuação.

Para a amostra definida para o porto de **Matosinhos**, a situação é diferente: os resultados operacionais para os dois sub-segmentos que compõem a amostra, são positivos para todos os anos. O sub-segmento das cercadoras com TAB ≤ 50, é o que apresenta **taxas de recuperação do capital** positivas para todo o período em análise. De assinalar, por exemplo, o ano de 1990, no qual, aquele indicador, regista um valor substancialmente superior à taxa de juro real (3,8%). Este sub-segmento é constituído por embarcações com uma idade média de 16 anos, e em que cerca de 95% dos desembarques são só *sardinha*. O sub-segmento das cercadoras com TAB > 50, pelo contrário, não regista nenhum valor positivo para a **taxa de recuperação do capital**. Não se detecta, numa primeira análise, e com os elementos disponíveis, quais as causas de tal situação, uma vez que os resultados operacionais são positivos, - embora bastante inferiores aos verificados para o sub-segmento atrás referido -, e os preços médios das espécies, (*sardinha* incluída) não apresentam diferenças significativas.



É importante referir que os valores negativos e positivos da **taxa de recuperação do capital**, obtidos para as amostras em estudo, deverão ser analisadas com muito cuidado. **Em primeiro lugar**, porque, atendendo à forma como é distribuído o produto de uma operação de pesca - cerca de 20 a 30% desse produto, que se denomina por "caldeirada", não entra nos cálculos contabilísticos de uma empresa de pesca -, os ganhos e perdas dessas empresas estão viciados à partida; **em segundo lugar**, porque, no estudo, não se levou em conta os eventuais subsídios que as empresas poderão ter recebido, (e que vão influenciar o custo do capital investido); e **em terceiro e último lugar**, a própria metodologia utilizada para o cálculo das amortizações que poderá ter conduzido a uma sobrevalorização desta variável.

Como conclusão, temos que a avaliação do comportamento da frota estudada na amostra, através do indicador **taxa de recuperação do capital** permite, numa primeira análise, concluir o seguinte: são as embarcações de menor porte e potência as que registam uma evolução positiva. Não só ao nível dos resultados operacionais, como também na recuperação do capital investido.

## Conclusões

Ao resumir os principais traços caracterizadores do que foi referido em cada uma das Partes do presente trabalho, é possível reter as seguintes ideias fundamentais:

1. As perspectivas mundiais, no que concerne à exploração dos recursos pesqueiros, apesar do aumento das capturas previstas para 1995, indicam o esgotamento de um recurso natural até há pouco tempo considerado inesgotável. A utilização de técnicas artificiais para a reprodução desse mesmo recurso, são cada vez mais urgentes e necessárias. Num mundo em que as relações económicas entre Estados, dão lugar a formas supranacionais de organização, as actividades derivadas da exploração dos recursos haliêuticos, encontram-se, assim, também sujeitas aos interesses estratégicos dessas mesmas organizações.

Pescar fora das áreas de jurisdição e soberania de um determinado Estado, dificilmente, voltará a ser decisão unilateral desse mesmo Estado. A arte da negociação, na perspectiva da cooperação internacional, será o futuro; cada vez mais, será menos livre o acesso aos mares.

O movimento de apropriação de grandes áreas de pesca por parte dos Estados costeiros, iniciado nos anos 70, permitiu que entre 80 a 90% dos recursos haliêuticos exploráveis, se encontrem sob o controlo desses mesmos Estados, e determinou a alteração do quadro relacional que, durante décadas, caracterizou as relações entre *“países em vias de desenvolvimento”* e *“países desenvolvidos”*. O acesso dos Estados com tradição de actuação em pesqueiros internacionais, hoje em dia, está condicionado por processos de negociação caracterizados por uma cada vez maior exigência dos Estados detentores daquelas áreas de pesca, na definição das suas próprias contrapartidas, e nas restrições que impõem.

O que a evidência dos factos nos permite também concluir, é que, se é legítimo aos Estados costeiros a exigência de contrapartidas e uma maior responsabilização dos

Estados de bandeira, já não nos parece legítimo o alargamento do poder de soberania e jurisdição sobre áreas oceânicas cada vez mais vastas, à revelia do que internacionalmente se encontra legislado.

É importante reter ainda, que, se o estado dos recursos oferece cuidados, é por certo fruto de práticas de gestão menos responsáveis, precisamente dos Estados que exercem o controlo sobre 80 a 90% dos mesmos, - os Estados costeiros -. O argumento de que extensas áreas de pesca, sobre o controlo de um Estado, ajudará a preservar o recurso cai, assim, pela base. As crises económicas e neste caso específico, a crise da falta de recursos, dá lugar a comportamentos menos cooperantes das Nações. O egoísmo nacional prevalece.

2. Nesta conjuntura, a União Europeia surge fragilizada face à dependência de alguns Estados membros, quanto à actuação das suas frotas em águas de Países Terceiros ou internacionais, e, também, perante o aumento do défice de abastecimento em produtos da pesca. Constituindo estes alguns dos principais constrangimentos de ordem externa com os quais se confronta a Política Comum de Pescas, para os ultrapassar necessitará de, internamente, resolver as suas incoerências e definir uma estratégia de efectiva mudança.

Com efeito, a Política Comum de Pescas é o exemplo da necessidade de agir em conjunto para a defesa dos interesses de cada Estado. Foi, aliás, nessa perspectiva que os Estados membros a aceitaram. As alterações do direito marítimo internacional, conduziram, de facto, à urgência de, em comum, definir uma política que permitisse a defesa dos interesses de cada um em particular.

Concebida no início para um conjunto de Estados membros com preocupações e práticas de pesca similares - os países que exercem a actividade no Mar do Norte - a Política Comum de Pescas teve que assimilar as particularidades dos países que, sucessivamente, têm vindo a integrar a Comunidade Europeia. A adesão de Portugal e Espanha constituiu um dos desafios maiores em todo o processo de

construção dessa política. Não era fácil aceitar a concorrência de uma potência pesqueira como a espanhola. Mas a Comunidade dos “Nove” soube defender-se e, aos países periféricos, foram impostas condições de adesão bastante restritivas.

Ainda hoje é evidente a conflitualidade de interesses entre os países eminentemente pesqueiros e os que da pesca só precisam do produto como fonte de matéria-prima para as suas indústrias transformadoras. Os últimos acontecimentos no quadro das relações internacionais da União com Países Terceiros - o conflito com o Canadá e o Acordo de Associação UE/Marrocos -, são a evidência de que a solidariedade comunitária, é mais uma aspiração do que uma certeza, e de que, na Política Comum, não existem condições comuns para todos. O aprofundamento dessa política terá, assim, que passar por uma reavaliação dos seus objectivos e instrumentos, e da consciencialização de que existem especificidades regionais que exigem actuações diferenciadas.

3. No tocante às pescas nacionais e face à situação caracterizada, considera-se que, após dez anos de integração, continuam a subsistir os mesmos problemas, o sector apresenta um quadro evolutivo de estagnação, senão mesmo de regressão. Não se conseguiu evitar a tendência, já evidente no período anterior à Adesão, de um certo atrofiamento do modelo de desenvolvimento, (se assim se poderá chamar), baseado na dependência de pesqueiros internacionais e no esforço excessivo exercido nas águas nacionais- .

4. O estudo da fileira relativa à pesca da sardinha, permitiu a identificação dos principais aspectos que caracterizam essa pescaria. A atenção principal incidiu sobre a utilização da matéria-prima, isto é, a *indústria de conservas de sardinha*. Tal preocupação resultou da convicção de que é nesta vertente que a pescaria encontra a sua real dimensão. Utilizando cerca de 40% das quantidades de sardinha capturadas, e viabilizando, ainda, a transformação de outras espécies típicas desta pescaria, como seja o caso das conservas de cavala, consideramos que era essa a melhor abordagem.



A situação dessa indústria, tal como já referido, apresenta um quadro evolutivo preocupante. Se a montante, na fase do produtor primário, se constata uma preocupação em ajustar a produção às necessidades do mercado - o papel das Organizações de Produtores tem sido fulcral na dinamização dessa estratégia -, de forma a garantir a sobrevivência de uma frota em condições economicamente rentáveis, a jusante, ou seja, a indústria, não encontrou ainda a estratégia para a sua sobrevivência. Argumentam os industriais que as condições internas e externas de laboração são-lhes desfavoráveis.

Do ponto de vista da **envolvente interna**, existe o problema do abastecimento da matéria-prima para o qual consideram que o maior poder negocial dos fornecedores, agrupados em Organizações de Produtores, encarece os custos de produção não lhes permitindo o acesso à matéria-prima nas condições que consideram mais favoráveis. Neste particular, - abastecimento da matéria-prima -, importa referir que a indústria tem beneficiado de ajudas financeiras, através dos contratos celebrados entre os industriais e os armadores, e nos quais a Administração participa, subvencionando parte do preço de aquisição.

A **envolvente externa**, resume-se à concorrência dos produtores marroquinos e às condições de privilégio que no seu entender, os mesmos beneficiam no mercado comunitário (como por exemplo, o Acordo de Associação UE/Marrocos).

A reflexão sobre o historial das relações que, nesta matéria, a União Europeia tem mantido com Marrocos permite verificar que, no período anterior à adesão, as conservas marroquinas beneficiavam já de direitos aduaneiros preferenciais - Acordo de Cooperação de 1972-. Esta situação, de algum privilégio, manteve-se durante os dois primeiros anos da nossa Adesão, pois só em 1989, se deu a liberalização total das nossas exportações. A situação que actualmente existe não é muito diferente da que foi negociada aquando da Adesão, com a vantagem de que, tendo a indústria beneficiado de ajudas estruturais durante dez anos, seria

expectável que, hoje, as empresas nacionais, estivessem modernizadas e aptas a confrontar-se num mercado aberto a novos concorrentes, e a formas mais sofisticadas e agressivas de produzir e vender.

Não é essa a situação, e a indústria, contestando a liberalização do mercado comunitário, advoga formas proteccionistas de actuação ou, em alternativa, ajudas governamentais sob a forma de subsídios directos à exploração. Seria importante que a indústria reflectisse no porquê do seu permanente divórcio com o mercado interno, e procurasse formas de poder ultrapassar esse constrangimento, sob pena de poder vir a ser demasiado tarde. A cooperação internacional, face à previsível concorrência internacional de produtos iguais ou similares de mais baixos custos, será uma outra possível solução na qual a indústria deverá apostar. Os concorrentes de hoje poderão vir a ser os melhores aliados do amanhã.

Resumindo o que já foi referido, no ponto 3. sobre o impacto das políticas comunitárias, concluiremos que, não existindo uma política comunitária específica para a pesca da sardinha e produtos derivados, nem estando a espécie sujeita a medidas restritivas, as possíveis implicações dessas políticas e de outras fora do âmbito da Política Comum de Pescas, são-no de forma indirecta. É a este nível que a *indústria de conservas de sardinha* poderá ter sido influenciada. Sendo assim, perguntar-se-á, se tal não teria também acontecido, mesmo que Portugal não estivesse comprometido com as disposições da Política Comum. Como pequena economia aberta que é, Portugal, dificilmente poderia ficar à margem das alterações que se foram introduzindo nas relações económicas internacionais.

É neste entendimento que se considera que as disposições e práticas da Política Comum de Pescas, pouco ou nada contribuíram para a situação depressiva em que se encontra a *indústria de conservas de sardinha*. Só um redimensionamento da actividade, ao nível da concentração da produção em unidades bem dimensionadas, que diversifiquem a produção e que exerçam controlo do ciclo produtivo e das redes de distribuição, poderá viabilizar a indústria.

No que se refere à *frota de cerco*, segmento da frota por excelência dedicado à pesca da sardinha, concluiremos que, apesar do estudo empírico apontar para uma ineficiência económica das empresas de pesca, as mesmas, através das disposições previstas na Organização Comum de Mercados, isto é, o mecanismo dos preços de retirada, beneficiam de ajudas que lhes tem permitido manter as capturadas sempre valorizadas.

Será este rendimento suficiente para aliciar o investimento na pesca? O que o estudo atrás referido permite concluir, é que não é. Não vale a pena investir na pesca, nomeadamente no segmento do cerco. Contudo, e voltamos a chamar a atenção para este aspecto, a análise do indicador relativo à **taxa de recuperação do capital**, para o sector das pescas, deverá ter presente a especificidade desta actividade económica. A fiabilidade dos dados é um dos constrangimentos.

Porquê então ter procedido à sua determinação? O objectivo baseou-se na convicção de que, apesar de tudo, há que introduzir, na avaliação da realidade do sector das pescas, instrumentos que nos permitam, a pouco e pouco, conhecer melhor a sua envolvente. Face ao papel que cabe à Administração na gestão das pescas, importa que a mesma se debruce sobre a análise das variáveis que possam contribuir para a definição de uma política.

O estudo do comportamento de um segmento da frota, do ponto de vista de uma empresa - que investe para obter mais-valias e pelo menos recuperar o capital -, poderá ser um elemento valioso na definição de políticas que implicam uma actuação directa da Administração, como é o caso do sector das pescas. Poder-se-á, assim, avaliar em que medida as acções regulamentadoras directas (TACs, quotas, contingentação, selectividade de pescarias, etc) e/ou indirectas (impostos, subsídios, licenças, etc), empreendidas pela Administração, terão influenciado a eficiência económica da actividade.

Por último, cabe-nos apontar algumas das insuficiências do trabalho desenvolvido, as quais, no nosso entender prendem-se, no fundamental, com o facto de não se ter tido em atenção os aspectos sociais inerentes ao estudo de qualquer actividade económica, e, com maior força de razão, no caso das pescas.

De tal facto nos penetenciamos.

**ANEXOS**  
**ESTATÍSTICOS**

## ANEXO - I.1

## PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS DAS PESCAS

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<b>1. PRODUÇÃO (Tons)</b>									
PESCADO	666.287	633.219	605.682	573.895	570.899	559.568	542.795	529.635	469.627
Aguas nacionais	243.118	235.539	242.605	224.099	227.807	219.088	229.384	223.242	198.569
Continente	216.793	209.179	210.563	198.432	199.194	193.536	202.211	194.194	173.428
Açores	18.838	19.722	22.167	16.824	18.996	14.168	13.894	18.706	14.796
Madeira	7.487	6.638	7.575	8.845	9.619	12.674	13.279	10.342	10.345
Pesca em Espanha		2.448	3.266	2.916	3.285	3.984	3.395	3.087	3.962
Costa de África	20.255	14.994	17.805	18.725	19.283	18.653	21.022	19.546	14.134
Marrocos	15.103	13.389	14.123	14.451	14.742	14.354	16.376	14.787	10.111
Mauritânia	5.152	42	455	1.533	1.848	2.085	2.299	2.640	2.263
Atlântico Norte	103.231	85.826	43.139	52.239	69.029	76.291	38.734	39.569	38.131
Atlântico Sul	36.310	45.444	43.984	35.831	7.096	4.736	2.201	3.521	3.888
PRODUTOS TRANSFORMADOS	136.874	114.477	109.132	133.081	131.150	54.502	53.275	73.908	84.428
Farinhas, óleos e guanos	10.642	9.801	9.437	26.928	20.296	n.d.	7.537	7.799	7.763
Conservas e semi-conservas	49.900	42.789	44.950	50.017	52.225	54.502	45.738	44.474	50.704
Pescado transformado a bordo	76.332	61.887	54.745	56.136	58.629	n.d.	n.d.	21.635	25.961
Preparação e congelação									
AQUICULTURA	10.593	14.757	10.995	8.450	4.457	6.178	6.391	6.016	5.583
<b>2. FROTA (t)</b>									
Número de embarcações	-	-	-	16.603	16.251	14.866	14.205	13.198	12.299
TAB	209.193	208.954	202.599	196.403	186.523	183.307	161.511	148.830	131.309
Potência	517.060	516.149	509.004	501.573	495.968	492.244	454.075	440.202	419.418
<b>3. INVESTIMENTOS (mil cts)</b>									
C/apoio comunitário (aprovados)	5.444	8.675	9.923	12.520	13.875	13.767	18.210	22.107	7.005
S/apoio comunitário (Continente) (2)		565	550	621	588	298	141	70	n.d.
<b>4. BALANÇA COMERCIAL PRODUTOS PEECA</b>									
Quantidades:									
EXPORTAÇÃO (Tons)	71.887	64.432	71.241	91.279	92.908	101.388	88.592	74.404	85.241
IMPORTAÇÃO (Tons)	153.018	184.572	196.943	183.526	221.149	261.018	250.019	249.806	282.399
SALDO (Tons)	(81.131)	(120.140)	(125.702)	(92.247)	(128.241)	(159.630)	(161.427)	(175.402)	(197.158)
Valores:									
EXPORTAÇÃO (mil cts)	21.440	21.915	25.804	35.285	39.894	40.763	36.036	30.279	37.195
IMPORTAÇÃO (mil cts)	38.303	60.826	66.128	61.195	86.263	109.738	100.183	98.131	114.850
DEFICE COMERCIAL (mil cts)	16.863	38.911	40.324	25.910	46.369	68.975	64.147	67.852	77.655
<b>5. Consumo</b>									
Cons. Aparente Per capita (Kgs) (4)	58,1	63,8	62,5	54,9	59,9	64,0	n.d.	n.d.	n.d.
% do Pescado nas Desp. Alimentares	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	13,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>6. V.A.B. - CAPTURAS (milhões cts) (3)</b>									
CAPTURAS - % do VAB Nacional	0.75	0.62	0.62	0.56	0.46	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>7. PREÇOS</b>									
LOTA (Pr. médio-Esc./Kg) - Continente	134,00	159,60	186,50	202,90	222,30	240,00	214,90	205,30	211,60
IPC - Base (100): 1991:									
Alimentação e bebidas	58,90	64,10	69,90	80,10	90,90	100,00	107,10	110,03	115,34
Peixes, crustáceos e moluscos	54,30	59,00	64,90	71,40	85,70	100,00	105,10	100,83	103,77

n.d. = não disponível

(1) Situação em 31 de Dezembro

(2) Inclui apenas o investimento produtivo executado

(3) A preços correntes. Corresponde só à produção primária (captura)

(4) Peso à saída de água

Fonte: Secretaria de Estado das Pescas  
Instituto Nacional de Estatística

## ANEXO - I.2

QUANTIDADE (TONS)													
1986		1987		1988		1989		1990		1991		1992	
Principais espécies	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
Pelotas:													
Sardinha	102450,1	47,7%	89951,4	43,0%	94186,4	44,7%	81064,7	48,6%	82404,0	46,6%	96480,2	44,9%	
Carapau	28316,4	13,1%	26354,3	12,6%	24948,4	11,8%	23523,4	12,0%	20015,9	10,1%	17887,6	9,3%	
Pescada	7880,2	3,6%	6891,9	3,3%	5468,7	2,6%	3835,1	2,0%	2948,3	1,5%	3563,9	1,9%	
Cavala	9057,0	4,2%	8417,6	4,0%	3775,1	1,8%	6249,1	3,2%	8370,6	4,2%	10134,6	5,3%	
Outras	55666,6	25,7%	58729,9	28,1%	63152,1	30,0%	51566,3	26,4%	55763,8	28,1%	51674,4	26,8%	
Crustáceos	1989,7	0,9%	2432,4	1,2%	2532,9	1,2%	1588,7	0,8%	1668,9	0,8%	1055,1	0,5%	
Moluscos	10344,0	4,8%	16235,4	7,8%	16348,8	7,8%	17334,6	8,9%	16105,9	8,1%	21368,7	11,1%	
Outros produtos	60,2	0,0%	44,7	0,0%	50,7	0,0%	68,0	0,0%	803,7	0,4%	396,7	0,2%	
Total	216792,9	100%	209178,8	100%	210563,1	100%	186330,2	100%	198166,3	100%	192627,3	100%	
Evolução			-3,5%		-0,7%		-7,2%		-1,5%		-2,8%		
VALORES (preços correntes) 10ª cm.													
Principais espécies		1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Pelotas:		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Sardinha	3310,4	12%	2851,5	9%	3806,6	10%	3824,7	11%	5174,6	13%	6434,1	15%	
Carapau	4927,1	18%	4550,9	13%	4341,0	12%	4476,5	13%	4485,8	11%	4586,2	11%	
Pescada	3749,3	14%	3842,9	12%	3764,1	10%	2814,6	8%	2341,2	6%	2708,9	6%	
Cavala	326,0	1%	393,1	1%	277,5	1%	280,6	1%	478,8	1%	630,4	1%	
Outros	6178,9	23%	7564,4	24%	8169,7	25%	7920,8	22%	9541,2	24%	10200,5	24%	
Crustáceos	1506,8	6%	2307,2	8%	3808,2	10%	2085,1	6%	2665,9	7%	1634,9	4%	
Moluscos	2289,5	9%	4081,5	13%	5182,5	14%	6410,3	18%	6274,9	16%	8964,1	16%	
Outros produtos	30,2	0%	34,0	0%	43,7	0%	32,7	0%	143,1	0%	169,2	0%	
Total	26665,5	100%	31586,0	100%	36806,4	100%	35725,9	100%	39880,9	100%	42378,0	100%	
Evolução			+18,5%		+10,6%		-2,9%		+11,7%		+6,2%		
VALORES (preços correntes) de 1986													
Principais espécies		1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Pelotas:		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Sardinha	3310,4	12%	2601,7	9%	3467,9	10%	3343,3	11%	3768,8	13%	4013,8	15%	
Carapau	4927,1	18%	3878,6	13%	4174,0	12%	3913,0	13%	3267,0	11%	2811,1	11%	
Pescada	3749,3	14%	3506,3	12%	3618,3	10%	2460,3	8%	1706,2	6%	1689,9	6%	
Cavala	326,0	1%	358,7	1%	233,8	1%	227,8	1%	348,7	1%	393,3	1%	
Outras	14852,7	55%	6901,8	24%	8817,0	25%	6923,6	22%	6949,2	24%	6333,4	24%	
Crustáceos	1506,8	6%	2652,6	9%	3861,7	10%	1822,6	6%	1834,4	7%	1019,9	4%	
Moluscos	2289,5	9%	3705,7	13%	4983,2	14%	6503,4	18%	4570,2	16%	4344,4	16%	
Outros produtos	30,2	0%	31,0	0%	42,0	0%	28,6	0%	104,2	0%	105,6	0%	
Total	26665,5	100%	28819,3	100%	35390,8	100%	31223,9	100%	29053,8	100%	26436,7	100%	
Evolução			+8%		+22,6%		-11,8%		-6,9%		-9%		

(1) Não foram considerados os "Desembarques em Esperita".  
Fonte: Secretaria de Estado das Pescas

**ANEXO - II.1**  
**CUSTOS E RECEITAS MÉDIAS POR EMBARCAÇÃO**

PENICHE		Unid: 10³ Esc.						
	Traineiras: 70 <TAB< 80							
	1990	1991	1992	1993	1994			
Vendas	44 037	68 780	51 159	42 519	56 863			
RECEITAS	44 037	68 780	51 159	42 519	56 863			
Desp. c/pessoal	23 506	33 355	31 537	26 396	34 278			
Combustíveis	3 712	4 272	3 237	3 598	3 727			
Cons. e Reparação	6 205	9 897	11 108	8 314	8 353			
Diversos	3 988	5 909	8 337	4 889	6 699			
DESPEASAS	37 411	53 433	54 219	43 197	53 057			
Resultados Operacionais	6 626	15 347	- 3 060	-678	3 806			
Amortizações	7 271	7 271	7 271	7 271	7 271			
Rendimento Previsível	3 431	5 393	5 556	3 250	3 377			
Resultados Líquidos	-4 076	2 683	-15 887	-11 199	-6 842			
MATOSINHOS		Unid: 10³ Esc.						
	Cercadoras: TAB< 50				Cercadoras: TAB>50			
	1990	1991	1992	1993	1990	1991	1992	1993
Vendas	46 817	47 836	42 112	37 656	33 280	36 918	28 622	29 952
RECEITAS	46 817	47 836	42 456	39 029	33 999	37 201	29 757	32 200
Desp. c/pessoal	27 233	29 760	25 603	22 616	20 468	22 283	18 439	20 799
Combustíveis	3 456	3 462	3 232	3 040	3 072	3 259	3 169	2 698
Cons. e Reparação	2 875	3 780	3 033	2 901	2 478	2 201	2 210	2 120
Diversos	3 645	3 813	3 835	3 333	3 846	4 348	3 980	4 024
DESPEASAS	37 209	40 815	35 703	31 890	29 865	32 092	27 798	29 641
Resultados Operacionais	9 608	7021	6 753	7 139	4 134	5 109	1 959	2 559
Amortizações	5 333	5 333	5 333	5 333	5 674	5 674	5 674	5 674
Rendimento Previsível	2 121	3 298	3 354	1 932	1 517	2 271	2 204	1 197
Resultados Líquidos	2 154	-1 610	-1 934	-126	-3 057	-2 836	-5 919	-4 312



## ANEXO - II.2

**CÁLCULO DO RENDIMENTO PREVISTO ( $10^3$  Esc.)**

**NOTAS: (1) = 340 ECU X POT**

- Esta taxa aplica-se sobre o "Valor actual" da embarcação.**

(1)Fonte: Banco Portugal: Relatório Conselho de Administração - 1999

## **BIBLIOGRAFIA**



## BIBLIOGRAFIA

### A) LIVROS E ARTIGOS

**Adam, P.** (1968), "Aspects Economiques de la "Surpêche", *Révue Économique*, nº 1, Jan, pp. 130-171.

**Álvares, P.** (1986), "Portugal na CEE - O Presente e o Futuro", ed. Publicações Europa-América, pp. 338-363.

**Alves, J.** (1986), "O mercado de conservas de peixe e a Comunidade Europeia (CEE)", 6ª Semana das Pescas dos Açores, Horta, Direcção-Regional das Pescas, pp. 193-236.

**Antona, M.** (1993), "Indicateurs économiques et gestion sectorielle: l'exemple de l'analyse des coûts de production", 5ª Confª da Associação Europeia de Economistas da Pesca, 13 pp.

**Baldaque da Silva, A.A.** (1892), "Estado Actual das Pescas em Portugal", ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 280 pp.

**Boulard, J.C.** (1991), "L'épopée de la sardine-un siècle d'histoires de pêches", ed. IFREMER, Paris, 220 pp.

**Brandt, A.Von** (1960), "Fishing methods in the world sardine fisheries, Procedures of the World Scientific Meeting on the Biology of Sardines and Related Species, II, FAO, pp. 563-623.

**Brito, R.S.** (1959), "Determinação dos custos de produção nas pescas portuguesas", ed. Boletim da Pesca, 65, Lisboa, pp. 11-65.

**Caldeira, B.** (1995), "Mostarda Alentejana", ed. Colibri, 141 pp.

**Castelo Branco, M.** (1981), "Embarcações e Artes de Pesca", Lisnave, 171 pp.

**Catanzano, J.; Rey, H.** (1993), "Gestion des Pêches: Chronique d'une revolution annoncee", 5ª Confª da Associação Europeia de Economistas da Pesca, 14 pp.

**Cavaco, C.** (1969), "A pesca e a indústria de conservas de peixe em Portugal", Finisterra, IV-7, pp. 145-163.

**Coelho, M.F.** (1989), "Gestão e Conservação dos Recursos da Pesca", Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Economia, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia, Lisboa, 217 pp.

**Cordeiro, J.M.L.** (1989), "A Indústria Conserveira em Matosinhos - exposição de arqueologia industrial", Câmara Municipal de Matosinhos, 63 pp.

**Cunningham, S.; Dunn, M.R.; Whitmarsh, D.** (1985), "Fisheries Economics - An Introduction", ed. Mansell Publishing Limited, Londres, 359 pp.

**Davidse, W.P.** (1993), "Costs and earnings of fishing fleets in four EC countries - Calculated on an uniform basis for the development of sectoral fleet models", ed. Agricultural Economics Research Institute (LEI-DLO), Dept. Fishery, The Hague, 202 pp.

**Davidse, W.P.** (1994), "Return on capital in the European Fishery Industry", relatório intercalar de Dez./1994, 52 pp.

**Eco, H.** (1991, 5ª edição), "Como se faz uma tese em ciências humanas", ed. Presença, 226 pp.

**Fanqueiro, O.** (1988), "A descarga do peixe no passado", ed. Câmara Municipal de Matosinhos, 112 pp.

**Ferreira Dias, J.M.** (1993), "Diagnóstico, Competitividade da Indústria Conserveira", Lisboa, 44 pp.

**Ferreira Dias, J.M.** (1991), "Análise estrutural da indústria (segundo Michael Porter) - ensaio na indústria portuguesa de conservas de peixe", Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Empresariais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), 178 pp.

**Gomez, E.J.B.; Fernandez, I.P.; Stolle, A.R.** (1987), "La incorporacion de la Peninsula Ibérica a la CEE: Análisis de las repercusiones sobre um sector específico", ed. Estudos de Economia, vol. VII, nº2, Jan-Mar, pp 161-174.

**Guedes, A.M.** (1989), "Direito do Mar", ed. Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 201 pp.

**Gwiazda, A.** (1993), "The Common Fisheries Policy - Economic Aspects", ed. Marine Policy, Julho, 1993, pp. 251-255.

**Holden, M.** (1994), "The Common Fisheries Policy", ed. Fishing News Books, 274 pp.

**Humberto, L.; Lopes, J.V.** (1974), "Dicionário da linguagem de Marinha Antiga e Actual", ed. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

**INIP** (1978), "Pescarias e stocks mais importantes na Zona Económica Exclusiva (ZEE), Lisboa, INIP-Serviço de Avaliação de Recursos, 50 pp.

**Laxe, F.G.** (1992), "Consideraciones poco comunes en una política pesquera comun. Una valoración positiva de la integración comunitaria", Revista de Estudios Agro-Sociales, nº160, pp. 187-213.

**Laxe, F.G.** (1995), "El nuevo orden pesquero y la situación española", ed. Boletín Económico de ICE, nº2457, 29 de Mayo a 4 de Junio, pp.7.

**Leal, M.C.** (1981), "O modelo de desenvolvimento das pescas portuguesas: evolução e caracterização, Curso: As Pescas em Portugal e a Adesão, Oeiras, INA, 42 pp.

**Leal, M.C.** (1990), "Pescas Anos 90", ed. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, 48 pp.

**Leal, M.C.** (1984), "As Pescas Portuguesas Face à Integração Europeia", ed. Banco de Fomento Nacional (Estudos 22), 447 pp.

**Lebullenger, J.; Morvan, D.** (1990), "La Communauté Européenne et la mer", ed. Economica, Paris, 815 pp.

**Lobo, C.L.** (1812), "Memória sobre a decadência das pescarias em Portugal", Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, IV, Lisboa, pp.313-376.

**Lopes, R.J.** (1981), "Theorie Economique des Ressources Naturelles Renouvelables - These pour le doctorat de troisième cycle", Université Paris X, Nanterre, 417 pp.

**Marin, M.** (1992), "Le futur de la politique commune des pêches", La Pêche Maritime, nº 1363, Abril/ 1992, pp. 157-160.

**Martins, O.** (1994), "Portugal nos Mares", ed. Guimarães Editores, 365 pp.

**Maucorps, A.** (1982), "Concepts de base d'aménagement des pêcheries", La Pêche Maritime, Dez/1982, pp. 674-679.

**Moreira, C.D.** (1987), "Populações Marítimas em Portugal", ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, pp. 147-208.

**Nielsen, J.R.** (1994), "Participation in fishery management policy making", Marine Policy, vol.18, nº1, pp. 29-40.

**Panayotou, T.** (1982), "Management concepts for small-scale fisheries: economics and social aspects", FAO, Fish Technical Paper, 228, 53 pp.

**Peixoto, L.C.** (1991), "Apontamentos para a História da Pesca da Sardinha e da Construção Naval em Peniche", ed. Câmara Municipal de Peniche, 177 pp.

**Pereira, A.G.** (1934), "L'économie maritime du Portugal", Instituto Superior Ciências Económicas, Lisboa, pp. 125-140.

**Pereira, H.P.** (1981), "A Indústria de conservas de peixe em Portugal", Curso: As Pescas em Portugal e a Adesão à CEE, Oeiras, INA, 17 pp.

**Pestana, G.** (1989), "Manancial Ibero-Atlântico de sardinha (*sardina pilchardus*, Walb.) - Sua avaliação e medidas de gestão", ed. INIP-Instituto Português de Investigação das Pescas, 192 pp.

**Pestana, G.** (1989), "Nota histórica sobre a avaliação do recurso de sardinha e seu desenvolvimento programático em Portugal (1950-1989)", ed. INIP-Instituto Português de Investigação das Pescas, 39 pp.

**R. Hannesson** (1993), "Bioeconomic Analysis of Fisheries", ed. FAO e Fishing News Books, pp. 5-20; 112-126.

**Ribeiro, M. A.** (1992), "A Zona Económica Exclusiva", ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 252 pp.

**Rosa, C.** (1994), "A Gestão dos Recursos e a Política Comum de Pesca", INFORMAR, ed. GAE/MM, 40 pp. e anexos.

**Rosas, F.** (1995), "Portugal entre a Paz e a Guerra - Estudo do impacto da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa 1939-1945", ed. Editorial Estampa, pp. 29-113.

**Rowena, L.** (1984), "Economics of Fisheries Development", ed. Frances Pinter (Publishers), London, 258 pp.

**Salazar, A.O.** (1935), "Notas sobre a indústria e o comércio de conservas de peixe", Boletim dos Organismos Económicos, I, 2, Lisboa: Ministério do Comércio e Indústria (publicado originalmente na imprensa de 8 de Dezembro de 1931), 26 pp.

**Serra, J.A.** (1987), "Uma Política para o Mar", ed. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, (Cadernos CEE 3), pp. 21-212.

**Song, Y-H** (1995), "The EC's Common Fisheries Policy in the 1990s", Ocean Development and International Law, vol. 26, nº 1, Jan-Mar 1995, pp. 31-55.

**Souto, H.** (1991), "A Pesca em Portugal no novo contexto comunitário: O caso de Peniche", Dissertação no âmbito das "Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica", apresentada na Universidade Nova de Lisboa, 207 pp.

**Stoleru, L.** (1987), "A Ambição Internacional", ed. Pensamento, 277 pp.

**Symes, D.; Grean, K.** (1993), "Regional self management: towards a socially responsible fisheries policy", 5ª Confª da Associação Europeia de Economistas da Pesca, 12 pp.

**Trodec, J. P.** (1994), "Le nouvel enjeu de la pêche: l'ajustement des institutions aux nouvelles conditions de rareté des ressources", ed. Academie d'Agriculture de France, Comptes Rendues, nº 3/1994, pp.41-60.

**Uva, C.S.** (1943), "Pescas da sardinha por meio de cerco", ed. Boletim da Pesca, I, Lisboa.

**Vallega, A.** (1994), "EEC Fisheries Policy in the 1990s: Special Challenges in the Face of Growing Complexity", Ocean & Coastal Management, nº 22, pp. 165-168.

**Varão, A.P.; Garcia, A.M.** (1975), "Pesca Marítima - Situação e perspectivas de desenvolvimento", ed. Banco de Fomento Nacional (Estudos), pp.237.

**Vários autores** (1989), "A sardinha: Conservas, conversas e conservação", apresentado no Colóquio sobre a conservação dos recursos vivos marinhos, ed. INIP, 12 pp.

**Vasconcelos, M.S.** (1981), "A Zona Económica Exclusiva e a sua ocupação" in Seminário sobre "As Pescas em Portugal e a Adesão à CEE", Deptº de Integração Europeia, Instituto Nacional de Administração, 44 pp.

**Vasconcelos, M.S.** (1989), "Política Comum de Pescas - Alguns dos desafios nos anos 90" in 10ª Conferência das Pescas dos Açores", 27 pp.

**Vasconcelos, M.S.** (1995), "A propósito da Política Comum de Pescas" in Curso de Aperfeiçoamento de Inspectores de Pesca, 15 pp.

**Vasconcelos, M.S.** (1995), "Política Comum de Pescas - Um esboço de perspectiva do futuro" in Conferência realizada pela Fundação Friedrich Ebert e SINDEPESCAS - Sindicato Democrático das Pescas, 35 pp.

**Ventura, I.** (1994), "IFOP-Que alterações à política estrutural", INFORMAR, ed. GAE/MM, 26 pp e anexos.

**Wise, M.** (1984), "The Common Fisheries Policy of the European Community", ed. Methuen, London and New York, 309 pp.

## **B) PUBLICAÇÕES OFICIAIS**

**Banco de Portugal** (1995), "Relatório do Conselho de Administração - Gerência de 1994", Lisboa.

**Comissão das Comunidades Europeias** (1991), "La Toja 1991, os acordos de pesca; a política comercial e tarifária da Comunidade no sector dos produtos da pesca", SEC(91) 1826 de 9.Out.91.

**Comissão das Comunidades Europeias** (1992), "Comunicação da Comissão ao Conselho intitulada "Situação dos trabalhos no seguimento do documento de reflexão relativo às orientações para um regime de pesca no Mediterrâneo" SEC(92) 183 final de 12.Fev.92.

**Comissão das Comunidades Europeias** (1992), "Documento de trabalho dos serviços da Comissão relativo ao mercado da sardinha", SEC(92) 2221 final de 20.Nov.92.

**Comissão das Comunidades Europeias** (1992), "Para uma política de qualidade dos produtos da pesca", SEC(92) 353 final de 28.Fev.92

**Comissão das Comunidades Europeias** (1992), "Relatório de 1991 da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a Política Comum da Pesca", SEC(91) 2288 final de 8.Jan.92.

**Comissão das Comunidades Europeias** (1992), "Relatório de 1992 da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a aplicação do regime de Adesão de Espanha e de Portugal no sector da pesca", SEC(92) 2340 final de 23.Dez.92.

**Comissão das Comunidades Europeias** (1993), "Estudo estatístico do sector da transformação dos produtos da pesca e da aquicultura na Comunidade Europeia", Direcção Geral das Pescas, Direcção de Estruturas.

**Comissão das Comunidades Europeias** (1993), "Estudos regionais de carácter económico e social no sector da pesca", Direcção Geral das Pescas.

**Comissão das Comunidades Europeias** (1993), "Relatório da Comissão ao Conselho relativo ao regime comunitário de importação dos produtos da pesca", SEC(93) 1551 .



**Comissão das Comunidades Europeias** (1993), “Situação do mercado dos produtos da pesca”, SEC(93) 948 de 17.Jun.93.

**Comissão das Comunidades Europeias** (1994), “Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu intitulada “Para uma melhor integração dos países em desenvolvimento no comércio mundial - O papel do SPG durante o decénio 1995-2004”, COM(94) 212 final de 1.Jun.94.

**Comissão das Comunidades Europeias** (1994), “Contribuição da economia para a avaliação dos problemas do mercado dos produtos da pesca”, SEC(95) 855 final de 20.Mai.94.

**Comissão das Comunidades Europeias** (1994), Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu intitulado “A crise do sector das pescas na Comunidade”, COM(94)335 final de 19.Jul.94, Bruxelas.

**Comissão das Comunidades Europeias** (1995), “Relatório da Comissão relativo ao mercado da sardinha”, COM(95) 320 final de 10.Jul.95.

**Direcção-Geral das Pescas** (1995), “As Organizações de Produtores da Pesca em Portugal”, Lisboa, 76 pp.

**Direcção-Geral do Desenv. e Coord. das Pescas** (1982), “A Comercialização dos Produtos da Pesca”, IFADAP, Lisboa 55 pp.

**EUROSTAT** (1994), “Pêche-Statistiques Annuelles”.

**FAO** (1993), “Marine Fisheries and the Law of the Sea: A Decade of Change”, ed. FAO Fisheries Department, Roma, 66 pp.

**FAO** (1995), “The State of World Fisheries and Aquaculture”, ed. FAO Fisheries Department, Roma, 57 pp.

**FAO**, (Vários anos), “Yearbook of Fisheries Statistics (Capturas/Desembarques e Produtos), vols.: 50 a 76.

**Gabinete de Estudos das Pescas** (1966), “A Evolução das Pescas e o seu contributo para o abastecimento alimentar do país”, Lisboa, 161 pp.

**INE** (1994), “Balança Alimentar Portuguesa, 1980-1992), Lisboa.

**INE** (Vários anos), “Estatísticas da Pesca”, Lisboa.

**INIP** (1979), “Relatório da reunião luso-espanhola para o estudo da pesca da sardinha”, Lisboa, INIP.



**IPCP** (1938), "Le Livre d'Or des conserves portugaises de poisson", bib.GAE, Lisboa.

**Ministério da Administr. Interna** (1975), "A situação das pescas da sardinha e do arrasto na zona de Matosinhos", Porto, Comissão de Planeamento da Região Norte, MAI.

**Ministério da Agricultura e Pescas** (1977), "Diagnóstico de situação e estratégia de desenvolvimento do sector das pescas", Plano 1977-1980, Lisboa, Direcção-Geral do Planeamento e Fomento das Pescas, MAP.

**Ministério do Mar** (1985), "O sector das Pescas: caracterização e propostas", ed. Secretaria de Estado das Pescas, Lisboa, 54 pp.

**Ministério do Mar** (1992), "Plano Sectorial para a Pesca e Aquicultura em Portugal - 1994/1999", ed. Direcção-Geral das Pescas, Lisboa.

**OCDE** (1984), "Evolution des méthodes d'aménagement des pêcheries avec le nouveau droit de la mer. Experience de la gestion des zones de pêches nationales", Paris, pp. 126-135.

**Parlamento Europeu** (1992), "Manuel sur la Politique Commune de la Pêche", Direction Générale des Études, Luxemburgo, 195 pp.

**Secretaria de Estado das Pescas** (1982), "Pesca-Plano para o período de 1983-1987, Lisboa, SEP, 99 pp.

**Secretaria de Estado das Pescas** (1982), "Plano Nacional das Pescas", Lisboa, SEP, 169 pp.

**Secretaria de Estado das Pescas** (Vários anos), "Recursos da Pesca-Série Estatística", ed. Direcção-Geral das Pescas, Lisboa.

## **D) DIVERSOS**

**Indústrias Pesqueras**

**Worldfish Report**

**Globefish**

**Equinoxe**